

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

Elizete de Aguiar Miranda

**UM ESTUDO DIACRÔNICO DA MULTIFUNCIONALIDADE DA
FORMA *PARA* NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

**Belo Horizonte – MG
2021**

Elizete de Aguiar Miranda

**UM ESTUDO DIACRÔNICO DA MULTIFUNCIONALIDADE DA
FORMA *PARA* NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva

Linha de pesquisa: (1A) Estudo da Variação e Mudança Linguística

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sueli Maria Coelho

**Belo Horizonte – MG
2021**

M672e

Miranda, Elizete de Aguiar.

Um estudo diacrônico da multifuncionalidade da forma PARA no português brasileiro [manuscrito] / Elizete de Aguiar Miranda. – 2021.

102 f., enc.:il., color.

Orientadora: Sueli Maria Coelho.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de Pesquisa: Estudo da Variação e Mudança Linguística.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras

Bibliografia: p. 96-102.

1. Língua portuguesa – Variação – Teses. 2. Língua portuguesa – História – Teses. 3. Língua portuguesa – Preposições – Teses. 4. Mudanças linguísticas – Teses. I. Coelho, Sueli Maria. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD:469.5



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

FOLHA DE APROVAÇÃO

Um estudo diacrônico da multifuncionalidade da forma PARA no Português Brasileiro

ELIZETE DE AGUIAR MIRANDA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA, linha de pesquisa Estudo da Variação e Mudança Linguística.

Aprovada em 23 de março de 2021, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Sueli Maria Coelho - Orientadora

UFMG

Prof(a). Pedro Perini Frizzera da Mota Santos

UFVJM

Prof(a). Luiz Francisco Dias

UFMG

Belo Horizonte, 23 de março de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Perini Frizzera da Mota Santos, Usuário Externo**, em 23/03/2021, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Francisco Dias, Membro**, em 23/03/2021, às 18:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sueli Maria Coelho, Vice diretor(a) de unidade**, em 24/03/2021, às 07:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0604009** e o código CRC **6F1329B9**.

À minha mãe, base do meu ser, e ao Aleister, meu amor.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Dr.^a Sueli Maria Coelho, em primeiro lugar, pela luz desta pesquisa desde 2016. Muito obrigada pela excelente e criteriosa orientação durante todos esses anos. Nunca vou me esquecer das suas palavras de conforto nas horas em que mais precisei. A sua confiança, a amizade e a compreensão me tornaram mais confiante.

À luz divina, a mim concebida durante esses anos.

Ao meu pai, Pascoal (*in memoriam*), à minha mãe, Izabel Ana, pelas orações, e aos meus irmãos e irmãs, por terem sempre me apoiado e incentivado os meus estudos. Principalmente, à minha irmã Elizabeth, pela compreensão da minha correria no dia a dia e pelos cafezinhos na janela.

Ao meu filho, Aleister Aguiar, meu amigo, meu amor, meu melhor conselheiro, meu parceiro de todas as horas. Agradeço pela paciência comigo ao longo desses dois anos. Peço desculpas por todos os momentos em que tive que me ausentar dos seus estudos e de sua vida.

Aos meus sobrinhos e sobrinhas. Peço desculpas pelas brincadeiras perdidas e pelas incansáveis ausências na vida de vocês. Em especial, à Anna Izabella, pelas revisões dos meus textos e pelas opiniões como falante da língua; à Kali, por não tê-la recebido com a atenção que merecia quando precisou de mim; à Barbara Jenis, por sempre me ouvir nos momentos de angústia e de alegria; à Rúbia, pelas danças perdidas; e à Isis, minha afilhadinha do coração!

Ao amigo, meu “coorientador” e futuro doutor, Welber Nobre dos Santos, pelas contribuições linguísticas incansáveis durante todo o processo, pela formatação minuciosa deste trabalho e por tornar a caminhada do mestrado mais leve, compartilhando angústias e alegrias com muito bom humor.

Aos meus amigos do PosLin (UFMG), principalmente à minha professora Anya Karina Campos D. e Pinho, pois suas contribuições sintáticas foram fundamentais na análise do

corpus. À Elisete, minha Xarazinha, pela produção do *abstract* deste texto e pelo companheirismo “linguístico”. À Ana Claudia e à Veronique, pela amizade e pelos momentos de descontração.

Ao Rafael, companheiro de todas as horas e a razão pela qual acreditei ser possível a realização deste sonho. Obrigada pela compreensão diante das minhas incertezas e dos meus acessos de raiva, pela presença constante e marcante ao meu lado, pelo apoio e incentivo incessantes... Simplesmente, agradeço-lhe por tudo o que você é para mim, pois, “Sonho que se sonha junto é realidade” (Raul Seixas, 1974).

À minha querida Nilane Miranda! Seu incentivo para a realização deste sonho foi como lenha na fogueira! Obrigada, prima!

À Escola Estadual Antenor Pessoa, alunos e ex-alunos, por acreditarem no meu trabalho. Aos funcionários, em especial, à Kátia Perdigão, à Maria Lúcia e à Viviane Mara, pelo apoio e pelo incentivo durante esses dois anos de mestrado, concedendo-me flexibilidade de horários para dar continuidade ao meu desenvolvimento profissional.

Aos meus amigos do GIZ PROGRAD (UFMG), por me concederem momentos de discussão na área da educação com sabedoria e amizade, principalmente à Rafaela Esteves, pelo conhecimento e pela parceria nos nossos projetos que, indiretamente, auxiliaram na produção desta pesquisa.

Ao grupo “Viagens pelo mundo”, pela compreensão das minhas ausências em algumas viagens. Amo vocês! Ainda vamos viajar muito por este mundo afora!

“Hoje eu queria andar lá em cima, nas nuvens, com as nuvens, pelas nuvens, para as nuvens...”

Cecília Meireles

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo diacrônico da multifuncionalidade da forma *para* no Português Brasileiro, no período compreendido entre os séculos XVIII, XIX e XX. Partindo do pressuposto de que esta forma já passou e ainda passa por processo de mudança linguística, já funcionou no passado como advérbio e no período em estudo funciona como preposição (Ela foi *para* São Paulo) e como introdutora de locução conjuntiva *para que*, no papel de conjunção (Ela estudou *para que* obtivesse aprovação), realizamos uma pesquisa de cunho qualitativo e quantitativo, apoiada teoricamente nos pressupostos da linguística funcionalista, da gramática histórica, da linguística cognitiva e nos parâmetros de gramaticalização propostos por Heine *et al.* (1991). Nosso *corpus* foi composto de 300 ocorrências da forma em análise coletadas no banco de dados *Corpus do Português* (www.corpusdoportugues.org). Partimos da hipótese de que, devido a sua origem no latim, a forma *para* seria mais produtiva como preposição, já que a conjunção é uma extensão da função preposicional. Ademais, esperávamos que, na categoria de preposição, fosse mais frequente em contextos de complementação (verbal ou nominal) do que em ambientes de adjunção, cujas relações transcenderiam o deslocamento no espaço, que é seu sentido primitivo. Analisamos a multifuncionalidade de *para* com base em critérios morfossintáticos e semânticos e confrontamos os dados aos princípios de gramaticalização propostos por Heine *et al.* (1991). Os resultados obtidos comprovaram que a multifuncionalidade da forma *para* decorre da expansão de seus usos como preposição cuja maior produtividade está de fato nos contextos de complementação. A análise empreendida acusou ainda que tais contextos são ambientes mais gramaticalizados do que aqueles de adjunção, além do que a concorrência entre *para* e outras preposições como *a*, *de* e *em* é condicionada pelo maior esvaziamento semântico das preposições e, portanto, mais propícia de ocorrer em contextos mais gramaticalizados.

Palavras-chave: Forma *para*. Multifuncionalidade. Gramaticalização. Preposição. Conjunção.

ABSTRACT

This research presents a diachronic study of the multifunctionality of the form *para* in Brazilian Portuguese through the 18th, 19th and 20th centuries. Considering that this form had already undergone and still under goes the process of linguistic changing, and that it also had worked in the past as an adverb and in the period under study it works as preposition (She went *to* São Paulo) and as an introducer of conjunctive phrase *para que* (*in order to*), in the role of conjunction (She studied *in order to* obtain approval), we carried out a qualitative and quantitative research, which was theoretically supported in the assumptions of functionalist linguistics, historical grammar, cognitive linguistics and in the grammaticalization parameters proposed by Heine *et al.* (1991). Our corpus was composed of 300 occurrences of the form in analysis which were collected from the database named *Corpus do Português* (www.corpusdoportugues.org). We start from the hypothesis that, due its origin in Latin, the form *para* would be more productive as preposition, since the conjunction is an extension of the prepositional function. Furthermore, we have expected that in the category of preposition the form *para* would be more frequent in complementation contexts (verbal or nominal) than in adjunction environments whose relations would transcend the displacement in space, which is its primitive sense. We have analyzed the multifunctionality of *para* based on morphosyntatic and semantic criteria and we have compared the data to the grammaticalization principles proposed by Heine *et al.* (1991). The obtained results have proved that the multifunctionality of the form *para* comes from the expansion of its usage as preposition whose greatest productivity is in the complementation contexts. The analysis also has pointed out that these contexts are environments more grammaticalized than the ones of adjunction, beyond that the competition between *para* and the other prepositions as *a*, *de* and *em* is conditioned by greater semantic emptying of the prepositions and, therefore, it is more likely to occur in contexts more grammaticalized.

Keywords: Form *para*. Multifunctionality. Grammaticalization. Preposition. Conjunction.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – A produtividade morfológica da forma <i>para</i> na diacronia em estudo.....	71
Gráfico 2 – Frequência diacrônica de <i>para</i> em contextos de adjunção e complementação	75
Gráfico 3 – Produtividade de <i>para</i> em contextos de adjunção	76
Gráfico 4 – Complementação verbal e nominal introduzida por <i>para</i> na diacronia estudada	78
Gráfico 5 – Predicadores nominais complementados por <i>para</i> na diacronia em estudo	78
Gráfico 6 – Tipos de complementos verbais introduzidos por <i>para</i> na diacronia estudada	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Funções sintáticas dos casos latinos.....	32
Quadro 2 – Classes de palavras no português	38
Quadro 3 – Valores etimológicos da forma <i>para</i>	66
Quadro 4 – Parâmetros de gramaticalização propostos por Heine <i>et al.</i> (1991).....	68

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Entrada da forma <i>para</i> no dicionário Houaiss (2011)	28
Figura 2 – Etapa de busca no <i>Corpus</i> do Português	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produtividade morfossintática da forma <i>para</i> na diacronia estudada.....	72
Tabela 2 – Produtividade do <i>para</i> em adjunção verbal na diacronia	77
Tabela 3 – Valores semânticos do <i>para</i> na diacronia	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BYU – Universidade Brigham Young

NP – Nominal Phrase

PE – Português Europeu

PB – Português Brasileiro

Séc.– Século

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 –A ORIGEM DA FORMA PARA	22
1.1 Forma <i>para</i> : percurso diacrônico.....	22
1.2 Dos casos latinos às preposições	28
1.3 Os casos morfológicos e as preposições	31
CAPÍTULO 2– PALAVRAS DE CLASSES ABERTAS >PALAVRAS DE CLASSES FECHADAS E O PROCESSO DE GRAMATICALIZAÇÃO	36
2.1 A palavra e sua categorização em classes.....	37
2.2 Natureza da articulação fundamental da língua: lexical e gramatical.....	40
2.3 Preposições: classe fechada?	43
2.4 Expansão das classes fechadas: o processo de gramaticalização.....	46
CAPÍTULO 3 – A MULTIFUNCIONALIDADE DA FORMA PARA	50
3.1 As preposições sob o enfoque cognitivo.....	50
3.2 Conjunções e preposições: pontos de aproximação.....	55
CAPÍTULO 4 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	59
4.1 O <i>Corpus</i> do Português.....	59
4.2 Delimitação da diacronia e composição da amostra linguística	60
4.3 Descrição dos critérios de análise	60
4.3.1 Critério morfossintático	63
4.3.2 Critério semântico.....	66
4.3.3 Critérios para aferir os graus de gramaticalização baseados em Heine <i>et al.</i> (1991).....	68
CAPÍTULO 5 – DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	70
5.1 A multifuncionalidade da forma <i>para</i> : perspectiva morfossintática	70
5.1.2 Contextos de adjunção introduzidos pela forma <i>para</i>	75
5.1.3 Contextos de complementação introduzidos pela forma <i>para</i>	77
5.2 A multifuncionalidade da forma <i>para</i> : perspectiva semântica	81
5.2.1 Valores semânticos de <i>para</i> na diacronia estudada	82
5.2.2 Contextos de variação e de distribuição complementar: concorrência entre formas preposicionais	84
5.3 Multifuncionalidade de <i>para</i> no <i>continuum</i> de gramaticalização.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS	99

INTRODUÇÃO

A tradição gramatical (Cf. CUNHA & CINTRA, 1985; BECHARA, 2009) tende a classificar as preposições como palavras invariáveis, agrupando-as por determinadas funções semelhantes, tal como a de subordinar palavras ou termos, processo pelo qual estabelecem uma relação de dependência do segundo em relação ao primeiro. Além desse critério morfossintático, do ponto de vista da função, elas se classificam, ainda, ora como essenciais – vocábulos que funcionam exclusivamente como preposições – ora como acidentais, ou seja, palavras de outras classes que podem funcionar como preposições.

Todavia, essas categorizações não são suficientes para compreender todas as realizações funcionais dessa classe, tampouco a listagem das relações estabelecidas consegue dar conta da diversidade dos usos. Percebemos, dessa forma, que, no campo dos estudos linguísticos, a despeito de relevantes trabalhos sobre o tema, entre os quais citamos Ilari *et al.* (2015), essa classe ainda carece de uma descrição que contemple suas diferentes funções, tarefa para a qual nosso trabalho pretende colaborar a partir da análise da multifuncionalidade da forma *para* no Português Brasileiro (PB) ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX.

A ideia de trabalhar com esse objeto de investigação surgiu durante as aulas da disciplina “STV: uma abordagem teórica da mudança linguística sob a perspectiva da gramaticalização”, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da UFMG, em 2016, e ministrada pela professora Dr.^a Sueli Maria Coelho. Naquela ocasião, observamos uma ampliação nos usos da forma *para* além dos prescritos pela gramática normativa e que se aproximavam das funções reservadas às conjunções.

A partir dessas constatações, passamos a buscar na língua em uso a frequência e a multifuncionalidade dessa forma em diferentes contextos e em distintos momentos da história da língua portuguesa. Fizemos, então, uma pesquisa piloto intitulada “Da carta de Caminha ao português brasileiro: um estudo do processo de gramaticalização de *para*”¹, tendo como base o *Corpus do Português* (2006)². Durante o processo de coleta

¹ Trabalho publicado na obra *Gramaticalização e mudança linguística*: Editora Viva Voz (FALE), 2018. Organizado pela Prof.^a Dr.^a Sueli Maria Coelho.

² Disponível em: <http://www.corpusdoportugues.org>.

de dados, percebemos uma maior produtividade de *para* concentrada entre os séculos XVIII, XIX e XX, o que foi determinante para o recorte sincrônico aqui estabelecido.

Observamos, também, que, na literatura, há poucos trabalhos relacionados especificamente à multifuncionalidade da forma *para*. Encontramos, todavia, pesquisas sobre a gramaticalização das preposições relatadas nos trabalhos de Castilho (2004), de Kewitz (2007) e de Wiedemer (2013), entre outros estudos sobre gramaticalização, mas nenhum específico sobre as múltiplas funções da forma *para*. Dessa maneira, acreditamos que nossa pesquisa possa contribuir para a descrição do PB, mais especificamente no que toca à expansão funcional de *para*, sobretudo nos três últimos séculos.

Adotando uma perspectiva cognitivista e funcional da língua(gem), assumimos nesta pesquisa que as preposições fazem parte do conjunto de vocábulos da língua que se prestam a relacionar palavras ou termos, estabelecendo primitivamente relações de movimento ou de localização no espaço. A partir de um processo de abstração metafórica que se encontra na base dos processos de gramaticalização, passa(ra)m a marcar relações outras, como, por exemplo, deslocamento no tempo, causa, finalidade, etc. Em decorrência de tal processo, expandem-se também os usos da forma e, conseqüentemente, suas funções, conforme ilustram os exemplos de (1) a (4), extraídos de nosso *corpus*:

- (01) “Não é preciso escolher já, vai **para casa** e pensa.” (Séc. XIX, grifos nossos)
- (02) “[...] à toa no deserto, onde muitos, entre eles os feridos, se perderam **para sempre**, agonizando e morrendo no absoluto abandono.” (Séc. XIX, grifos nossos)
- (03) “Ela sorriu baixinho, solícita, e os dois abraçaram-se **para medir as pernas**.” (Séc. XX, grifos nossos)
- (04) “Benza-te Deus, Flávia! E ali mesmo quis compor o plano **para que nada lhe escapasse**:[...]” (Séc. XX, grifos nossos)

Nos exemplos acima, identificamos nosso objeto de investigação introduzindo diferentes ambientes sintáticos e estabelecendo distintas relações semânticas. Em (01), o contexto é de complementação e a relação estabelecida é de deslocamento e direção. Já em (02) temos um ambiente de adjunção, em que a forma estabelece uma relação temporal entre os dois termos que relaciona. Por fim, em (03), *para* introduz uma

oração subordinada adverbial final estabelecendo uma relação de finalidade e, em (04), embora a relação seja a mesma, a forma *para*, amalgamada à forma *que*, funciona como locução conjuntiva. Nessa função, já não mais conecta termos, mas apenas orações, o que acusa uma restrição maior de contexto de uso e, conseqüentemente, estágio mais avançado de gramaticalização.

Para Ilari *et al.* (2015), essa possibilidade de migração de formas entre as classes decorre de um processo de mudança linguística e é fundamental para distinguir classes abertas de classes fechadas. Segundo esses autores, classes abertas são aquelas passíveis de assumir novos itens devido às mudanças por que passa a língua. Essas classes são divididas em substantivos, adjetivos, verbos e advérbios. Já as classes fechadas são aquelas que, em virtude de suas propriedades, apresentam menor potencial para incorporar novos itens; assim, funcionam como instrumentos gramaticais e se dividem em pronomes, especificadores, conjunções e preposições.

Então, nosso objeto de estudo faz parte das classes que, mesmo sendo tidas como fechadas, já passaram por processo de mudança, do latim ao português, e ainda continuam mudando, porém de forma mais lenta, em comparação às classes abertas. Segundo Romanelli (1964), as preposições portuguesas ilustram bem esse processo: surgiram a partir de prefixos latinos considerados inicialmente advérbios; todavia, por conta do processo natural de evolução das línguas, tomaram força de maior clareza, especializando-se como preposições. A forma *para* se insere exatamente nesse contexto de evolução, já que nasceu da junção dos prefixos latinos *per-* + *ad-*, formando *perad>pera>para*. Morfológicamente, temos, então, uma evolução do tipo advérbio > preposição.

Assim, considerando-se essas origens e em face da multifuncionalidade há pouco ilustrada, nesta pesquisa almejamos responder aos seguintes questionamentos a respeito de nosso objeto de estudo, qual seja, a multifuncionalidade da forma *para* no PB: i) do século XVIII ao XX, essa forma era mais frequente na língua como preposição ou como conjunção?; ii) ao longo desses três séculos, é possível identificar a multifuncionalidade da forma de que nos ocupamos, ou ela surge e/ou se amplia a partir de um determinado período da sincronia estudada?; iii) essa forma encontra-se mais gramaticalizada em qual categoria morfológica, preposição ou conjunção?; iv) quais funções sintáticas a forma *para* introduz e em qual delas encontra-se mais gramaticalizada?; v) dado que vários autores (ILARI *et al.*(2015), PONTES (1992)) mencionam a concorrência da forma *para* com outras preposições, como *a*, por

exemplo, essa concorrência existe em todos os contextos de uso ou existe algum contexto de distribuição complementar?

A partir dessas questões-problema, construímos as seguintes hipóteses, que testamos contra dados empíricos: considerando-se sua origem no latim, a forma *para* é mais produtiva como preposição, já que a conjunção é uma extensão da função preposicional. Além disso, dada a antiguidade do processo de gramaticalização de *para*, ocorrido já no latim, bem como tendo em conta o papel da frequência nos processos de mudança linguística, a expectativa é de que sua multifuncionalidade já seja expressiva nos séculos delimitados para o estudo, podendo, contudo, apresentar alguma variação de um período a outro. Acreditamos, ainda, que nossa forma se mostre mais produtiva em contextos de complementação (verbal ou nominal) do que em ambientes de adjunção. Por fim, em relação à concorrência com outras preposições, como é o caso de *a*, nossa hipótese é a de que haja tanto contextos de concorrência, como também de distribuição complementar.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa consistiu, pois, em estudar diacronicamente a multifuncionalidade da forma *para* no PB, quer na categoria de preposição, quer na de conjunção, no período correspondente aos séculos XVIII, XIX e XX. Já os objetivos específicos, decorrentes do desdobramento desse objetivo mais amplo, foram os seguintes: (i) descrever os contextos de uso da forma *para* na língua portuguesa contemporânea, comparando tais usos ao longo dos séculos selecionados para estudo; (ii) investigar a produtividade de *para* no PB, identificando qual função se mostra mais produtiva; (iii) identificar possíveis contextos em que a forma *para* concorre com outras preposições e verificar a existência de algum contexto de distribuição complementar; (iv) estabelecer, a partir dos parâmetros de Heine *et al.* (1991), qual a função de *para* é mais gramatical na língua e propor um *continuum* de gramaticalização entre os diversos usos.

Este texto, no qual relatamos todo o percurso da pesquisa empreendida, bem como os resultados e generalizações alcançados, está organizado em cinco capítulos, além desta breve introdução e de nossas considerações finais. No primeiro deles, tentamos flagrar a etimologia de *para*, buscando, assim, reconstituir o percurso diacrônico pelo qual passou essa forma, dos valores mais remotos até os mais atuais, que resultam de um processo de gramaticalização, bem como a origem da classe das preposições, que guardam estreita relação com os casos latinos.

No segundo capítulo, discutimos sobre classes abertas e classes fechadas e sobre as relações das preposições com as classes fechadas, atentando-nos para o processo de gramaticalização que lhes deu origem. No terceiro capítulo, buscamos uma definição para a classe das preposições com amparo na linguística cognitiva, assim como uma definição para a classe das conjunções, tentando mostrar traços comuns e especificidades entre essas classes. No quarto capítulo, descrevemos a metodologia que adotamos para cumprir os objetivos há pouco apresentados. No quinto capítulo, são apresentados os resultados que alcançamos com as análises dos dados, bem como as generalizações que pudemos extrair deles acerca da multifuncionalidade da forma *para* no PB. Iniciemos, pois, nossa incursão no tema pela reconstrução da etimologia de nosso objeto de estudo.

CAPÍTULO 1

A ORIGEM DA FORMA *PARA*

Segundo a literatura histórica (Cf. ROMANELLI, 1964; COUTINHO, 1971), do Indo-Europeu surgiram várias línguas, como o Índico, o Grego, o Germânico e o Itálico, que deram origem, mais tarde, ao Latim. De acordo com Romanelli (1964), a partir do momento em que cada uma dessas línguas se constituía, desenvolvia o sistema de recessão e se impunham com maior clareza na expressão, especializando-se, assim, os advérbios em preposições. O processo de formação das palavras era normalmente o de derivação; só mais tarde surgiria o de prefixação, a partir da composição verbal e nominal.

Assim, ao perseguirmos a origem da forma *para*, verificamos, em seu processo de formação, segundo Romanelli (1964), a junção de *per-* + *ad-*, dois prefixos latinos de origem locativa: *per-*(verbal) e *ad-*(adverbial). Considerando-se a delimitação de nosso objeto de estudo, dedicaremos a presente seção à etimologia de *para*, buscando, assim, reconstituir o percurso diacrônico pelo qual passou essa forma, dos valores mais remotos até os mais atuais, que resultam, como discutiremos, de um processo de gramaticalização.

1.1 Forma *para*: percurso diacrônico

Segundo o dicionário etimológico de Cunha (2010), a forma *para* é uma preposição originária do latim: “[XVI, *pera* XIII] Do lat. *per ad*, através da var. ant. *pera*, muito frequente em textos portugueses medievais” (CUNHA, 2010, 475). Assim, desse processo de aglutinação entre os prefixos *per-* + *ad-* nasce a preposição *pera*, dando origem à atual *para*. Para Said Ali (1971), essas formas foram concorrentes durante todo o período do português antigo e ainda no período moderno, do século XVI e início do século XVII³. Porém, a partir de meados do século XVII, *pera* começa a ser suplantada por *para*, até desaparecer completamente da língua. Assim, considerando-se

³De acordo com Ivo Castro (2011), a história da língua portuguesa apresenta cronologia variável. Neste trabalho, seguiremos a proposta de periodização de Lindley Cintra, que mais se associa com o exposto por Said Ali: o período do português antigo compreendido “entre 1385-1420” e o do português moderno até o Séc. XIX-XX”. Conferir periodização completa em CASTRO (2011, p. 73).

a etimologia da forma de que nos ocupamos, trataremos resumidamente das origens dos prefixos *per-* e *ad-*, de modo a melhor compreendermos o cerne dessa aglutinação.

Para darmos início à trajetória dos prefixos *per-* e *ad-*, torna-se essencial percorrermos o processo originário de cada um deles, considerando seus valores primários. Dessa forma, *per-*, de acordo com Bagno (2011), faz parte de uma família de prefixos latinos: *prae-*, *por-*, *prior-*, *primus-*, que possuem os valores de “para adiante”, “à frente”. Além disso, *per-* era usado como prevérbio⁴ e com o sentido de ‘totalmente’, ‘completamente’, ‘de um extremo ao outro’, ou seja, ‘percurso’. Para Câmara Jr. (1979), essa noção de percurso, ainda no latim, era também expressa pela preposição *pro*:

Paralelamente havia *pro*, para assinalar primordialmente ‘posição dianteira’, de que tudo indica ter provindo port. *por*. As duas partículas tiveram por muito tempo uma distribuição complementar, mas *por* acabou invadindo totalmente a área, locativa e metafórica (‘meio’) de *per* (CÂMARA JR., 1979, p. 179).

Epifânio Dias (1918) complementa essa discussão ao propor que *por* absorveu as funções sintáticas de *per* e de *pro*. Assim, além dos valores semânticos, *por* acabou por vencer a concorrência com *per* também em seus valores sintáticos, suplantando definitivamente essa forma. Para Said Ali (1971), essas duas partículas foram, ainda, concorrentes nos valores de “através de”, “por meio de”, além de “lugar por onde” e duração “de algum acontecimento”; todavia, devido à pronúncia semelhante entre esses vocábulos átonos, prevaleceu a partícula *por*, usada com maior frequência.

A relação de percurso, que coloca nossa preposição no primeiro plano de significação gramatical, conforme proposta de Câmara Jr. (1979), pode ser confirmada na etimologia do prefixo *per-*, conforme aponta Romanelli (1964): *per-* ou *peri-* corresponde a um antigo locativo Indo-europeu de nome raiz *per-* que traz exatamente essa ideia de percurso no sentido de “passar para o outro lado, passar além; adiante, diante de” (ROMANELLI, 1964, p. 87). Por isso, atualmente, temos vários vocábulos formados com o prefixo *per-* com esse valor, como é o caso de *perpassar*, de *perímetro*, de *percorrer*, de *permanecer*, e do próprio vocábulo *percurso*, dentre tantos outros.

Além dessas funções de *por*, que concorriam com *per*, temos, ainda, mais duas colocações relevantes a acrescentar. Primeiramente, para Said Ali (1971), há ainda o

⁴ Dá-se o nome de prevérbio ao prefixo quando este estiver anteposto a uma raiz verbal. Assim, re- ou pré- são prevérbios nas formações como refazer, repor, reter, etc.; ou preexistir, prepor, etc. (DUBOIS *et al.* 1973, p. 485).

sentido de “em favor de”, originando a preposição latina *pro* com os valores de “em lugar de”, equivalente a “em troca de”, e “equivalência”, ainda conservados no português. Mais tarde, houve a migração de conceitos de “em favor de” para o de “fim”, “intenção”, como um processo de transição de plano, do mais concreto para o mais abstrato, e, portanto, de gramaticalização, processo de que iremos tratar no próximo capítulo.

Embora as formas *para* e *pera*, conforme mencionado, fossem concorrentes, para Said Ali (1971), havia algumas situações em que os autores priorizavam uma forma em detrimento da outra. Na obra “Os Lusíadas”, por exemplo, Camões utilizava o *para* somente com pronomes e com artigos definidos: “As que elle para si na Cruz tomou VII / Para o Prasso sabido se moveo LXXVII”; já Frei Luis de Souza usava somente o *pera*. No que diz respeito à fixação dos valores semânticos de *para* na língua portuguesa, Câmara Jr. (1979) acentua que, no início, o uso dessa preposição marcava um percurso com direção definida que, no português, passou a indicar uma direção mais complexa, com noções de “chegada” e de “permanência”. Esse processo é marcado por aquilo que o próprio autor denominou como enriquecimento funcional das preposições, que “foi, entretanto, acompanhado de um empobrecimento quanto às formas concretas que constituem esses tipos de partículas” (CÂMARA JR., 1979, p. 177).

Com relação ao segundo prefixo, *ad-*, enquanto forma latina, Romanelli (1964) aponta, primeiramente, que de sua etimologia nasceu o seguinte grupo das preposições e de locuções prepositivas: *a, para, em, ao lado de, junto a*. Em segundo plano, evidencia a semântica de “aproximação” e de “direção para”:

accedo ‘caminhar para, aproximar-se’, accído ‘cair para ou direção a, chegar, acontecer’, accuro ‘acorrer para junto de, correr em direção a, adeo ‘ir em direção a, aproximar-se’, adigo ‘impelir para, fazer entrar, fincar’, adipiscor ‘chegar a, atingir, alcançar’, admigro ‘ir para, juntar-se a’, admitto ‘deixar ir, deixar aproximar-se, dar acesso, deixar entrar’, adveio ‘vir para perto de, chegar, sobrevir’, affero ‘trazer ou levar’, aggero ‘levar para, trazer a ou para’, appello ‘impelir para, dirigir-se a’ (ROMANELLI, 1964, p. 30-31).

Notamos nesse conjunto de vocábulos formados pelo prefixo *ad-* e suas variantes (*ac-*, *ad-*, *af-*, *ag-*, *ap-*, *al-*, *na-*, *ar-*), denominado por Romanelli (1964) como “aproximação” e “direção”, relação com a proposta de Cunha (2010), que os considera como partícula “que se documenta em vocs. eruditos e semieruditos, que denotam ‘aproximação no tempo e no espaço, direção’” (CUNHA, 2010, p. 11). Dessa forma,

percebemos entre esses dois prefixos, *per-* e *ad-*, uma estrita relação de espaço e de direção, noções que ainda se documentam na língua do século XIX, conforme ilustram, respectivamente, os dados (05) e (06), extraídos de nosso *corpus*:

(05) “[...] Não é preciso escolher já, vai **para** casa e pensa. Não te vexes; manda-me dizer o que achares mais bonito [...]” (Séc. XIX, grifos nossos)

(06) “[...] Com a breca, nem me lembrava! (Olhando **para** dentro) Se pudesse ao menos ver-lhe a pontinha do nariz.” (Séc. XIX, grifos nossos)

Para Bagno (2011), a aglutinação entre *per-* e *ad-* retoma os valores semânticos de *ad*, ao ponto que *perad* > *pera* > *para* tem, primariamente, a relação de “totalmente voltado”. Essa mudança de *pera* > *para* pode ter uma marcação forte de ligação *per-* + *ad-* se considerarmos nessa etimologia a associação com *a* na rivalidade de contextos com *para*. Segundo Said Ali (1971), quando empregada para designar valor de “destinação” e de “lugar para onde”, era mais fortemente adotada a partícula *a*. Já, para Epifânio Dias (1918), a forte separação entre essas concorrentes surgia em função de especificidades semânticas. Vejamos o que diz o autor em relação a esse aspecto:

Depois de alguns verbos, e nomes, de movimento para um lugar (ir, vir, voltar, tornar, ida, etc.), *a* dá a entender que a ida, etc., é só para certo fim, voltando-se depois, ao passo que *para* não envolve tal ideia. Antes, porém, de certos substantivos, *a* e *para* têm outra diferença de significação, assim em ir *para* a aula, *para* só designa o termo do movimento, em ir *à* aula, *a* allude ao que lá se vae fazer. Sempre se emprega *para*, depois de partir, fazer-se de vela, embarcar, navegar (mas em relação aos rumos também se diz, v. g.: navegar ao sul), continuar, seguir, prosequir, também depois de deitar (no sentido em que se diz; a janella deita *para* o jardim) (EPIFÂNIO DIAS, 1918, p. 114-115, grifos nossos).

Said Ali (1971) defende que isso ocorria principalmente em casos de regência fixa, em que certos verbos e adjetivos se constroem uns com *a* e outros sempre com *para*; não havia, contudo, uma regra de uso, apenas uma questão de seleção formal. Era possível, no sentido de “partir para algum lugar”, optar por *a* ou por *para* com os verbos *ir*, *caminhar*, *fugir*, sinônimos de *partir*. Porém, essa seleção de uso era criteriosa no tocante a esses verbos, sobretudo nas obras de Padre Antônio Vieira, em que *a* era empregado para estabelecer um movimento direto, enquanto *para* denotaria um movimento mais demorado, preservando-se, assim, a antiga função latina da preposição, que era o reclamo da clareza.

Mais palpável é a diferença entre as partículas quando há um verbo expresso em qualquer das suas formas se acrescenta outro verbo, porém no infinitivo, que indique o resultado ou fim a que visa a ação. Sendo êste fim um sucesso futuro, mais ou menos remoto, e contingente, emprega-se geralmente *para*, como preposição mais apropriada. Algumas vêzes, porém, o resultado a alcançar parece prender-se mais intimamente ao ato determinante, vindo algo após êle ou entrando em via de execução desde o momento em que o ato determinante se inicia. Parece aqui vir mais a propósito a preposição *a*, e seria êste sentimento o que ditou emprego [...] (SAID ALI, 1971, p. 217)

Além dessa concorrência entre *para* e *a*, Epifânio Dias (1918) aponta também para outras preposições que concorrem tanto em valores semânticos quanto em contextos sintáticos com a preposição *para*. Primeiramente, remeteremos para a preposição *em*, que, em algumas locuções, exprime relações de finalidade e de destinação, conforme observados em *para*, com dois conjuntos possíveis de locuções:

a) dar, receber, etc., em penhor, em reféns; dar, pedir em casamento: Quando lhe deu a sua bella Rachel em esposa (Ceita, 199). Ei...filiam suam in madirmoniumdat (Cesar, de Bell. Gall., 1, 3: sibifiliamejus in matrimoniumpetiit (Suet., Caes, 27). b) ir, vir, etc., em auxílio (socorro etc.) (EPIFÂNIO DIAS, 1918, p. 147).

Podemos observar que, no primeiro conjunto de locuções, é possível encontrar tanto ocorrências como “pedir/dar a filha *em* casamento”, quanto “pedir/dar a filha *para* casamento”; “receber objeto *em* penhor” ou “receber objeto *para* penhor”. No caso do segundo conjunto de locuções, eram lícitas as seguintes regências: “ir *em* auxílio do menino” ou “ir *para* auxílio do menino”; “vir *em* socorro da menina” ou “vir *para* socorro da menina”. Todas essas situações nos mostram valores de finalidade e de destinação – “para casamento” “para auxiliar”, “para socorrer” –, além dos contextos sintáticos aparecerem idênticos tanto no primeiro quanto no segundo conjunto, atestando a variação entre as formas.

Para Rocha Lima (1980), essas variações são possíveis pelo fato de a preposição *in* (fonte da preposição *em*) indicar finalidade no latim quando seguida de acusativo. Porém, nesse tipo de contexto, foi geralmente substituída por *ad-*, ficando apenas alguns poucos vestígios como, por exemplo, “em memória de”, “em lembrança de”. Devido, pois, a essa concorrência entre *in* e *ad*, temos expressões que ora usamos *em* ora usamos *a*, conforme ilustrado por Rocha Lima (1980): “pôr à venda, em venda; pôr a salvo, em salvo, a gritos, em gritos, sair a campo, sair em campo” (ROCHA LIMA, 1980, p. 345). Nessa relação de finalidade, podemos ter, naturalmente, na língua em uso, ocorrências

como “por para/a venda”, “sair para/a campo”, porém, não nos parece natural “por para salvo”, que remete a uma ideia talvez de modo, mas não de finalidade.

No tocante à expressão de movimento, há também uma discriminação entre *a* e *para* cuja relevância merece ser lembrada, pois, segundo Pontes (1992), essa distinção que existia entre *a* e *para* pode ser vista, na língua atual, entre *em* e *para* com verbos de movimento: “‘Vou na fazenda’ distingue-se de ‘Vou prá fazenda’ ou ‘Vou em casa’ de ‘Vou prá casa’ porque, no primeiro caso, posso ir e voltar e, no segundo, não pretendo voltar tão cedo” (PONTES, 1992, p. 27). Por outro lado, ainda com verbos de movimento, a diferença entre *para* e *em* pode ser mínima, até sutil, o que, para Pontes (1992), pode tornar as formas intercambiáveis, já que a diferença está apenas no tempo da permanência. Em situação mais geral, como em um diálogo com uma pergunta “(a) onde você vai?”, esse verbo de movimento já induz as possíveis repostas – “Vou na cidade” ou “Vou pra cidade” – com uma observação curiosa da autora que atribui essa possibilidade à perda da preposição *a* na pergunta (a) em concorrência com *para*, conforme discutido anteriormente.

Outra situação de concorrência mencionada por Epifânio Dias (1918) está em alguns valores observados na preposição *de* e que também podem ser encontrados em nossa preposição. Rocha Lima (1980), citando Sousa da Silveira (1951), acrescenta que, além dos usos mais comuns da preposição *de*, a saber, modo, lugar, tempo, origem, causa, efeito etc., esta pode indicar também diversas situações comuns quando estiver ligando um nome a outro, de forma imediata ou mediante certos verbos, como é o caso de possuidor e de coisa possuída (livro de Pedro), uma coisa e sua duração (rosas de todo o ano); o lugar a que se destina algo (bonde das águas férreas). Consideração semelhante tem Epifânio Dias (1918): “*De* serve de designar uma pess. ou cousa como objecto de uma acção ou sentimento (ou manifestação de sentimento), de um conhecimento ou capacidade: a) com substantivos e adjectivos” (EPIFÂNIO DIAS, 1918, p. 131).

Para Ilari *et al.* (2015), a preposição *de* também pode indicar destinação quando seus valores de assunto e de origem não podem ser ativados. Nesse sentido, a preposição *de* nas relações de tempo e de destino, na visão de Rocha Lima (1980), e na situação de conectivo entre nomes, como já anunciado também por Epifânio Dias (1918), pode ser substituída por *para* sem comprometer o significado do contexto, o que as torna formas variantes nos termos labovianos. Assim, podemos dizer “rosas *de* todo ano” e “rosas *para* todo ano”.

Em suma, para finalizarmos essa abordagem diacrônica, reproduzimos, por meio da figura 1, a entrada da forma *para* no dicionário de verbetes contemporâneo, a fim de percebermos quais relações podem, ainda, ser vistas no uso atual da língua portuguesa, assim como aquelas que foram, no curso da língua, sendo incorporadas, como fruto de expansões semânticas:

Figura 1—Entrada da forma *para* no dicionário Houaiss (2011)

pa.ra *prep.* **1** relaciona palavras por subordinação e exprime: **1.1** direção <vou p. casa> **1.2** proximidade; prestes a <estou p. mudar de emprego> **1.3** intenção; com intuito de <ficou p. receber os cumprimentos> **1.4** adequação <música p. dançar> **1.5** combate; contra <remédio p. dor> **1.6** em proveito de <doação p. os pobres> **1.7** duração <provisões p. um mês> **1.8** em equivalência com <três está p. seis assim como seis p. doze> **1.9** com <ele é bom p. todos> **1.10** propósito; finalidade <dieta p. emagrecer> [ETIM: lat. *per* 'por' e *ad* 'direção', pela f. arcaica *pera*] **p. que** *loc.conj.* a fim de que

Fonte: HOUAISS, 2011, p. 698

Temos, então, na forma *para*, a junção de duas preposições latinas que já passaram por um processo de gramaticalização dando origem a uma nova forma, tornando-se detentora dos valores locativos, mais concretos, como os de direção em (1.1) para valores mais abstratos de propósito, de finalidade em (1.10). Assim, por meio desse estudo etimológico e diacrônico, é possível compreender as motivações históricas que permitem que essa forma concorra, em alguns contextos específicos, semântica e sintaticamente com outras preposições como *a*, *de* e *em*.

Além disso, verificamos que *per-* e *ad-* são antigos prefixos que passaram por processo de variação e mudança morfológica, semântica e fonética que culminaram na forma *para*, hoje denotadora de relações de espaço, de tempo, de destino, de finalidade, entre outras, que foram adquiridas nos usos da língua. Assim, conhecida a origem etimológica da preposição de que nos ocupamos, abordaremos, na próxima seção, a origem da classe das preposições, que guarda estreita relação com os casos latinos.

1.2 Dos casos latinos às preposições

De acordo com o exposto na seção anterior, as preposições portuguesas surgiram a partir de prefixos latinos que, para Romanelli (1964), eram considerados inicialmente

advérbios, que se originaram na formação dos dialetos Indo-europeus e que, por conta da variação e da evolução dessas línguas, tomaram força de maior clareza, especializando-se como preposições. Dado que nessas línguas as funções sintáticas são marcadas morfológicamente e que, portanto, a ordem não afeta a significação, essas partículas podiam prepor-se (preposição) ou pospor-se (posposição) ao nome que lhes regia. Assim, na medida em que esse valor adverbial e concreto ia se esvaziando, aumentava o valor preposicional e abstrato, tornando-se exclusivamente preposições. Dessa forma, surgiu uma nova classe que, da função semântica de reclamar maior clareza junto aos casos latinos, com seu enfraquecimento e conseqüente desaparecimento, passaram a marcar, função sintática no português. Por isso, nesta seção, dedicar-nos-emos a percorrer essa trajetória de mudança sintática e semântica das preposições, do latim para o português. Veremos que as preposições passaram a exercer funções sintáticas decorrentes da queda dos casos latinos, o que se manteve no processo de transformação da língua-mãe até chegar ao português.

Conforme sinaliza Said Ali (1971), as preposições, tais como as conhecemos hoje, tiveram heranças distintas, a saber: parte do idioma latino, parte do românico e até mesmo de advérbios portugueses. Trata-se de uma classe que não possuía originalmente uma função gramatical e que a adquiriu na mudança do latim para o português. Esse processo decorre, como veremos, da herança do latim que, em sua estrutura, apresentava um sistema flexional bastante rico, não só no verbo, mas também no nome, já que as funções sintáticas eram assinaladas por morfemas casuais. Para Wiedemer (2013),

mais especificamente, as preposições, em latim, advindas de advérbios, originalmente dependiam diretamente do verbo e não regiam nenhum caso. No latim, as funções sintáticas eram marcadas pelas desinências casuais, porém, com as modificações fonéticas e morfológicas, elas se tornaram opacas semanticamente. Em virtude desse processo, o número de preposições utilizadas para expressar as flexões casuais aumentou, de maneira a indicar determinadas circunstâncias, tais como: origem, instrumento, etc. Assim, a “substituição” de casos por preposições não ocorre de maneira *pari passu*, ou seja, não havia, para cada caso, uma preposição. Dessa forma, um número maior de preposições passa a ser utilizado no latim para estabelecer determinados sentidos, que foram esvaziados pelos casos, e, conseqüentemente, há alguma “diminuição” do valor semântico das preposições, ou seja, uma evidente polifuncionalidade de usos (WIDEMER, 2013, p. 51).

De acordo com Câmara Jr. (1979), no processo de evolução da língua latina, ocorreu uma simplificação natural. Assim, o nome, em particular, tendia para uma estrutura de “desflexionalização” dos casos, o que se iniciou no latim vulgar, passando,

também, para a língua escrita. Com isso, naturalmente, houve uma remodelação morfológica dos nomes ligada a uma remodelação paralela dos padrões sintáticos, estabelecendo, assim, uma nova tipologia frasal. Em meio a essa mudança, esse tipo linguístico flexional formado essencialmente de desinências de nomes específicos, as partículas conectivas denominadas preposições, e a ordem dos vocábulos na frase tornaram-se essenciais na expressão das relações sintáticas. Visão semelhante tem Faria (1964), para quem as preposições surgiram dos antigos advérbios ou partículas independentes originárias de antigas formas nominais mais flexionadas que exerciam, em princípio, apenas funções de maior ênfase à expressão.

Por vêzes, êstes advérbios e partículas eram acrescentados, não para tornarem mais preciso o emprêgo de um caso, mas a significação de um verbo a que se vinha jungir, constituindo destarte os prevérbios, [...] não são propriamente as preposições que regem os casos, mas, ao contrário, êstes é que passaram a exige-las para maior clareza da expressão. Aliás, em tôdas as épocas da língua, ainda se encontram vestígios do primitivo estado de coisa, quando por si sós os casos eram bastantes para indicarem as relações estabelecidas posteriormente pelas preposições (FARIA, 1964, p. 255).

Como relatam as palavras de Faria (1964), com o passar do tempo, os casos latinos passaram a exigir preposições para traduzir relações que antes, por si sós, eles eram capazes de traduzir, o que atesta um esvaziamento semântico dos casos, que se especializam na função sintática. Para Romanelli (1964), os usos desses prefixos justificam-se por suas origens mais remotas; podem ter sido antigas formas casuais, de valor locativo e instrumental, que, ao destacarem-se do sistema de flexão nominal, tornaram-se advérbios de sentido concreto no Indo-Europeu. Assim, foram adquirindo autonomia semântica e, paralelamente, autonomia tópica, ao ponto de serem livres suas colocações na contextura da frase e, por isso, não dependiam nem do verbo, nem do nome. Todavia, à medida que foram constituindo os diferentes dialetos, foram desenvolvendo o sistema de regência e tomando regimes próprios e definidos, ora antepondo-se a nomes na qualidade de preposições, ora antepondo-se a verbos na qualidade de prevérbios.

Câmara Jr. (1979) propõe que, ao eliminar a flexão casual, as línguas românicas tenderam para a marca de subordinação tanto verbal quanto nominal por meio do uso das preposições. Para a subordinação do verbo em português, temos os usos de verbos transitivos indiretos, só aparecendo sem conectivos os transitivos diretos e em alguns usos circunstanciais específicos. Assim, essa relação dos casos latinos com o uso cada

vez mais elencado das proposições estabelecido ainda no latim nos leva a buscar essas relações tanto em termos sintáticos quanto em valores semânticos, ou seja, quais relações se estabelecem entre os casos, as preposições e os valores significativos dos enunciados. Essas são questões que procuraremos responder na próxima seção, assim como compreender o conceito de caso e sua relação com a trajetória das preposições do latim ao português.

1.3 Os casos morfológicos e as preposições

Na definição de Câmara Jr. (1964), casos são formas distintas que, segundo a sua função sintática, podem apresentar em muitas línguas um nome ou um pronome. Surgiram desde as antigas línguas Indo-europeias e se mantêm com mais ou menos completude em algumas línguas modernas, como o latim. Assim, primariamente, esses casos se subdividem

1) num caso reto, ou nominativo, para sujeito; 2) em casos oblíquos, para adjunto ou complemento. Os casos oblíquos são variadíssimos conforme a língua; entre eles destacam-se, por exemplo: a) o acusativo, *stricto sensu*, para objeto direto; b) o dativo, para o objeto indireto; c) o genitivo, para o substantivo que é o complemento circunstancial e tem, pois, função de advérbio (v.), subdivisível em ablativo *stricto sensu* (indicação de proveniência), locativo (lugar), instrumental (meio ou causa). O vocativo (v.) serve para função vocativa (CÂMARA JR., 1964, p. 69-70).

Ainda segundo Câmara Jr. (1979), o latim acabou herdando seis casos (nominativo, acusativo, dativo, genitivo, ablativo, vocativo), com os nomes apresentando diferenças flexionais distribuídos em cinco declinações, que, no latim vulgar, foram reduzidas a somente três por causa das semelhanças que havia entre essas desinências casuais. Vejamos, no quadro 1, adaptado da obra de Mafra (2013), os casos latinos e suas respectivas funções sintáticas:

Quadro 1– Funções sintáticas dos casos latinos

Caso	Função
<i>Nominativo</i>	Indica o sujeito especificador do predicado e os determinantes do sujeito.
<i>Acusativo</i>	Indica o objeto direto, os determinantes do objeto direto e papéis que expressam a extensão da ação verbal.
<i>Dativo</i>	Indica o objeto indireto ou destinatário, os determinantes do objeto indireto e o complemento nominal.
<i>Genitivo</i>	Indica o possuidor ou definidor e os determinantes desse papel.
<i>Ablativo</i>	Indica tempo, espaço e instrumento na expressão do predicado.
<i>Vocativo</i>	Indica apenas invocação ou chamamento.

Fonte: Quadro adaptado de Mafra (2013, p. 30)

Para Coutinho (1971), essa redução decorrente da semelhança entre as terminações casuais contribuiu para uma confusão nominal nas declinações já no latim clássico, em que alguns substantivos da quinta declinação poderiam ser declinados pela primeira e o mesmo ocorria com os nomes da quarta e da segunda declinação. Dado o encaixamento da mudança linguística, esse cenário de redução dos casos desencadeou uma necessidade de clareza na língua escrita, exigindo, assim, o emprego mais frequente das preposições. Sobretudo, na língua oral, que pedia maior expressividade e na qual a redução foi mais significativa, o emprego dessas partículas se tornou mais frequente. Dessa forma, onde antes o caso era suficiente para indicar a função, surge a preposição, para garantir a efetiva compreensão do sentido. Assim,

em vez do genitivo, aparece, no latim clássico, o ablativo com a preposição *de*: *nilgustabit de meo* (Plauto), *partem de istius impudentia* (Cícero); em lugar do *dativo*, usa-se o *acusativo*, regido de *ad*: *ad me magna nuntiavit* (Plauto), *ad propinquos restituit* (Tito Lívio); em substituição do *ablativo* simples, emprega-se o *ablativo* preposicionado: *ex causa humanae salutis, ab sceleribus parce, in amore Dei ferventes, digni de caelo Castores* (COUTINHO, 1971, p. 225).

Nesse contexto, ainda no latim clássico, devido à necessidade de clareza das relações semânticas com a presença cada vez maior das preposições, houve a migração de um caso para outro. Dessa forma, conseqüentemente, segundo Coutinho (1971), alguns casos foram desaparecendo, restando apenas o nominativo (caso sujeito) e o

acusativo (caso objeto). Entretanto, para Faria (1964), nem todos os casos se faziam acompanhar por esses prefixos de clareza.

Juntando-se preposição a um caso para exprimir com maior precisão concreta e relação considerada, conclui-se facilmente que o nominativo, o dativo e o acusativo do objeto, que exprimem relações abstratas, repugnem o emprego das preposições, e, ao contrário, o acusativo de fim ou de extensão, o ablativo, que exprimem relações concretas, venham frequentemente acompanhados das preposições (FARIA, 1964, p. 263).

Ilari *et al.* (2015) complementam essa questão ao proporem que as preposições em latim coexistiam com as marcas morfológicas de caso. Assim, enquanto algumas sentenças exigiam o uso de preposições para estabelecerem o sentido das sentenças, outras, formadas sem esses prefixos, eram bem formuladas devido à flexão casual que marcava com clareza a função sintática de cada sintagma nominal, conforme demonstram estes exemplos latinos⁵ com suas respectivas traduções portuguesas:

- (07) *Puellamagistramamat* (a menina ama a professora)
- (08) *Magistrapuellaerosam dat* (a professora dá uma rosa à menina)
- (09) *Magistralaborat capite* (a professora sofre de dor de cabeça)
- (10) *Puellavapulat* (a menina apanha)

Podemos observar nesses exemplos latinos (07-10) que as próprias terminações morfológicas determinadas pelos casos davam visibilidade a uma estrutura sintática fundamental. Em outras palavras: a preposição no latim não marcava função sintática; esta era marcada morfológicamente pela desinência casual e havia uma terminação distinta para cada função sintática, para cada declinação. Como a função sintática era marcada morfológicamente, a ordem da frase não era importante, o que passou a ser com a perda dos casos, conforme já afirmamos.

Na passagem do latim para o português, houve a queda de casos nominais. Conforme Ilari *et al.* (2015), o sistema de casos de substantivos e adjetivos perdeu-se quase completamente “e assim a identificação do papel sintático e semântico dos vários sintagmas nominais teve que lançar mão de outros meios. Esses meios são múltiplos, e

⁵ ILARI *et al.* (2015, p. 281).

o uso das preposições é apenas um deles” (ILARI *et al.*, 2015, p. 281). Além disso, segundo Faria (1964), as preposições em latim que expressavam as relações de lugar e, por metáforas, as relações de tempo, de causa, de modo, dentre outros valores, costumavam ser empregadas ora com o acusativo ora com o ablativo; algumas somente com o acusativo e outras somente com o ablativo. Assim, acentua Mafra (2013):

para a ideia de destinação e interesse, construída com o dativo, por sua proximidade semântica com o acusativo de fim, de movimento, de ponto de chegada e por sua suposta confusão fonética dos dois casos em alguns temas, o dativo foi substituído pelo acusativo com *ad*. Em vez de *dixit Deus muliëri* ‘disse à mulher’, dizia-se *dixit Deus ad muliërem* (MAFRA, 2013, p. 49).

O mesmo pode ser observado nas preposições, que, conforme Mafra (2013), indicam ideia contida no predicado. Assim, as partículas de movimento, de direção, de extensão e de ponto de chegada no tempo e no espaço também vão para o acusativo, como em *Lupus et agnus ad eundem rivum eunt* (O lobo e o cordeiro vão a um mesmo rio) e em *ad aeternum* (para sempre). Temos, então, que *ad-*, prefixo que está na origem da forma *para*, faz parte das preposições que regem acusativo, que, para Mafra (2013), compõem o grupo *ad = a, para, junto de, cerca de*, assim como o grupo *per = através, durante, por*, dentre outros. As formas que indicam localização no tempo e no espaço, o ponto de partida ou de afastamento, também com a ideia contida no predicado, vão para o ablativo, como é o caso de *a, ab = [de, desde, por]*; *de = do alto de, de, sobre*; dentre outros grupos, como no exemplo *ab urbe condita* (desde a fundação da cidade).

Por outro lado, temos preposições que podem ser empregadas tanto com acusativo quanto com o ablativo, como o grupo *in = [sobre, para a, contra] eo in urbem* (vou à cidade) e *em, sobre, entre*, no ablativo, *sim in urbe* (estou na cidade). Para Rocha Lima (1980), essa possibilidade de uso de *in* tanto no acusativo quanto no ablativo pode ter uma relação com o valor de finalidade vindo ainda do latim, conforme ressaltado na seção anterior. Porém, *in* foi majoritariamente substituído por *ad*, conforme nos ensina o gramático ora referido:

in que rege o acusativo (*in urbem ire*) foi igualmente substituído, na maioria dos casos, por *ad*. Tal transformação, que já estava bastante adiantada no período clássico, tem progredido cada vez mais na língua literária moderna, o que atesta ser o português, assim como o espanhol, um dos idiomas românicos mais seguramente etimológicos no emprego das preposições *em* e *a* (ROCHA LIMA, 1980, p. 345).

Nesse sentido, como o português não é uma língua casual⁶, com a queda dos casos latinos, surgem as preposições com maior força, isto é, das funções semânticas que estabeleciam, passam também a marcar função sintática na língua portuguesa, tarefa de que prescindiam no latim, sendo empregadas apenas com vistas à clareza das relações semânticas. Assim, quando desaparecem os casos, as preposições passam a marcar função sintática, como é a situação, no português, do objeto direto e do objeto indireto, dois tipos de casos oblíquos que se distinguem pela obrigatoriedade ou não da preposição. De acordo com Castilho (2019), essa redução dos casos do latim vulgar para somente três e posteriormente para o português em apenas um se deve ao fato de que esses casos marcavam

pós-nuclearmente os argumentos do verbo e os adjuntos da sentença. Eles foram substituídos por uma ordenação mais rígida dos argumentos na sentença, maiormente svo, e por uma marcação pré-nuclear, através das preposições, donde sua designação: *praepositiones*, “expressões postas antes das classes” CASTILHO (2019, p. 155).

Essa “ordenação mais rígida” referida por Castilho (2019) nos mostra que as preposições, antigos advérbios do Indo-europeu, já passaram por vários processos de mudança. Nesse percurso, elas alteraram não apenas suas funções – passando de instrumentos denotadores de maior clareza a marcadores de função sintática – como também se abstraíram semanticamente – expandindo seu escopo de relações mais concretas para outras mais abstratas – até se estabelecerem como uma nova categoria gramatical. Seu processo de abstração semântica parece caminhar paralelamente à marcação das funções sintáticas, já que as preposições que introduzem argumentos são semanticamente mais esvaziadas do que aquelas que introduzem adjuntos.

Considerando-se esse processo de mudança, trataremos, no próximo capítulo, sobre classes abertas e classes fechadas e sobre as relações das preposições com as classes fechadas, atentando-nos para o processo de gramaticalização que lhes deu origem.

⁶ Segundo Ilari *et al.* (2015), “a principal sobrevivente do sistema latino de casos, em português, é encontrada na classe dos pronomes. Por exemplo, o sistema formado por ele, e o lhe (que remontava a *ille, illum e ill (ui)* preserva a velha distinção entre o nominativo, acusativo e o dativo tanto na forma quanto na função do pronome de terceira pessoa” (ILARI *et al.*, 2015, p. 282).

CAPÍTULO 2

PALAVRAS DE CLASSES ABERTAS > PALAVRAS DE CLASSES FECHADAS E O PROCESSO DE GRAMATICALIZAÇÃO

A tradição gramatical tende a categorizar as palavras⁷ do idioma, separando-as em classes abertas e em classes fechadas. Atualmente, todavia, os estudos de Ilari *et al.* (2015) sugerem que esses critérios de classificação vão além do plano do conteúdo⁸, apontando para a descrição da língua como ela é usada e não como deveria ser. Segundo esses autores, classes abertas são aquelas possíveis de assumir novos itens na língua de acordo com a realidade extralinguística, como a revolução tecnológica (por exemplo, o verbo *deletar*), e a facilidade de variação da língua. Essas classes são divididas em substantivos, adjetivos, verbos e advérbios. Já as classes fechadas, como o próprio nome sugere, são aquelas com menor potencial para incorporar novos itens (por exemplo, o pronome *vossa mercê* mudou para *você*); assim, funcionam como instrumentos gramaticais e se dividem em pronomes, especificadores, conjunções e preposições.

Nosso objeto de estudo constitui, portanto, uma classe fechada, ou seja, aquela em que as incorporações de novos itens se fazem de modo mais restritivo e, normalmente, envolvendo um longo processo de mudança linguística que, contrariamente aos demais, não implica variação e concorrência entre as formas. A preposição *de* que nos ocupamos faz parte daquelas formas que resultam de um processo de gramaticalização, ou seja, “recategorização de itens que prolongam seu campo de ação para outras funções gramaticais” (BAGNO, 2011, p. 859). Dessa forma, dedicaremos este capítulo a discutir as seguintes questões: conceito de palavra e de classe de palavras; palavras de classes fechadas e palavras de classes abertas; a relação entre preposições e classes fechadas e o processo de gramaticalização que resultou na classe das preposições na língua portuguesa.

⁷ Discutiremos adiante a definição de palavras que, por ora, conforme Câmara Jr. (1964), definem-se como vocábulos providos de um semantema, com significação concentrada no seu radical: substantivos, adjetivos, advérbios e verbos. Nessa acepção, as preposições não são palavras, mas *vocábulos* (ou instrumentos gramaticais), já que não possuem radical.

⁸ Consideramos que o conteúdo é, segundo Câmara Jr. (1964), a significação da forma linguística; assim palavra é forma de conteúdo (tem radical), enquanto o vocábulo não o pode ser.

2.1 A palavra e sua categorização em classes

Segundo Bagno (2011), Platão deteve-se na explicação lógica da palavra como a descrição e a definição daquilo que até hoje os linguistas defendem como partes do discurso ou classes gramaticais. Assim, dividia o *logos* (sentença) em <substantivo/sujeito> + <verbo/predicado>. Em seguida, Aristóteles acrescenta o *sýndesmoi* (“coesivos”: artigos, pronomes e conjunções). Mais tarde, os estoicos prepuseram quatro classes: nome, verbo, conjunção e artigo. Esses gramáticos retomaram também posteriormente esses “coesivos” de Aristóteles – respectivamente as conjunções e as preposições – conferindo-lhes um papel de extrema relevância na lógica (sentença), devido a seu valor de conexão entre as palavras e entre as sentenças.

Segundo essa tradição gramatical, o conceito de palavra referia-se à parte mínima de análise linguística. Dessa herança, Basílio (1987) propõe que a palavra é uma unidade linguística básica, facilmente reconhecida por falantes em sua língua nativa; além disso, pode ser definida levando em conta três critérios: semânticos, sintáticos e morfológicos. Porém, observa que cada corrente tende a privilegiar alguns critérios em decorrência de outros. As gramáticas normativas, por seu turno, privilegiam o semântico, embora utilizem também os outros critérios, o que lhe rende duras críticas justamente pela mistura de parâmetros. O estruturalismo privilegia os critérios morfológicos e funcionais. Por fim, a teoria gerativa transformacional privilegia apenas critério sintático. Assim, embora haja uma relação não totalmente uniforme, no consenso entre essas propriedades, a definição mais adequada, segundo a autora, seria aquela em que todas essas propriedades fossem refletidas em uma hierarquia.

Segundo Evans & Green (2006), essa ideia de que as palavras podem ser simples agrupamentos em classes não é incontroversa e algumas dessas categorias têm um *status* distinto em diferentes correntes, conforme vimos anteriormente com Basílio (1987). Nas tradicionais teorias descritivas, segundo as quais as classes de palavras foram herdadas a partir de outras línguas/gramáticas, como é o caso da língua portuguesa, as palavras são classificadas prioritariamente segundo seu conteúdo.

No entanto, uma nova proposta de categorização surgiu gradualmente dentro da linguística descritiva moderna, apresentando uma visão mais objetiva das classes de palavras a partir de uma ideia ampliada da linguagem. Segundo essa perspectiva, as classes são agrupadas de acordo com sua morfologia e com seu comportamento distributivo. Assim, quando dispuserem do mesmo comportamento morfológico, as

palavras da mesma classe geralmente terão o mesmo tipo de afixos derivacionais e inflexivos. Já, quando apresentarem o mesmo comportamento distributivo, geralmente ocuparão as mesmas posições ou "espaços" em uma sentença relativa aos membros de outras classes de palavras, ou seja, apresentarão o mesmo paradigma.

Diante dessas controvérsias de seleção de propriedades e dificuldades de conceituação, Castilho (2019) propõe que a palavra pode ser definida como “unidade linguística maldita” e reconhece que, desde Saussure (1972 [1917]), ela é “malgrado a dificuldade que se tem para defini-la que se impõe ao espírito, algo central no mecanismo da linguagem” (SAUSSURE, 1972 [1917], p. 128 *apud* CASTILHO, 2019, p. 54). Em face desse conceito, Castilho (2019) avalia que isso decorra de sua constituição, que se assemelha ao que acontece com a sílaba, o sintagma e a sentença. Em face disso, propõe, então, uma regra para descrever essa estrutura: morfema prefixal + morfema radical + morfema sufixal. O resultado dessa análise é o reconhecimento das duas grandes subclasses, conforme o quadro 2, das palavras variáveis e das palavras invariáveis.

Quadro 2– Classes de palavras no português

Palavras variáveis	Palavras invariáveis
<i>Verbo</i>	<i>Advérbio</i>
<i>Substantivo</i>	<i>Preposição</i>
<i>Artigo</i>	<i>Conjunção</i>
<i>Pronome</i>	
<i>Adjetivo</i>	

Fonte: Castilho (2019, p. 55)

Essa proposta toma, pois, como critério para a categorização das palavras do português sua propriedade flexional, apoiando-se nos morfemas flexionais, desconsiderando duas classes propostas na tradição gramatical, quais sejam, interjeição e numeral, por não comungarem dessa propriedade. Outro critério possível, conforme expõe o autor, diz respeito às relações das palavras com outras palavras.

Outro arranjo das palavras em classes leva em conta suas propriedades de determinar outras palavras (palavras regentes, palavras regidas) ou de predicar outras palavras (palavras predicativas, palavras predicadas) (CASTILHO, 2019, p. 55).

Na visão de Perini (2010), esse arranjo para “palavra” equivale à ideia de que “uma classe é o conjunto das formas que têm o mesmo potencial funcional” (PERINI, 2010, p. 291). Ilari (2014) amplia essas definições, ao propor que estudar as palavras distinguindo-as em classes retoma os mais antigos tópicos dos estudos linguísticos que resistiram ao tempo. Esse tipo de categorização mais estanque, de acordo com novas teorias e abordagens linguísticas, pode incorrer, conforme defende o autor, em algumas impropriedades.

Essa perspectiva fica evidente nos pressupostos da gramaticalização – assunto que abordaremos nas próximas seções –, já que, em virtude da dinamicidade das línguas, não raro, formas lexicais tendem a se transformar em formas gramaticais ou ainda em formas mais gramaticais e potencialmente em morfemas. Por causa dessa dinamicidade, em um mesmo momento da história da língua, as palavras/formas podem ser categorizadas de maneiras diversas em diferentes pontos no percurso. Por isso, ainda segundo Ilari (2014), podemos dizer que existem na língua palavras ou expressões mais ou menos gramaticalizadas, desfavorecendo a categorização em uma classe restrita de palavras.

Outra abordagem, a multissistêmica (Cf. CASTILHO, 2019), propõe que qualquer sentença tende a mobilizar informações em vários níveis da linguagem, a saber: lexicais, sintáticos, semânticos e discursivos. Assim, para integrar todos esses sistemas, a língua utiliza o dispositivo sociocognitivo sem relacionar uma prioridade lógica, aquela ainda proposta por Aristóteles, porém multissistêmica. Nesse sentido, Ilari (2014) aponta que analisar a língua sob a abordagem cognitiva pode trazer consequências sobre o modo de representar o objeto, como cada unidade linguística, cada classe ou construção gramatical, o que se apresenta como um desafio à identificação de uma ou de outra característica que possa dar conta da especificidade de cada palavra da língua.

Além disso, essa ideia de que as palavras têm características semânticas, cognitivas, discursivas, dentre outras, que podemos distribuí-las adequadamente em classes, não é apenas histórica e cultural, mas também faz parte da convicção dos falantes da língua, quando escolhem uma palavra em detrimento de outra. Considerando-se essas ponderações, trataremos, na próxima seção (2.2), das articulações linguísticas (lexical e gramatical), relacionando-as com as palavras consideradas de classes abertas e de classes fechadas.

2.2 Natureza da articulação fundamental da língua: lexical e gramatical

Segundo Câmara Jr. (1992), a divisão da articulação fundamental da língua é composta por duas naturezas: uma lexical e uma gramatical. A primeira associa o morfema a algo referente ao mundo “biossocial”, isto é, ao espaço de envolvimento interacional da linguagem. Assim, nos exemplos do autor, os morfemas *estr-*, de *estrela*, e *com-*, de *comer*, são morfemas lexicais, uma vez que compõem o cerne do vocábulo. Por outro lado, a segunda natureza correspondente aos morfemas gramaticais, que constituem a parte formal da gramática da língua, como, por exemplo, *-a*, que representa a classe nominal de *estrela*, ou *-e*, indicativo de 2ª conjugação do verbo *comer* no infinitivo, ao contrário de *-a* de 1ª conjugação e *-i* de 3ª, no português.

Nesse contexto, ainda para Câmara Jr. (1992), por causa da necessidade de comunicação humana, não só os morfemas lexicais, todavia os morfemas gramaticais também são usados para expressar coisas referentes ao mundo. Assim, no português, ao caracterizar um ser humano na sua primeira fase da vida, temos a forma lexical *criança*; já para expressar o ser completamente desenvolvido, temos o morfema lexical *homem*. Porém, temos, por exemplo, em *gatinho* o morfema lexical *gat-* e o morfema gramatical *-inho*, mostrando que a articulação fundamental da língua compreende tanto uma natureza lexical quanto outra gramatical. Nas palavras do autor,

são os morfemas gramaticais, sistemas mais ou menos fechados, que constituem a gramática de uma língua. Os morfemas lexicais constituem uma série aberta, no núcleo dos vocábulos, ou conjuntos léxicos, se alinham nos dicionários (CÂMARA JR, 1979, p. 25).

A partir dessa distinção categorial, o autor propõe que os morfemas gramaticais desempenham três funções: i) indicam classificações formais; ii) estabelecem relações dos vocábulos dentro da sentença; iii) marcam, pela sua oposição entre si ou pela sua presença em face da sua ausência, as relações que a língua estabelece entre coisas diversas, de acordo com as ideias que delas fazemos. Assim, quanto a essas funções, estabelecem-se três critérios de classificação dos vocábulos: o primeiro, semântico, parte do ponto de vista do universo biossocial que se incorpora na língua; o segundo, de natureza formal ou mórfica, se apresenta de acordo com a forma gramatical; por fim, o critério que teve “muita acolhida na gramática descritiva norte-americana, orientada

pela linguística sincrônica de Bloomfield, é o funcional, ou seja, a função ou papel que cabe ao vocábulo na sentença” (CÂMARA JR, 1979, p. 77).

Para a discussão do critério funcional, Bagno (2011) retoma a divisão clássica dos estudos linguísticos numa perspectiva dualista: léxico *versus* gramática, como se a língua fosse composta de dois grandes conjuntos, quais sejam, as palavras e as regras que põem em funcionamento essas palavras. Porém, discute que essa dicotomia não tem lugar, pois léxico e gramática não podem ser assim separados. O que permite

essa separação entre palavras/léxico/morfologia de um lado, e regras/gramática/sintaxe, do outro, é o que tem permitido falar em “classes gramaticais abertas” e “classes gramaticais fechadas”: as abertas seriam aquelas cujo repertório se amplia o tempo todo com novas contribuições dos falantes (estrangeirismos, empréstimos, neologismos, derivação etc.), enquanto as “fechadas” seriam dotadas de um número finito de membros. Assim, substantivos, adjetivos, verbos e advérbios seriam classes “abertas”, enquanto pronomes, preposições, artigos, conjunções etc. seriam classes “fechadas” (BAGNO, 2011, p. 433).

Ilari (2014) complementa que essas classes de palavras consideradas, segundo a tradição linguística, “abertas” remetem ao significado de que podem ganhar novos itens o tempo todo, levando em conta que esses novos membros são formados por processos morfológicos “ricos”, estáveis e regulares, isto é, se tornam imediatamente reconhecíveis pelos processos dos quais participam e pelo tipo de desinência ou até mesmo pelos sufixos que podem receber. A classe dos verbos nos mostra com clareza esse processo, pois basta acrescentarmos o sufixo *-ar* ou *-ndo* a uma forma da língua que podemos ter um verbo como resultado, como é o caso do nome Caetano, que acrescido desses sufixos, forma, por conseguinte, as formas verbais *caetanear* e *caetaneando*.

Por outro lado, não em uma escala de dualismo, como bem pontuam Ilari *et al.* (2015), as “classes fechadas”, embora gozem de certa estabilidade, nem sempre foram consideradas como hoje. Essas classes já passaram por processos de variação, sofreram e ainda sofrem mudanças, embora lentas, com a exclusão de membros antigos e com a incorporação de membros novos. A classe dos pronomes pode nos fornecer exemplos desse processo mais lento de variação: é o caso do uso de “nós” por “a gente” ou de “tu” por “você.” Assim, Ilari *et al.* (2015) propõem que as classes fechadas

englobam palavras que exprimem operações muito básicas que realizamos para conceituar os dados de nossa percepção, e que têm sua contraparte também na arquitetura da língua. Isso quer dizer que saber o significado das

palavras pertencentes a classes fechadas é saber algo sobre como é estruturada determinada língua (ILARI *et al.*, 2015, p. 170).

Assim, a diferença entre classe fechada e classe aberta não está na oposição da conceituação, mas na velocidade da mudança, no gradualismo e nas diferentes possibilidades de processos de variação e/ou mudança da classe da palavra ou da substituição de novos itens. Além disso, para Evans & Green (2006), as palavras de classes abertas possuem um significado facilmente identificável, ou seja, fornecem o conteúdo desejado nas afirmações, pertencem às classes mais extensas e estão em constante mudança, concebidas na possibilidade de introdução de novas palavras, assim como no desaparecimento de palavras antigas.

Mesmo no conjunto de palavras de classe aberta, há várias classes de palavras igualmente importantes que contêm morfemas gramaticais. Estas têm um significado identificável, fato que, muitas vezes, são descritas como *palavras funcionais* e pertencem às classes que são pequenas e mais resistentes a mudanças. Dessa forma, com exceção de alguns determinantes, as palavras das classes dos advérbios, das conjunções e das preposições, por exemplo, não possuem qualquer inflexão ou propriedades derivacionais que mostrem alguma distribuição previsível de padrões, como é o caso do inglês e do português.

Assim, para tentar solucionar essa problemática da divisão das palavras em classes, Bagno (2011) propõe uma metáfora da linguagem como uma nebulosa, ou seja, léxico, gramática, discurso e semântica se circulam, se fundem, se colidem fazendo surgir novas palavras (estrelas e planetas):

É justamente por causa desse caráter nebuloso da língua que as classificações gramaticais não podem ser tomadas como fixas e definitivas. Teorias linguísticas tentam mostrar que as palavras navegam pela nebulosa da língua sem respeitar fronteiras rígidas, sem se encaixar de uma vez por todas nessa ou naquela classe (BAGNO, 2011, p. 436).

Neves (2011) amplia e sistematiza essa discussão, ao propor o princípio da multifuncionalidade. De acordo com essa teoria, os diferentes itens assumem seu significado no uso da língua e, assim, definem sua função. Em face disso, as entidades da língua têm de ser avaliadas em conformidade com o nível em que ocorrem, diminuindo-seno seu estreitamento com o texto. Nesse sentido, a multifuncionalidade pode ser vista como crucial para uma interpretação da linguagem, fato que permite a

muitos constituintes de uma construção entrar em mais de uma função numa dada construção. Assim sendo, a multifuncionalidade requer uma investigação que prevê

a verificação do cumprimento de diferentes funções da língua (apesar de sua indissociabilidade e implicação mútua); a verificação do funcionamento dos itens segundo diferentes limites de unidade (desde o texto até os sintagmas menores que a oração). Entrecruzam-se, pois, no tratamento, funções e níveis de análise. Acresce, ainda, do ponto de vista semântico, a configuração de diferentes esferas nas quais os diferentes itens atuam: esfera dos participantes, esfera das relações e processos, esfera dos circunstantes (NEVES, 2011, p. 13).

Dessa forma, ao assumir a multifuncionalidade das formas linguísticas, Neves (2011) defende uma proposta de investigação capaz de descrever o comportamento das diferentes classes gramaticais de acordo com a funcionalidade de seus usos nos mais diversos níveis em que são empregadas. Nesse contexto, a valência dos verbos entra no nível da oração, dos nomes ou dos adjetivos que representam o sistema de transitividade, partindo daí para o nível dos sintagmas da oração. Já as palavras consideradas classes lexicais definem seu estatuto semântico no sistema de transitividade no interior da oração, indo para um segundo nível das suas relações semânticas textuais. Por fim, despontam as palavras gramaticais, como é o caso das preposições, por constituírem itens da organização semântica frasal.

Postas essas questões e considerando-se os limites de nosso objeto de pesquisa, apresentaremos, na próxima seção (2.3), uma discussão mais específica sobre a relação das preposições com as classes consideradas fechadas.

2.3 Preposições: classe fechada?

Conforme discutido nas seções anteriores, as palavras de classe fechada são aquelas cuja inserção de novos itens acontece de uma maneira bem mais lenta pelo fato de envolver mudança linguística. Vimos, também, que Câmara Jr. (1992) propõe a classificação dos vocábulos formais de uma língua a partir dos critérios semântico, morfológico e funcional. Porém, o que esse autor concebe como vocábulos formais? Para defini-los, o linguista retoma os estudos de Bloomfield (1933), sugerindo uma divisão das formas em duas espécies: formas livres e formas presas.

Sob o rótulo da primeira abriga-se qualquer sequência que pode ter participação isolada em uma comunicação eficaz, como é o caso, por exemplo, da palavra

“proscrever”. Já a segunda agrega aquelas que funcionam, conforme o nome, presas a outras formas, como é o caso do prefixo *pro-* de “proscrever”. Desse modo, chega à seguinte definição: “o vocábulo formal é a unidade a que se chega, quando não é possível nova divisão em duas ou mais formas livres” (CÂMARA JR, 1992, p. 69).

Em português, ainda segundo Câmara Jr. (1992), esse critério pode até se estender às partículas proclíticas e enclíticas, caso se acrescente outro conceito, qual seja, o de “formas dependentes”, denominação dada a

uma forma que não é livre, porque não pode funcionar isoladamente como comunicação suficiente; mas também não é presa, porque é suscetível de duas possibilidades para se disjuntir da forma livre a que se acha ligada: de um lado, entre ela e essa forma livre pode se intercalar uma, duas ou mais formas livres *ad libitum* (*a grande promissora e excelente lei*). Por outro lado, quando tal não é permissível (nos pronomes átonos que funcionam junto ao verbo), resta a alternativa dela mudar de posição em relação à forma livre a que está ligada, o que não ocorre absolutamente com uma forma presa: ao lado de *se fala*, há também a construção *fala-se* etc. (CÂMARA JR. 1922, p. 70).

Nesse contexto, as preposições, assim como as conjunções, para Câmara Jr. (1992), são conectivos que pertencem “ao mecanismo da língua sem pressupor em si mesmos qualquer elemento do universo biossocial” (CÂMARA JR., 1992, p. 79). São morfemas gramaticais, isto é, sistemas mais ou menos fechados, que constituem a estrutura de uma língua. Dessa forma, podem ser consideradas formas dependentes, enquanto vocábulos conectivos subordinativos capazes de tornar um termo dependente do outro. Assim, enquanto as preposições subordinam um vocábulo a outro, as conjunções subordinam sentenças, tornando uma dependente da outra, conforme discutiremos no próximo capítulo.

Esse caráter mais ou menos fechado dos morfemas gramaticais designado à classe das preposições remete aos estudos de Langacker (2009), que, ao inserir as preposições no rol das categorias gramaticais, afirma que elas se encontram no sistema intermediário, entre as duas classes conceituais fundamentais representadas em polos opostos, substantivos e verbos. Assim, numa categorização esquemática, um substantivo designa uma coisa, um agrupamento apreendido holisticamente como uma entidade unitária, enquanto um verbo designa um processo, um relacionamento em âmbito sequencial com sua evolução ao longo do tempo. As preposições, por seu turno, estão no meio: assemelham-se a verbos, porque designam relacionamentos, e se assemelham aos substantivos, porque esse relacionamento é apreendido holisticamente e não

sequencialmente. Essa caracterização conceitual de preposições é indicativa de seu *status* intermediário, considerando-se o todo que compõe a língua.

A primeira parte se deve ao fato de constituir categoria intermediária no *continuum* léxico-gramatical. A segunda diz respeito a seu estatuto intermediário em termos de categoria gramatical, para a qual substantivos e verbos representam uma oposição máxima. Por fim, as preposições têm estatuto intermediário por estabelecerem relações que não podem ser explicadas individualmente ou apenas pela soma dos seus componentes, ou seja, o sistema total da língua determina como se comportam as partes.

Nesse contexto, esse caráter intermediário se reflete também na classificação da classe das preposições enquanto classe fechada. Do ponto de vista sintático-semântico, de acordo com Saint-Dizier (2006), as preposições podem ser vistas primeiramente como uma categoria funcional de frases preposicionais. Em termos sintáticos, a preposição domina hierarquicamente o substantivo. Em termos semânticos, as preposições também podem ser vistas entre uma estrutura que a precede, por exemplo, um verbo, e outra que a segue, por exemplo, um NP numa relação que pode ser representada como conceitual.

Finalmente, as preposições podem ser vistas como uma categoria lexical que impõe tanto uma seleção categorial quanto uma seleção semântica. Assim como nas outras categorias predicativas, as preposições têm restrições sobre seus argumentos, atribuem funções semânticas e têm um conteúdo semântico previsivelmente subespecificado. Nesse sentido, as preposições assemelham-se às palavras de classes abertas. A diferença está no fato de que, em se tratando de outras categorias de classe aberta, como substantivos, verbos ou adjetivos, estes possuem morfologia flexional, ou seja, são variáveis, enquanto elas não têm qualquer morfologia, não flexionam. Portanto, o papel central desempenhado pela preposição consiste em sua propriedade predicativa e em sua natureza relacional.

Neves (2011) endossa a proposta de as preposições serem categorizadas como itens intermediários por Langacker (2009), ou seja, designarem tanto relacionamentos quanto processos empreendidos pela função na linguagem, além de serem formas predicativas e de natureza relacional, tal como proposto por Saint-Dizier (2006), ao descrever a classe das preposições no português. Segundo Neves (2011),

- a) a preposição pertence à esfera das relações e processos;
- b) seu papel se define:

no sistema de transitividade, ou não;
 no nível intrafrásico, ou seja, no nível do próprio enunciado (transitividade de um predicado, isto é, de um verbo) ou no nível do sintagma (transitividade de um predicado nominal representado por um nome ou adjetivo valencial, que são tipos de predicado deslocado para o interior do sintagma).

Como peça do sistema de transitividade, a preposição, a partir de uma zona de acepção (expressão de processo, manifestação de *casos*), tira seu valor das relações contraídas entre os elementos cuja junção se efetua. Avaliam-se, então, na descrição do uso da preposição:

- a) o seu significado unitário;
- b) a natureza dos dois termos em relação;
- c) a relação sintática entre o antecedente e o conseqüente;
- d) os traços semânticos dos dois termos em relação e a relação semântica que entre eles se estabelece (NEVES, 2011, p. 18).

Nessa perspectiva, é possível percebermos a riqueza de critérios de análise das preposições, o que mostra que, mesmo consideradas palavras de classe fechada, apresentam seu caráter dinâmico e multifuncional. Borba (1980) complementa, ao considerar ainda que o fato de uma língua possuir a classe das preposições costuma ser muito frequente. Isso ocorre pelo fato de constituírem uma classe gramatical, ou seja, um conjunto fechado. Quanto maior for a implicação gramatical de uma classe, maior a sua probabilidade de ocorrência. Em outras palavras, a frequência se relaciona diretamente com a significação gramatical do item lexical. Esse caráter fechado não se restringe, então, à (im)possibilidade de receber novos itens, mas ao fato de que a mudança acontece de maneira mais lenta que com as palavras de classe aberta. Considerando-se que as preposições são categorias gramaticais, tal como exposto, há que se admitir que a expansão da classe se dá por um processo de mudança linguística denominado de *gramaticalização*, o qual será discutido na seção 2.4, a seguir.

2.4 Expansão das classes fechadas: o processo de gramaticalização

Segundo Lehman (1982), Antoine Meillet (1912) cunhou pela primeira vez o termo “gramaticalização” para se referir à evolução das formas gramaticais. A partir de então, surgiram trabalhos de diversos autores sobre os processos de gramaticalização nas línguas, sob diversas perspectivas teóricas. Um ponto que foi bastante explorado pelos estudiosos naquele momento diz respeito aos estágios da mudança linguística envolvida no processo, o que levou ao estabelecimento de diferentes princípios e parâmetros para se identificarem os estágios do processo de mudança das formas. A partir de então, sabe-se que existem parâmetros mais adequados para flagrar estágios iniciais do processo (Cf. HOPPER, 1991), bem como aqueles cujo escopo é identificar

estágios mais avançados da mudança (Cf. LEHMANN, 1982; HEINE *et al.* 1991), como é o caso da forma *para*, de que nos ocupamos neste estudo.

Nesse contexto, temos nos trabalhos de Hopper (1996 [1991]), a gramaticalização concebida como um processo pelo qual um item muda de estrato na língua, do léxico para a gramática. Desse modo, esse autor propõe critérios voltados para estudo de formas em estágios iniciais do processo: (i) estratificação; (ii) divergência; (iii) especialização; (iv) persistência; e (v) descategorização. Lehmann (1995[1982]), por seu turno, concebe a gramaticalização como um processo que envolve a mudança tanto de lexemas em formativos gramaticais, quanto de formativos gramaticais em mais gramaticais, apresentando uma escala simbolizada por $x > y$, ou seja, sincronicamente, y é mais gramatical do que x , mostrando um processo evolutivo de x a y . Nessa perspectiva, para inferir o estágio de gramaticalização de uma forma, é necessário determinar o seu grau de autonomia. Por isso, o autor propõe seis parâmetros para aferir o grau de autonomia em estágios mais avançados de gramaticalização, quais sejam: (i) integridade; (ii) paradigmaticidade; (iii) variabilidade paradigmática; (iv) escopo; (v) conexidade; e (vi) variabilidade sintagmática.

No que tange ao percurso da mudança, existe um consenso na literatura de que, tal como proposto por Heine *et al.* (1991), a gramaticalização é um processo unidirecional e linear, o que implica assumir que não existe desgramaticalização. Isso significa que, uma vez gramaticalizadas, as formas passam a desenvolver funções gramaticais e continuam a assumir novas funções gramaticais, tendendo a se tornarem mais regulares e mais previsíveis na língua, como é o caso de nosso objeto de estudo.

Nesse contexto, esses autores estabelecem sete parâmetros que servem como instrumento para evidenciar graus de gramaticalidade semântica ou conceptual dentro do domínio, a saber: (i) critério da etimologia; (ii) critério espaço x tempo; (iii) critério da animacidade; (iv); critério da referencialidade; (v) critério da relação lógica; (vi) critério da inclusão; (vii) critério das relações entre termos. Esses critérios permitem traçar um *continuum* de gramaticalização da forma de acordo com as categorias envolvidas.

Assim, há um movimento cíclico nesse processo que pode ser visto, na proposta de Werner & Kaplan (1963) *apud* Heine *et al.* (1991a), como o princípio de exploração de formas velhas, porém com novas funções. Desse modo, conceitos concretos são mobilizados para a descrição de relações mais abstratas, envolvendo um processo cognitivo de transferência conceptual metafórica entre domínios. A partir disso, Heine

et al. (1991), propõem que a transferência entre domínios compreende o seguinte *continuum* de abstração:

pessoa > objeto > processo > espaço > tempo > qualidade

É possível percebermos a hierarquia e a unidirecionalidade desse *continuum* em que a mudança caminha sempre da esquerda para a direita. Nesse sentido, as categorias cognitivas mais próximas do indivíduo são [+concretas] em detrimento das mais distantes dele, que, por conseguinte, são [-concretas ou +abstratas]. Segundo observam Ilari *et al.* (2015), esse processo de gramaticalização que envolve a passagem de funções concretas a funções mais abstratas, é muito produtivo na língua portuguesa. Vejamos, com base nos exemplos (11) e (12), de nosso *corpus*, como tal abstração se dá com a forma *para*.

- (11) “As bagagens já foram **para** a estação.” (Séc. XIX, grifos nossos)
- (12) “Não tinha razão **para** comparecer à missa, a menos que lá estivesse **para** espionar.”(Séc. XX, grifos nossos)

Analisando os dois dados, em (11) temos um uso mais concreto da forma, estabelecendo um valor de espaço, ou seja, um deslocamento concreto no espaço. Já em (12) temos, nas duas ocorrências da forma no contexto, usos abstratos, cujo movimento denotado não é mais no espaço, mas em direção a um objetivo ou finalidade. Segundo Ilari *et al.* (2015), caso consideremos a classe das preposições como um todo, temos um grupo (*a, de, com, em e para*) que se encontra em um grau de gramaticalização mais avançado que os demais. Isso ocorre devido ao fato de esse grupo ser composto por preposições mais usadas na língua, em diferentes contextos sintáticos, em comparação com as menos gramaticalizadas. Ainda segundo os autores, somente as formas mais gramaticalizadas, entre as quais se encontra nosso objeto de estudo, é capaz de assumir as funções mais gramaticais de introduzir argumentos e de relacionar orações.

Bybee (2003) amplia um pouco a questão, ao assumir a gramaticalização como um processo pelo qual uma forma usada com frequência se torna automatizada como unidade de transformação. Nessa perspectiva, o foco da mudança está na produtividade dos usos da forma em diferentes contextos linguísticos, ou seja, o papel da frequência é crucial para o funcionamento da língua, assim como para o estabelecimento de

mudança. Nesse processo, leva-se em conta a frequência da forma, já que o número de vezes que uma estrutura ocorre é determinante para que ela se torne mais acessível na cognição do falante e potencialmente mais produtiva para a criação de novas estruturas em novos contextos. Isso contribui tanto para o processo de gramaticalização quanto para a multifuncionalidade das formas, tema que abordaremos no próximo capítulo, com foco na multifuncionalidade da forma *para* no PB.

CAPÍTULO 3

A MULTIFUNCIONALIDADE DA FORMA *PARA*

Conforme vimos no capítulo anterior, classes de palavras não são apenas coleções de itens, mas se definem pela função que desempenham na língua. Dessa forma, a multifuncionalidade de uma forma é indicada levando em conta tanto aspectos formais quanto funcionais. Por essas questões, dedicaremos o presente capítulo a descrever a multifuncionalidade da forma *para* no português brasileiro (PB), nas funções de preposição e de introdutora de locução conjuntiva, no papel de conjunção. Para tanto, buscaremos uma definição para a classe das preposições com amparo na linguística cognitiva, assim como para a classe das conjunções, tentando mostrar traços comuns e especificidades entre essas duas classes.

3.1 As preposições sob o enfoque cognitivo

A linguagem, sob a perspectiva cognitivista, segundo Ungerer; Schmid (1996), é baseada em nossa experiência e na forma como percebemos e conceitualizamos o mundo ao nosso redor. Assim, para a nossa localização e para a localização da realidade que nos cerca, orientamo-nos por pistas linguísticas. Dessa maneira, segundo Pontes (1992), “lidamos com o espaço ao tentar localizar objetos, ora tomando como referência o falante, ora outros objetos no contexto” (PONTES, 1992, p. 8).

Lakoff (1987), um dos precursores da Linguística Cognitiva, adota, em suas pesquisas, o *realismo experiencialismo*, que tem por objetivo criar uma perspectiva particular entre várias perspectivas possíveis e igualmente viáveis em relação ao mundo. Em seguida, conforme Kewitz (2011), surgem outros trabalhos relacionados à questão do “espaço” em várias línguas, tais como inglês, alemão, francês, espanhol, entre os quais citamos Slobin (1996), Dirven & Pütz (1996), Talmy (2000ab), García-Miguel (2006). Na língua portuguesa, destacamos os trabalhos de Pontes (1992), de Batoréo (1998, 2006, 2008), de Teixeira (1998), Castilho *et al.* (2002), de Kewitz (2007) e de Ilari *et al.* (2015), entre outros. Para Silva (1997), a teoria cognitivista aborda, ainda, diversos temas:

as características estruturais da categorização linguística (tais como prototipicidade, polissemia, modelos cognitivos, metáforas e imagens mentais), os princípios funcionais da organização linguística (iconicidade e

naturalidade), a interface conceptual entre sintaxe e semântica, a base pragmática e ligada à experiência da linguagem-no-uso e a relação entre linguagem e pensamento (incluindo questões sobre o relativismo e sobre os universais conceptuais) (SILVA, 1997, p. 59).

Pautando-nos, pois, nessa abordagem teórica, para tentar conceituar nosso objeto de estudo,

interessa distinguir bases de conhecimento de três tipos: esquemas imagéticos, modelos cognitivos idealizados e a própria língua [...]. Essas bases de conhecimento são operadas por habilidades cognitivas, entre as quais a mais central é a da comparação, que nos permite entender e conceitualizar realidades mais abstratas, em termos de domínios de experiência mais concretos (ILARI *et al.*, 2015, p. 185).

Como já demonstrado no capítulo anterior, semelhante observação pode ser identificada nos usos da preposição *para*. Ademais, tal abstração favorece o *continuum* e compromete a caracterização estanque numa única classe. Assim, com relação às características estruturais da categorização linguística, adotaremos, nesta pesquisa, a noção de prototipicidade (LAKOFF, 1987) por reconhecer que *para*, do ponto de vista formal, é prototipicamente uma preposição, porém, dependendo das relações estabelecidas nos diversos contextos, isso não serviria de regra em todos os eventos.

Já com relação a bases de conhecimento, trabalharemos com os conceitos de “esquemas imagéticos” e com a concepção da “própria língua”, por constituírem os principais pressupostos de análise das preposições (ILARI *et al.*, 2015), segundo a linguística cognitiva. De acordo com Zelinsky-Wibbelt (1993), as preposições ganharam uma centralidade dentro da linguística cognitiva. Isso se deve ao fato de que são tidas como expressões espaciais altamente representativas da natureza do significado linguístico. Seguindo esse paradigma, a conceituação compreende o significado linguístico, ou melhor, a interpretação linguística equivale à conceituação. O ponto essencial é que toda experiência mental – conceitualização – é, em última análise, baseada na experiência física adquirida com nosso relacionamento em um ambiente espacial, estabelecida por Lakoff (1987) como experiência pré-conceitual.

Nesse contexto, para o estabelecimento dessas relações semânticas tendo como ponto de partida o processo de categorização, Lakoff (1987) propõe a Teoria

Prototípica. Segundo essa teoria, Modelos Cognitivos Idealizados⁹ são ativados para o significado das expressões linguísticas. Esse relacionamento é mentalmente codificado em *esquemas de imagens* que atuam nos domínios físicos ou abstratos estruturados pela percepção. Finalmente, os *metafóricos* são ativados para fazer intervir os mecanismos imaginativos da razão. Expressões abstratas são, assim, indiretamente entendidas em termos de modelos pré-conceituais diretamente significativos, que são limitados pela percepção das relações físicas. Câmara Jr. (1979) reconhece essa noção locativa das preposições:

É claro que a significação gramatical das preposições abrange necessariamente o plano fundamental locativo e o das relações abstratas dele derivado. Neste último se acha a significação de “referência” da preposição *a* (a que está ligada a sua função no objeto “indireto”), o de “finalidade” da preposição *para*, a de “meio” da preposição *por*, e assim por diante (CÂMARA JR. 1979, p. 246).

Isso corresponde ao conceito de metáfora formulado por Lakoff & Turner (1989), ao proporem que esse mecanismo cognitivo é uma ponte de ligação entre domínios semânticos diferentes, fazendo com que novos caminhos possam existir para a compreensão do mundo pelo sujeito, isto é, uma forma de expandir os significados de palavras. Zelinsky-Wibbelt (1993) endossa essa análise ao propor que, com preposições,

essa abstração de informações pode ser estudada de maneira bastante transparente: em seu significado prototípico, a maioria das preposições são predicados espaciais e, como tais, podem se concentrar em diferentes aspectos do nosso ambiente físico. De fato, a seleção entre diferentes preposições ou entre diferentes sentidos de uma preposição depende da possibilidade de focalizar um estado de coisas de maneiras diferentes¹⁰ (ZELINSKY-WIBBELT, 1993, p. 2, tradução nossa).

Ilari *et al.* (2015) seguem a mesma linha de análise ao proporem que isso é possível devido à base de conhecimento que os falantes compartilham de um modo muito geral, motivados pelas experiências motoras, e que, desprovidos de conteúdo proposicional e de formulação linguística, estão vinculados “diretamente à percepção de

⁹ Não temos a intenção de propor uma ampla discussão sobre os Modelos Cognitivos Idealizados, apenas apontar para a proposta de Lakoff na teoria Prototípica para categorização das expressões linguísticas, em especial, a forma *para*, nosso objeto de estudo. Cf. Lakoff (1987, p. 289-303).

¹⁰Cf. original: “This abstraction of information can be studied in a fairly transparent way: in their prototypical meaning most prepositions are spatial predicates and as such they can focus on different aspects of our physical environment. In fact, the selection from among different prepositions or from among different senses of a preposition depends on the possibility of focussing on a state of affairs in different ways.”

si próprio e do ambiente” (ILARI *et al.*, 2015, p. 185). Assim, enquanto Ilari *et al.* (2015) argumentam em favor de que as preposições são categorias espaciais por excelência, já Langacker (2009) problematiza: “as preposições são realmente de natureza espacial?” (LANGACKER, 2009, p. 10). Para responder a essa indagação, o linguista retoma os trabalhos clássicos sobre preposições francesas (VANDELOISE 1984, 1986, 1991), explorando as seguintes questões: será que as preposições são termos de configuração espacial? Ou será que uma caracterização funcional pode ser mais fundamental e descritivamente mais adequada? Para Vandeloise (1985), as preposições apresentam fatores espaciais e funcionais, ou seja, são acomodadas e relacionadas de acordo com o evento. Essa função relacional de base espacial das preposições, segundo a abordagem cognitiva (Cf. CIFUENTES HONRUBIA, 2001), revela o seu estatuto de predicadores relacionais, ou seja, de categoria capaz de estabelecer uma relação entre duas entidades no evento:

Na gramática cognitiva, as preposições também são entendidas como expressões relacionais, já que expressam como o conceitualizador configura as partes que constituem uma cena espacial com respeito a outra [...]. Assim, pois, as preposições, na qualidade de predicadores relacionais, perfilam uma relação entre duas entidades segundo uma base. A base é a parte do esquema que está no escopo da predicação que é conceitualmente coberta (CIFUENTES HONRUBIA, 2001, p. 103-104 *apud* CASTILHO, 2019, p. 584).

Na formação do sistema preposicional português, essas constatações também são relevantes, como já mencionamos anteriormente. Para Câmara Jr. (1979), as preposições tiveram uma relação locativa na origem, passando para um segundo plano, o metafórico. Na organização desse sistema metafórico, para Ilari *et al.* (2015), são mobilizados quatro esquemas que situam um elemento em relação ao outro:

(i) o esquema do trajeto (o mais produtivo, responsável pela estruturação da maior parte das preposições, [...]), (ii) o esquema de cima/embaixo, (iii) o esquema da caixa e, (iv) o da ligação. Os três primeiros esquemas selecionam diferentemente as coordenadas espaciais: no esquema do trajeto é selecionada apenas a dimensão horizontal; no de em cima/embaixo, o vertical; e o da caixa, as três dimensões que permitem que elementos estejam contidos ou não. O quarto esquema, o da ligação, diz respeito à presença ou ausência de elementos que estabelecem relação no espaço (ILARI *et al.*, 2015, p. 186).

Considerando esses esquemas, a preposição de que nos ocupamos, o *para*, faz parte do esquema mais produtivo, ou seja, o do trajeto, mais especificamente daquele

considerado pelos autores ora referidos como esquema imagético dinâmico. Este indica o deslocamento do elemento, diferentemente dos esquemas imagéticos estáticos, que não traduzem deslocamento, mas representam a posição do elemento.

Desse modo, a forma *para* pode ser categorizada como uma expressão linguística que integra um domínio espacial dinâmico, conforme ilustrado pelos exemplos (13) e (14), a seguir:

(13) “Rita correu **para** a sala falando baixo: - Barulho, Sinhá!” (Séc. XX, grifos nossos)

(14) “Ofereceu **para** Camilo o pedaço de queijo que levava no bolso do hábito.”(Séc. XX, grifos nossos)

Percebemos uma abstração no emprego da preposição *para* de deslocamento concreto no espaço (13) *para* deslocamento abstrato (14)¹¹. A interpretação desses dois usos no domínio das relações espaciais é resultado de uma ativação simultânea e interativa do conhecimento que os falantes possuem da própria língua com o conhecimento que têm do mundo que os cerca. Podemos comparar esses resultados com os exemplos arrolados por Perini (2005, p. 60), ao tratar da preposição *de*:

(15) “Um copo **de** vinho”

(16) “Um copo **de** vidro”

Vejamos a reflexão proposta pelo referido autor para os exemplos (15) e (16):

Por que é que entendemos de vinho como o conteúdo do copo de vidro como o material de que ele é feito? Por que não o contrário? A resposta é óbvia: porque sabemos que é comum encher-se um copo de vinho, e não de vidro; muitas vezes são feitos de vidro, e nunca de vinho. Na verdade, **a organização linguística dos sintagmas não nos dá nenhuma pista a esse respeito; é nosso conhecimento de mundo que resolve a questão** (PERINI, 2005, p. 60-61, grifos nossos).

Levando-se em conta os exemplos propostos por Perini (2005), percebemos que o conhecimento de mundo do falante, isto é, sua experiência, é decisivo para o estabelecimento da forma e da função, o que dialoga intimamente com a perspectiva

¹¹Reconhecemos que há outra possibilidade de análise levando-se em conta as cenas enunciativas, mas esse quadro teórico foge ao escopo de nosso estudo.

cognitivista de conceber a linguagem. Por isso, traremos, na próxima seção, os pontos comuns entre preposição e conjunção, de modo a reconhecermos na forma *para* essas variadas funções.

3.2 Conjunções e preposições: pontos de aproximação

Embora tradicionalmente as conjunções também recebam classificações com uma lista fechada e um número finito de relações, semelhante ao que ocorre com as preposições, em princípio, segundo Coutinho (1971), poucas são as conjunções que herdamos do latim. Dessa forma, outras classes de palavras na língua exercem o papel de conjunções, como é o caso das preposições e dos advérbios, como, por exemplo, *todavia, também, para que, depois que*, entre outras. Faria (1958) propõe que, por essas questões, é impreciso o limite entre algumas preposições e advérbios, o mesmo ocorrendo com as conjunções. Isso porque se torna difícil uma perfeita separação dessas partículas, intimamente ligadas, senão por sua função, pela forma e pela etimologia.

Ainda segundo Faria (1958), ao retomar a origem dessa classe, identifica-se uma associação das conjunções aos advérbios pronominais, “representando muitas vezes, como os próprios advérbios e preposições, formas fossilizadas da declinação nominal e pronominal” (FARIA, 1958, p. 267). Nesse sentido, a classe das conjunções, assim como a dos advérbios e a das preposições, guarda várias características em comum devido as suas origens, transferidas para o Português Brasileiro (PB). Na visão de Carvalho (2001), isso ocorre devido ao fato de que

as preposições compartilham com as conjunções o traço semântico “relacional”, a diferença estando no tipo de relação e na natureza do complemento. A relação de subordinação estabelecida, ao mesmo tempo que aproxima as preposições das conjunções subordinadas, pode ser usada como critério para separar as preposições das conjunções coordenadas, pois estas estabelecem uma relação entre níveis iguais, na qual os dois elementos são colocados em posições paralelas. Quanto ao complemento, enquanto as preposições exigem um elemento nominal, as conjunções subordinadas requerem um elemento verbal e as coordenadas aceitam ambos (CARVALHO, 2001, p. 22).

Visão semelhante apresenta Castilho (2019), ao considerar que essa conectividade faz parte da categoria semântica presente nessas classes, além do fato de ambas serem predificadoras e terem o poder de conectar palavras e sentenças. A diferença

está, pois, na atribuição do escopo da predicação: enquanto as preposições relacionam termos, as conjunções relacionam orações. Said Ali (1971) complementa:

Não tem a conjunção valor de simples elo mecânico posto entre orações; mas serve à linguagem para evitar que duas proposições se apresentem ambas como iniciais. A partícula dá a uma delas o caráter de sequência, parecendo-se de alguma sorte o seu papel com o dos sinais que em meio de um trecho musical se anuncia mudança da tonalidade. Mas a conjunção faz mais: assinala a relação lógica em que sequente está para com a inicial. É pois uma partícula que exerce sua influência, não como o advérbio e a preposição sobre um vocábulo, mas sobre uma oração em conjunto (SAID ALI, 1971, p. 219-220).

Percebemos, com isso, que as conjunções desempenham um papel importante na linguagem, ou seja, tornam possível o encadeamento de uma proposição seguinte em relação à outra anteriormente mencionada. Essa relação estabelecida pela conjunção confere ao discurso um encadeamento lógico. Para ampliação dessa visão da função das conjunções em relação às preposições, Câmara Jr. (1979) retoma a origem do nome “conjunção” em busca de uma explicação etimológica para essas diferenças. Assim, explica que, de origem greco-latina, a palavra “conjunção” designa duas espécies de conectivos: (i) coordenativo e (ii) subordinativo. A primeira refere-se às partículas que objetivam estabelecer uma conexão de sequência entre palavras, grupos lexicais ou orações, configurando uma significação do mesmo plano. A segunda diz respeito às partículas que evidenciam o caráter de uma comunicação presa ou dependente, exercendo parte constitutiva da outra, o que se define como um elemento determinante na construção do enunciado. Analisemos essas definições à luz dos exemplos (17) e (18), extraídos do nosso *corpus* de trabalho:

- (17) “[...] muita razao, e Justiça com que se moverao a conquistar a sua Patria, **para que não pezasse mais a desobediencia**, que o serviço[...].” (Séc.XIX, grifos nossos)
- (18) “Tem os pés na estrada, os braços caídos, os ouvidos **fechados para o mundo**.” (Séc. XIX, grifos nossos)

Embora ambos os exemplos ilustrem uma relação de subordinação, isto é, de dependência entre o termo regente e o termo introduzido por *para*, essa relação se dá de modo distinto, resultando, portanto, em categorias distintas. A preposição *para*, ao se

combinar com a conjunção *que*, torna-se uma forma conjuntiva¹² em (17), ao subordinar a oração adverbial final desenvolvida (*para* que não pezasse mais a desobediência), à oração que a precede (oração principal), diferente do que ocorre em (18), em que a forma *para* relaciona o termo nominal *fechados a mundo*, satisfazendo suas exigências predicadoras. Assim, em (17), temos um caso de uso da forma *para* como conjunção e, em (18), um caso de preposição.

Ao refinar a descrição acerca do uso conjuntivo da forma, Câmara Jr. (1979) observa que, na combinação de *para* + *que*, por meio da qual se constroem orações adverbiais finais desenvolvidas, a oração subordinada apresenta sempre um verbo no conjuntivo, ou seja, no subjuntivo. Na exposição de Kury (1973),

quando desenvolvidas, as orações finais são introduzidas por uma conjunção ou locução conjuntiva final, cujo tipo é **para que** (*a fim de que, que, por que*).

“Fiz-lhe o sinal [para que não insistisse], e êle calou-se por alguns instantes”. de Assis, BV, 241) (Ocorre também na construção apenas com que: “Fiz-lhe sinal [que não insistisse]”);

“Era preciso que minha mãe me repreendesse, [para que eu fosse mais zeloso]” (L. Barreto, REIC, 30) (CURY, 1973, p. 89).

Isso ocorre, segundo Câmara Jr. (1979), pelo fato de que “as conjunções subordinativas desempenham junto às orações a função das preposições junto às palavras ou construções lexicais” (CÂMARA JR., 1979, p. 183). Essa função de subordinação desempenhada tanto pelas preposições quanto pelas conjunções foi tratada por Alonso & Ureña (1945) *apud* Câmara Jr. (1964) como uma questão de termos subordinativos e não como uma classificação da função gramatical desempenhada por esses conectivos. Na visão desses autores,

as conjunções vêm a ser, portanto, dois grupos de conectivos de natureza e função diversas; há gramáticos que os classificam separadamente, e consideram conjunções propriamente ditas apenas as coordenativas, opondo os conectivos coordenativos, **ou conjunções, aos subordinativos, em que se incluem as preposições** (v.) (ALONSO & UREÑA, 1945 *apud* CÂMARA JR. 1964, p. 86, grifos nossos).

¹²No entendimento de Said Ali (1971), “se equivalia a substantivo, a oração subordinada podia, como o nome propriamente dito, ser regida de preposição. Isto se verifica quanto a *de*, a *a*, a *com*, que regem a oração inteira. Nas mesmas condições se acharam a princípio *por* e *pera* (*para*); não tardando, porém, a combinar-se com *que*, **nascendo desta união conjunções de causa e fim**” (SAID ALI, 1971, p. 222, grifos nossos).

Segundo essa visão, teríamos, então, dois grupos de conectivos: (i) coordenativos, representados pelas conjunções coordenadas, e (ii) subordinativos, representados pelas conjunções subordinativas e pelas preposições. Assim, segundo essa categorização, deveríamos incluir as preposições na lista dos conectivos subordinativos que iniciam que tipo de oração? No caso específico de nosso objeto de estudo, introduzindo as orações finais reduzidas, tal como nos ensina Kury (1967):

Têm sempre o verbo no infinitivo as orações finais reduzidas. **Excepcionalmente, podem apresentar-se justapostas, sem preposições.** [...] **Mais comumente, entretanto, são introduzidas pelas preposições para, a, de, por,** ou pela locução *a fim de*:
 “Trepava [a tirar mangas] (Casim. de Abreu, “Meus oito anos”
 “Ele ia formar-se [para poder sustentá-la]” (Camilo, AP, 24) (KURY, 1967, p. 89, grifos nossos).

Nesse sentido, então, as orações subordinadas finais reduzidas de infinitivo são introduzidas por preposições ou até mesmo pela locução conjuntiva *a fim de*. Ilari *et al.* (2015) endossam esse entendimento ao proporem que, por conta da possibilidade do encaixamento¹³ de construções gramaticais em outras construções gramaticais, segundo reformulação proposta pela Gramática Gerativa¹⁴, surge a ideia de que não somente os verbos, mas também adjetivos, substantivos e advérbios possuem também uma estrutura argumental. Assim, nas sentenças subordinativas reduzidas de infinitivo, há a presença da forma nominal do verbo, ou seja, o verbo no infinitivo, tornando-se assim um sintagma nominal introduzido por um conectivo preposicional, conforme ilustrado pelo exemplo (19):

- (19) “[...] um plano e um sistema teórico de agricultura, dedicado à Academia instituída em Florença **para adiantar os progressos dos estudos da agricultura.**” (Séc. XVIII, grifos nossos)

Após essa concisa apresentação da diacronia do objeto que nos ocupamos e da relação entre a classe das preposições e das conjunções, passemos à descrição da metodologia adotada neste estudo.

¹³ De acordo com a teoria gerativa, encaixamento é a operação que, no curso de uma transformação, consiste em incluir totalmente uma sequência em outra sequência inserindo-a no lugar de um dos constituintes dessa última. Para U. Weinreich, uma construção é chamada de encaixe quando não acarreta uma nova configuração dos traços semânticos. (Cf. DUBOIS *et al.*, 1973, p. 212)

¹⁴ Segundo Bagno (2011), Gramática Gerativa é uma escola teórica também conhecida como gerativismo que tem como principal fundador Noam Chomsky (1960-1965).

CAPÍTULO 4

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apresentamos, neste capítulo, uma descrição pormenorizada da metodologia empregada nesta pesquisa. Na seção 4.1, descrevemos o banco de dados selecionado para coleta da nossa amostragem linguística, apresentando suas principais características, tais como seu propósito, sua composição e sua extensão, para contextualizar o leitor acerca da representatividade do nosso *corpus* de trabalho. Em 4.2, destacamos os procedimentos metodológicos adotados para coleta de dados no *Corpus do Português*. Em seguida, em 4.3, descrevemos os critérios eleitos para análise do nosso objeto de estudo, nos níveis morfossintático e semântico. Na última seção, apresentamos os parâmetros propostos por Heine *et al.* (1991), que nos serviram de base para estabelecer os graus de gramaticalização da forma *para* em seus variados contextos de usos.

4.1 O *Corpus* do Português

O *Corpus* do Português é um *corpus* linguístico eletrônico organizado pelo Professor Mark Davies, da Universidade Brigham Young (BYU), financiado pelo National Endowment for the Humanities (2004, 2015) e disponível no seguinte endereço: <https://www.corpusdoportugues.org>.

Atualmente, esse *corpus* passou a ter duas partes distintas: um *corpus* histórico e um *corpus* contemporâneo. Dada nossa pretensão de realizar uma pesquisa diacrônica envolvendo o período compreendido entre os séculos XVIII e XX, optamos por trabalhar com o *corpus* histórico. Trata-se de um *corpus* constituído por mais de 45 milhões de palavras dos anos de 1200 a 1900, contemplando uma diversidade de tipos e de gêneros textuais distribuídos entre textos de Portugal e do Brasil. Considerada uma plataforma de fácil acesso, bastando o usuário se cadastrar e logar, com uma interface que permite realizar pesquisa por palavras exatas ou frases, caracteres-curinga, lemas e trechos de frases.

Além disso, o *corpus* também permite que se compare a frequência e a distribuição de palavras, frases e construções gramaticais entre textos, de três formas

diferentes: (i) por registro: comparações entre texto coloquial, ficcional, jornalístico e acadêmico; (ii) por dialeto: comparação entre o Português Europeu (PE) e o Português Brasileiro (PB); (iii) por período histórico: comparação entre diferentes séculos (do século XIII ao XX).

Com relação à representatividade da base de dados escolhida, esta apresenta uma extensão significativa, conforme exposto acima, tanto em relação ao PE quanto ao PB, com ferramentas computacionais que favorecem o sistema de busca e de coleta de dados. Além da variabilidade de gêneros e tipos textuais recorrentes nos períodos em análise, há outros fatores que determinaram a escolha desse *corpus*. Primeiramente, a opção por um banco de dados já coletados decorre do fato de que o tempo de pesquisa do mestrado não é suficiente para uma edição de textos de séculos distintos, de modo a construir uma amostra representativa. Em segundo lugar, pela facilidade de uso da plataforma, conforme registramos anteriormente, e por seu emprego recorrente em diversas pesquisas linguísticas, o que favorece a comparação dos resultados com outros estudos.

4.2 Delimitação da diacronia e composição da amostra linguística

Conforme já registrado, analisamos a multifuncionalidade da forma *para*, empreendendo uma pesquisa diacrônica que estabeleceu como recorte temporal o período compreendido entre os séculos XVIII, XIX e XX. A escolha desse período deveu-se aos seguintes relevantes fatores. Em primeiro lugar, como delimitamos nosso estudo ao PB, as pesquisas (Cf. CASTILHO, 2019)¹⁵ apontam para o início de uma gramática nacional a partir do século XIX. Em segundo lugar, conforme recomenda a metodologia sociolinguística proposta por Labov (2008[1994]), uma mudança linguística demora pelo menos um século para ser sagrada; assim, o ideal é estudá-la em três séculos. Por fim, considerando-se o marco do século XIX para o estabelecimento do PB, escolhemos o século precedente e o subsequente a ele.

Ademais, a pesquisa piloto que realizamos em 2016, intitulada “Da carta de Caminha o português brasileiro: um estudo do processo de gramaticalização de *para*”¹⁶

¹⁵ A partir do século XIX, a língua portuguesa tornou-se majoritária, começou a distanciar-se do português europeu, sendo, então, denominada *português do Brasil* (CASTILHO, 2019, 31).

¹⁶ Pesquisa piloto realizada durante a disciplina “STV: uma abordagem teórica da mudança linguística sob a perspectiva da gramaticalização”, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da UFMG, em 2016, e ministrada pela professora Dr.^a Sueli Coelho. Esse estudo

indicou um período de grande produtividade da forma *para* nesses séculos, o que nos permite flagrar diacronicamente a maior variedade de usos nesta pesquisa e testar, assim, com maior propriedade a hipótese da multifuncionalidade dessa forma.

Assim, para constituirmos o nosso *corpus* de trabalho, extraímos os dados do *Corpus do Português*. Para selecionarmos as ocorrências na composição da nossa amostragem linguística, promovemos uma busca simples da forma [para] em cada século delimitado para o estudo, utilizando as ferramentas de filtro disponibilizadas na própria plataforma, que nos permite a coleta por período e também por modalidade de português¹⁷, conforme ilustrado pela figura 2, a seguir.

Figura 2– Etapa de busca no *Corpus do Português*

Fonte: Imagem capturada do site *Corpus do Português*.

foi publicado posteriormente em COELHO, Sueli Maria. (Org.) *Gramaticalização e mudança linguística*. Editora Viva Voz, FALE/UFMG. Belo Horizonte, 2018.

¹⁷No caso de nosso estudo, que se restringiu ao PB, a separação por modalidade só é possível na plataforma para o século XX. Assim, para os dois outros séculos, o controle dessa variável precisou ser feito manualmente.

Essa ferramenta de pesquisa nos permitiu localizar todas as ocorrências da forma *para*¹⁸ nos séculos selecionados para o estudo. Dada a necessidade de delimitação da amostragem, trabalhamos com um total de 300 ocorrências da forma e, para garantirmos a normalização e o balanceamento de nosso *corpus*, selecionamos as 100 primeiras ocorrências da forma *para* em cada um dos três séculos escolhidos para o estudo. Porém, após essa primeira seleção, percebemos que, em quase todas as buscas dos séculos XVIII e XIX, as 100 primeiras ocorrências faziam parte de textos de autores portugueses, o que as descartava, uma vez que nosso estudo é restrito ao português brasileiro.

Assim sendo, promovemos uma nova rodada de busca para cada século, excluindo aquelas ocorrências cujos autores eram de nacionalidade portuguesa e selecionando apenas aquelas cujos autores eram brasileiros. Além disso, na nova busca, identificamos outra limitação: as 100 primeiras ocorrências contemplavam contextos do mesmo autor, o que desfavorece a representatividade da amostra linguística em termos de diversidade de falantes. Pensando nisso, procedemos a novas buscas, a fim de obtermos uma variedade máxima de autores brasileiros para cada século em análise, contemplando também a diversidade de gênero e de tipos textuais disponíveis no *corpus* histórico.

Por fim, excluimos da amostra as ocorrências da forma *para* que não correspondiam às categorias de preposições e de conjunções, pretendidas na análise, como é o caso, por exemplo, do verbo *parar* conjugado em 3ª pessoa do singular (Ele/Ela não *para* de trabalhar). Assim, sempre que eliminávamos algum dado, procedíamos a uma nova busca até alcançarmos o número de 100 ocorrências estabelecidas por século.

Uma vez coletados os 300 contextos linguísticos para análise, fizemos a compilação do *corpus*, ou seja, o armazenamento dos dados em arquivos utilizando três planilhas em *Excel*, sendo uma para cada século em análise. Dessa forma, transferimos as ocorrências encontradas em seu contexto e fizemos uma tabulação dos dados utilizando o próprio editor de planilhas do *Excel* e as ferramentas de filtro e de classificação nele disponíveis, a fim de facilitar o tratamento e a análise dos dados segundo os critérios descritos a seguir.

¹⁸ Por razões metodológicas, optamos por trabalhar somente com a forma *para*, excluindo os casos em que essa forma sofre redução fonética, como em “pra” e “pro”.

4.3 Descrição dos critérios de análise

Para alcançarmos os objetivos propostos, subdividimos nossa análise em dois níveis: (i) morfossintático e (ii) semântico. A separação do primeiro nível justifica-se por tratarmos de uma forma que, na língua portuguesa, ampliou funções, passando de preposição a locução conjuntiva/conjunção. O segundo decorre do fato de que as preposições fazem parte dos vocábulos da língua que se prestam a relacionar palavras ou termos, estabelecendo noções de espaço-tempo, trajeto, movimento, direção, finalidade, entre outras, que surgiram a partir do processo de abstração metafórica envolvido no seu processo de gramaticalização. Já as conjunções, a despeito de sua função subordinativa, não desempenham as mesmas funções que as preposições. Além dessa divisão em níveis, buscamos na última subseção, descrever os parâmetros, segundo Heine *et al.* (1991), eleitos para estabelecermos o *continuum* de gramaticalização entre os contextos de usos da forma em estudo.

4.3.1 Critério morfossintático

Primeiramente, procedemos à classificação das formas, por século, separando-as, inicialmente, em duas categorias morfossintáticas, quais sejam, preposição (Cf. (20) e (21)) e conjunção (Cf. (22)), conforme ilustrado a seguir:

(20) “[...] nunca ninguém me fez uma desfeita. Foi preciso vir a esta aldeia, **para** acontecer uma coisa assim.” (Séc. XIX, grifos nossos)

(21) “[...] assim o que peço **para** você fazer é assumir o espírito de seu pai [...]” (Séc. XX, grifos nossos)

(22) “Arnaldo amparou-o **para que** não tombasse e reclinando-o com uma solicitude” (Séc. XIX, grifos nossos)

Tal procedimento visou a quantificar a frequência dessas categorias por século e a identificar qual delas é mais produtiva diacronicamente.

Finda essa categorização morfológica, procedemos à descrição dos contextos sintáticos, visando a identificar a multifuncionalidade da forma, também ao longo dos três séculos, quer como preposição, quer como conjunção. Nesta categoria, o único contexto sintático previsto, conforme discutido no capítulo 3, é o de oração subordinada

adverbial desenvolvida, tal como ilustrado em (22) acima, introduzido por *para que*. Em se tratando da preposição, os contextos são vários, desde a introdução de orações subordinadas adverbiais reduzidas de infinitivo (Cf. (20), acima), até contextos de complementação e de adjunção.

Em se tratando dos contextos de complementação, a forma *para* introduz tanto complemento de verbo quanto de nome. Na complementação verbal, são quatro os contextos previstos: (i) complemento circunstancial; (ii) objeto indireto; (iii) complemento relativo e (iv) complemento oracional. Conforme Rocha Lima (1980), o complemento circunstancial é um termo de natureza adverbial “tão indispensável à construção do verbo quanto, em outros casos, os demais complementos” (p. 252) e que, quando regido de preposição, seleciona as formas *a* ou *para*, indicativas de direção. Eis um dado de nosso *corpus* que ilustra essa categorização sintática:

(23) “[...] e o mísero precipitou-se **para junto do cadáver** e caiu de joelhos [...]”
(Séc. XIX, grifos nossos)

O objeto indireto, nas palavras de Chaves de Melo (1968),

é o complemento verbal que indica o ser em favor do qual ou em relação ao qual se realiza a ação expressa pelo verbo. *Corresponde ao dativo latino [...]*. Quando representado por substantivo, vem regido da preposição *a* (ou *para*, mais raramente), e *é substituível pelo pronome “lhe”* ou *“lhes”* (critério prático de reconhecimento) (p. 202, itálicos do autor).

O dado a seguir, extraído de nosso *corpus*, ilustra um caso de objeto indireto, assim considerado apenas quando foi possível a substituição pelo clítico dativo *lhe*:

(24) “[...] o castanho se viu perseguido pelo seu dono, que já estava perto, disse **para o menino**: - Depressa [...]” (Séc. XIX, grifos nossos)

(24’) [...] o castanho se viu perseguido pelo seu dono, que já estava perto, disse **lhe**: - Depressa [...]

O complemento relativo, embora não tão popular quanto o objeto indireto e abarcado sob o mesmo rótulo em muitas obras tanto pedagógicas quanto descritivas, não se confunde com ele pelas seguintes circunstâncias:

- a) Não representa a pessoa ou coisa a que se destina a ação, ou em cujo proveito ou prejuízo ela se realiza. Antes denota, como o objeto direto, o ser sobre o qual recai a ação.
- b) Não corresponde, na 3ª pessoa, às formas pronominais átonas *lhe*, *lhes*, mas às formas tônicas *ele*, *ela*, *eles*, *elas*, precedidas de preposição (ROCHA LIMA, 1980, p. 222).

É por isso que se diz que o complemento relativo se liga ao verbo por intermédio de uma preposição, integrando, “*com valor de objeto direto*, a predicação de um verbo de significação relativa” (ROCHA LIMA, 1980, p. 221-222, itálicos do autor), tal como se ilustra a seguir:

(25) “[...] não há, portanto, que admirar se ela não serviu **para o balão de ensaio.**” (Séc. XVIII, grifos nossos).

(25’) [...] não há, portanto, que admirar se ela não serviu **para ele.**

(25’’) * [...] não há, portanto, que admirar se ela não **lhe** serviu.

O complemento oracional corresponde às tradicionais orações subordinadas substantivas objetivas indiretas ou completivas relativas, nos termos de Rocha Lima (1980), nomenclatura que consideramos mais adequada, já que tal oração corresponde ao complemento relativo e não ao objeto indireto. A seguir, um exemplo dessa ocorrência em nosso *corpus*:

(26) “[...] ele já não serve **para pagar a dívida e os direitos do Erário**” (Séc. XVIII, grifos nossos)

No que toca à complementação nominal, nossa preposição introduz termo que complementa a transitividade de um substantivo, de um adjetivo ou de advérbio, conforme ilustrado em (27), (28) e (29).

(27) “[...] aquilo era uma grande **novidade para o pobrezinho** [...]” (Séc. XX, grifos nossos)

(28) “[...] jamais a existência pareceu tão **boa e corredia para o português**” (Séc. XX, grifos nossos)

(29) “[...] nojo por aquele animal com formas de homem, que se dizia seu amigo **unicamente para o gozar.**” (Séc. XIX, grifos nossos)

Em se tratando de contextos de adjunção, *para* introduz tanto adjuntos adverbiais, quanto adjuntos adnominais, conforme ilustrado, respectivamente, pelos dados (30) e (31), a seguir:

(30) “[...] o marido viajava **para a fazenda** ou **para negócios mais longe** [...]” (Séc. XX, grifos nossos)

(31) “[...] a casa tinha quarto **para hóspedes** [...]” (Séc. XX, grifos nossos)

Uma vez categorizados e quantificados os contextos sintáticos, buscamos identificar os valores semânticos da forma *para* em cada ocorrência, segundo os critérios descritos na próxima subseção.

4.3.2 Critério semântico

Dado nosso objetivo de estabelecer um *continuum* de gramaticalização entre os contextos, classificamos as ocorrências em usos mais concretos e mais abstratos a partir do critério etimológico proposto por Coelho (2006). A escolha desse critério faz-se relevante, segundo essa autora, pelo fato de existir uma acirrada discussão, desde os gregos, sobre os limites entre concretude e abstração. Assim sendo, consideramos como concretos os sentidos etimológicos da forma *para*, ou seja, seu sentido primário. Para delimitá-los, além da incursão diacrônica que apresentamos no capítulo primeiro, recorreremos às propostas de alguns autores que discutem essas etimologias em seus trabalhos, os quais apresentam origens complementares dos prefixos que deram origem à forma *para*, sejam eles, *per-* e *ad-*, conforme sistematizado no quadro 3, a seguir:

Quadro 3– Valores etimológicos da forma *para*

Autor	Forma	Valores etimológicos
Romanelli (1964)	<i>per ou peri</i>	“passar para o outro lado”, “passar além”, “adiante” e “diante de”
	<i>ad</i>	“aproximação”, “direção para”
Bagno (2011)	<i>per + ad ></i> <i>pera > para</i>	“totalmente voltado”, “destinação” e “lugar para onde”
	<i>per, pro, por</i>	‘posição dianteira’ e “meio”,
	<i>ad</i>	“direção” e “destino”

Câmara Jr. (1979)	<i>per + ad ></i> <i>pera > para</i>	“direção definida”>“direção complexa”, “chegada” e “permanência”
Cunha (2010)	<i>ad</i>	“aproximação no tempo e no espaço”, “direção”
Said Ali (1971)	<i>per, por, pera,</i> <i>para</i>	“através de”, “por meio de”, além de “lugar por onde” e duração “de algum acontecimento”;
	<i>per + ad ></i> <i>pera > para</i>	“destinação”, “lugar para onde”

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Conforme exposto no quadro 3, consideraram-se como usos concretos as relações de direção/destino e de lugar, que indicam deslocamento (movimento) concreto no espaço, conforme ilustrado no exemplo abaixo:

(32) “Vossa Mercê governe isso como mais lhe convier, contanto que a conclusão seja vir **para** Lisboa [...]” (Séc. XVIII, grifos nossos)

Como valores abstratos, consideramos as propostas complementares de Said Ali (1971) e de Câmara Júnior (1979). De acordo com Said Ali (1971), com a expansão semântica das preposições, surgiram outras relações abstratas. Câmara Junior (1979) amplia e propõe que o sistema preposicional da língua portuguesa foi formado por dois planos: o primeiro, mais concreto, compreende localização no espaço, com extensão no tempo; já o segundo, mais abstrato, originários da migração de valores, compreende empregos modais como os de estado, de posse, de finalidade, de causa, dentre outros. No caso da forma *para*, conforme exemplificamos nos contextos abaixo, (33), (34) e (35), consideramos abstratas todas as relações que não traduzem deslocamento concreto no espaço, incluindo-se, entre outras, finalidade, destinatário, comparação, respectivamente:

(33) “[...] percorro quinhentos quilômetros, por via férrea, entre Paris e Amsterdam, **para** ouvir que nos encontraremos no lugar de onde vim?” (Séc. XX, grifos nossos)

(34) “[...] abria uma exceção **para** aquela criatura alegre que a divertia [...]” (Séc. XX, grifos nossos)

(35) “[...] derivadas da natureza do objecto, que se toma para comparação, a saber: Na amplificação por comparação de Igual **para** Igual o Orador, depois de haver proposto um pensamento ao parecer grandes cousas pequenas [...]” (Séc. XIX, grifos nossos)

Como penúltima etapa, identificamos contextos em que a forma *para* concorre com outras preposições e/ou conjunções, assim como contextos de distribuição complementar, pautando-nos, para tanto, na comutação¹⁹ das formas. Por fim, estabelecemos os parâmetros de gramaticalização propostos por Heine *et al.* (1991), que são detalhados na subsecção 4.3.3, que se segue.

4.3.3 Critérios para aferir os graus de gramaticalização baseados em Heine *et al.* (1991)

Ao assumirmos a gramaticalização como um processo que envolve mudança linguística, assim como que nosso objeto de estudo, a forma *para*, é uma categoria já bastante gramaticalizada, dado sua origem de formas já gramaticais, adotamos os parâmetros de gramaticalização proposto por Heine *et al.* (1991), os quais sintetizamos no quadro a seguir:

Quadro 4– Parâmetros de gramaticalização propostos por Heine *et al.* (1991)

	PARÂMETRO	CONCEITO
1	Critério da etimologia	Uma categoria é mais gramaticalizada que outra se ela for etimologicamente derivada de outra categoria gramatical.
2	Critério espaço x tempo	Uma categoria é mais gramaticalizada que outra, caso ela não tenha relação com o espaço e sim com o tempo.
3	Critério da animacidade	Uma categoria que envolver participantes inanimados é mais gramaticalizada que outra que implica apenas participantes humanos.
4	Critério da referencialidade	Uma categoria cujo referente não apresenta nenhuma dimensionalidade física é mais gramaticalizada que outras que se referem a três dimensões (espaço > tempo > condição ou modo).
5	Critério da relação lógica	Uma categoria que apresenta alguma relação lógica é mais gramaticalizada que aquelas que expressam

¹⁹Segundo Dubois *et al.* (1973), “Comutação é uma prova (teste) que deve servir para mostrar se a substituição de um elemento por outro, no plano da expressão, num nível determinado (fonema, morfema, etc.), acarreta uma diferença no plano do conteúdo, ou inversamente, se a substituição de um elemento por outro, no plano do conteúdo, se manifesta no plano da expressão” (DUBOIS *et al.*, 1973, p. 134).

		relações temporais (espaço>tempo > causa >condição > modo).
6	Critério da inclusão	Uma categoria que pode incluir outras em certos contextos é mais gramaticalizada que outras categorias que não possuem essa natureza.
7	Critério das relações entre termos	Uma categoria que relaciona orações é mais gramaticalizada que aquelas que relacionam apenas nomes.

Fonte: Adaptado de Heine *et al.* (1991, p. 156-161)

Descritos os critérios metodológicos que nos nortearam na consecução de nossos objetivos, passemos ao próximo capítulo, em que apresentamos e analisamos nossos resultados, na expectativa de que possamos encontrar outros contextos de usos que não apenas aqueles previstos na subseção 4.3 e que se basearam nas descrições de autores cujos objetivos não consistiam em estudar a multifuncionalidade da forma, tal como é nossa pretensão no âmbito deste estudo.

CAPÍTULO 5

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

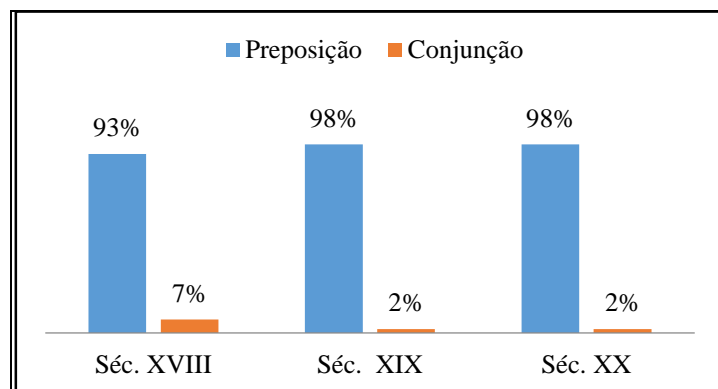
Neste capítulo, apresentamos os resultados obtidos por meio deste estudo, a partir do julgamento dos dados coletados e analisados segundo os critérios descritos no capítulo anterior. Em 5.1, descrevemos as funções da forma *para* levando em conta o critério morfossintático, apresentando suas respectivas frequências, a fim de verificarmos a multifuncionalidade dessa forma no período em estudo, qual seja, séculos XVIII, XIX e XX. Na seção 5.2, centraremos nossa análise no eixo semântico, verificando os valores da forma *para* no português brasileiro (PB), assim como relacionando-os ao nível morfossintático, com o objetivo de verificarmos, com base no princípio da comutação, a existência de possíveis contextos de variação e/ou de distribuição complementar dessa forma com outras concorrentes, conforme hipóteses aventadas. Por fim, na seção 5.3, descrevemos, a partir dos parâmetros propostos por Heine *et al.* (1991), quais funções da forma *para* estão mais gramaticalizadas na língua, tendo em vista nossa amostra.

5.1 A multifuncionalidade da forma *para*: perspectiva morfossintática

Para alcançarmos o nosso objetivo geral, que é descrever os contextos de uso da forma *para* na língua portuguesa contemporânea, comparando tais usos ao longo dos séculos selecionados para estudo, buscamos identificar a sistematicidade de usos dessa forma e sua respectiva produtividade no nível morfológico, além das funções sintáticas identificadas na diacronia estabelecida.

A primeira constatação a se registrar no tocante à produtividade morfológica da forma *para* é a sua alta produtividade enquanto preposição, conforme os resultados apresentados no gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1– A produtividade morfológica da forma *para* na diacronia em estudo



Fonte: dados coletados e analisados

Assim, de um total de 300 ocorrências da forma em estudo, 289 (96,33%) foram constituídas por preposição e apenas 11(3,67%) por conjunção. É possível percebermos ainda, no gráfico 1, um discreto aumento do uso da função de preposição na passagem do século XVIII (93%) para o XIX (98%), estabilizando-se no XX, com 98%. Vejamos, primeiramente, em (36) e (37), alguns exemplos dos usos nos séculos analisados na função de conjunção; posteriormente, exemplificaremos os usos enquanto preposição.

(36) “[...] pusera Deos o fio de ouro de seu santo temor, e amor, **para que vencidos os embaracos, e labirintos deste estado sahissem coroadas de triunfos.**” (Séc. XVIII, grifos nossos)

(37) “E aos gritos, **para que o fazendeiro escutasse:** - Foi castigo! Bem feito!” (Séc. XX, grifos nossos)

De acordo com a discussão proposta no capítulo 3 (subseção 3.2), a forma *para* pode funcionar como introdutora da locução conjuntiva *para que*, exercendo, assim, a função de conjunção, ao introduzir oração subordinada adverbial final desenvolvida, conforme os exemplos (36) e (37), acima. Com esses resultados, pudemos confirmar uma de nossas hipóteses iniciais, isto é, a de que a forma *para*, em função de suas origens no latim, tenha sido inicial e majoritariamente empregada como preposição, tendo posteriormente migrado também para a categoria de conjunção, mais especificamente de locução conjuntiva, preservando, porém, sua função subordinativa já presente enquanto preposição. Tal multifuncionalidade da forma *para* muito

provavelmente se desenvolveu no curso da história da língua portuguesa devido à variabilidade de usos, concentrando-se na categoria de preposição, conforme passaremos a demonstrar.

Nossos resultados confirmam, também, a teoria de Ilari *et al.* (2015) de que o caráter fechado das classes de palavras é de alguma forma uma representação criada pelas gramáticas. Assim, conforme discutimos no capítulo 2, por conta da dinamicidade da língua, em um mesmo momento, a forma *para* pode ser categorizada de maneiras diversas em diferentes pontos do percurso. Por isso, ainda segundo Ilari (2014), podemos dizer que existem na língua palavras ou expressões mais ou menos gramaticalizadas, desfavorecendo, assim, a categorização de uma forma em uma classe restrita de palavras, como preposição ou conjunção. Segundo atestam nossos dados, a forma *para*, pertencente à classe considerada fechada, já passou por processo de mudança, conforme vimos no capítulo 2, e, embora lenta, sofreu e ainda sofre mudanças de categoria do [- gramatical] para o [+gramatical].

Outro dado de extrema relevância que não podemos deixar de apontar é que a multifuncionalidade de *para* concentra-se na categoria das preposições, justamente aquela na qual se identificou maior produtividade da forma. Nossa análise revelou também que, enquanto conjunção, ocorre somente em contextos de locução conjuntiva (*para que*), introduzindo oração subordinativa final desenvolvida, conforme ilustram os exemplos (36) e (37).

Apresentada a produtividade geral da forma *para*, descrevemos e quantificamos, na tabela 1, abaixo, o comportamento morfossintático de *para* na diacronia estudada.

Tabela 1– Produtividade morfossintática da forma *para* na diacronia estudada

INTRODUZ		SÉC.XVIII	SÉC. XIX	SÉC. XX	TOTAL
1	Oração Subordinada Adverbial Final Reduzida	24	27	27	78 (23,4%)
2	Complemento Circunstancial	17	9	27	53(15,9%)
3	Adjunto Adverbial	19	18	13	50 (15,0%)
4	Complemento Nominal	10	14	4	28 (8,4%)
5	Oração Subordinada Substantiva Completiva Nominal	12	8	4	24 (7,2%)
6	Complemento Relativo	3	10	11	24 (7,2%)
7	Adjunto Adnominal	5	5	2	12 (3,6%)
8	Oração Subordinada Adverbial Final Desenvolvida	7	2	2	11 (3,3%)
9	Objeto Indireto	-	1	3	4 (1,2%)
10	Complemento Oracional	2	-	3	5 (1,5%)
11	Termo de Valor Predicativo	-	3	1	4 (1,2%)
12	Termo Predicativo Oracional	1	1	1	3 (0,9%)
COMPÕE					
13	Expressão Idiomática	-	2	-	2 (0,6%)
14	Construção Verbal de Modo/Modalidade	-	-	1	1 (0,3%)

15	Construção Verbal de Tempo Iminente ²⁰	-	-	1	1 (0,3%)
TOTAL		100	100	100	300 (100%)

Fonte: dados coletados e analisados

Conforme a tabela 1, é possível observarmos que a forma *paratotaliza* 15 funções nos três séculos em análise. No século XVIII, encontramos 10 funções, das quais 9 (90,9%) são de preposição e apenas 1 (9,1%), de locução conjuntiva/conjunção introdutora de oração subordinada adverbial final desenvolvida (7% das ocorrências do século), conforme ilustram, respectivamente, os contextos (38) e (39), a seguir:

(38) “Retirou-se mudando de domicilio **para** o territorio da villa de Parnahyba.” (Séc. XVIII, grifos nossos)

(39) “Justiça com que se moverao a conquistar a sua Patria, **para que** não pezasse mais a desobediencia, que o serviço.” (Séc. XVIII, grifos nossos)

No século XIX, houve uma discreta ampliação funcional, passando para 12 funções, porém com algumas funções distintas do século anterior, como é o caso da emergência do valor predicativo em termo simples (Cf. 40), já que no termo oracional já se manifestara no século XVIII (Cf. 41), e de expressão idiomática (Cf. 42):

(40) “A senhora adulava-me e chegou mesmo a tomar **para si** uma declaração que era **para sua filha** [...]” (Séc. XIX, grifos nossos)

(41) “O motivo de Deos a ocultar dizem alguns Padres, que fora **para ovitar nos Arabes algum desacato, e nos Hebreus alguma Idoltria.**” (Séc. XVIII, grifos nossos)

(42) “[...] O forasteiro que rio último quartel do século XVIII demandasse os povoados de Minas Gerais, erectoda **noite para o dia** na extensa zona do distrito Diamantino [...]” (Séc. XIX, grifos nossos)

Assim como no século XVIII, no XIX, identificamos também um leque maior de funções na categoria de preposição (11 funções), o que certamente refletiu no aumento da frequência da categoria, comparada ao século anterior (Cf. gráfico 01). Para o século XX, embora tenhamos o mesmo percentual que o século anterior – 98% para preposição e apenas 2% para conjunção (Cf. gráfico 01) –, verificamos novo aumento no número

²⁰Importante ressaltarmos que Silva (2018) identificou também a preposição *para* em construções aspectuais, que se caracteriza por expressar um duplo valor aspectual em construções formadas por DAR seguido de preposição *para* e de um verbo no infinitivo “O sujeito já **deu pra beber**, está jogando, e, tolo, bem tolo, vendeu-se à Supi.” (COELHO E SILVA, 2014), porém não flagramos em nosso *corpus*.

de funções, agora em número de 14, com destaque para duas novas funções: (i) modal, em construções verbais de modo/modalidade (Cf. (43)); e (ii) temporal, em construções de tempo iminente (Cf. (44)), conforme a proposta de Neves (2011):

(43) “[...] era hora de muito movimento e não **dava para prestar** atenção em todos os carros [...]” (Séc. XX, grifos nossos)

(44) “O último barco **deve estar para sair.**” (Séc. XX, grifos nossos)

Observamos que algumas funções são recorrentes em todos os séculos, embora se verifique entre elas alguma flutuação de frequência de um século para o outro. Dessas, a mais produtiva foi o emprego da preposição, introdutora de oração subordinada adverbial final reduzida de infinitivo, alcançando um total de 23,4% da amostragem linguística analisada. Vejamos, em (45) e (46), contextos extraídos do nosso *corpus* de análise:

(45) “[...] um plano e um sistema teórico de agricultura, dedicado à Academia instituída em Florença **para adiantar os progressos dos estudos da agricultura.**” (Séc. XVIII, grifos nossos)

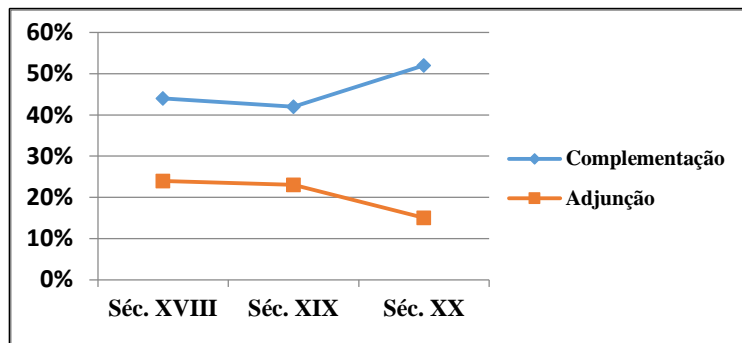
(46) “Não sabia o que pensar; **para fugir a uma posição** que me incomodava horrivelmente, fui debruçar-me na janela.” (Séc. XX, grifos nossos)

Ao compararmos esse percentual com aquele obtido pelas orações subordinadas adverbiais finais desenvolvidas introduzidas por *para que* com função de conjunção, conforme exemplos (36) e (37), percebemos não apenas uma menor produtividade (3,3% das funções do *corpus*), como também uma tendência à redução dos usos na passagem do século XVIII (7%) para o XIX, período em que se identificou o mesmo percentual de uso do Séc. XX (2%). Nesses contextos, embora a forma *para* estabeleça uma relação de finalidade, a categoria não é a mesma, já que as orações subordinativas desenvolvidas são introduzidas por locução conjuntiva (*para que*), que funcionalmente se equivale à conjunção, ao passo que as orações subordinadas reduzidas são introduzidas por preposições seguidas de verbo no infinitivo.

As demais funções descritas na tabela 1, num total de 8 das 15 identificadas, parecem mais antigas e estão bastante consolidadas, o que se atesta não só por sua frequência total, como também pela recorrência ao longo da diacronia estudada.

Basicamente, elas se agrupam em dois contextos – complementação e adjunção – cujas frequências se apresentam no gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2– Frequência diacrônica de *para* em contextos de adjunção e complementação



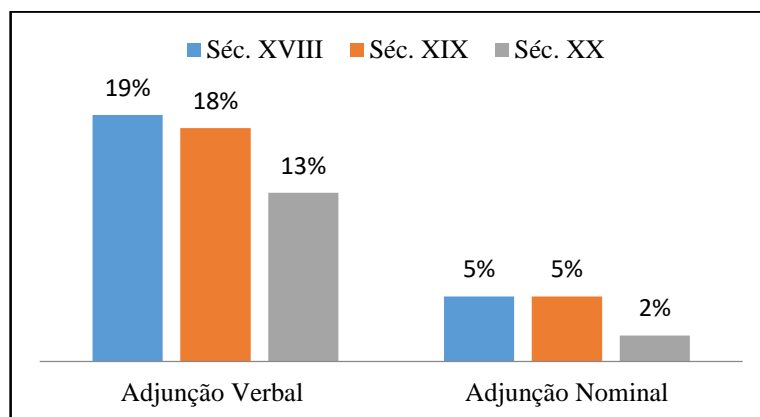
Fonte: dados coletados e analisados

Conforme podemos observar no gráfico 2, a forma *para* mostrou-se mais produtiva em todos os três séculos em análise em contextos de complementação, isto é, na função de introduzir complementos. No século XVIII, temos um total de 44% de contextos de complementação, e de 24% de adjunção. No século XIX, registramos uma pequena redução da função de complementação (42%), paralela a uma redução também dos contextos de adjunção (23%). No século XX, os usos da forma *para* em complementação aumentaram ainda mais, alcançando 52% da amostra, em oposição ao decréscimo dos contextos de adjunção, com apenas 15% do total. Isso sinaliza uma expansão da preposição *para* nos contextos de complementação, algo que, de certo modo, é previsível, considerando-se que a complementação, ao contrário da adjunção, satisfaz a uma exigência argumental que, se não atendida, compromete a gramaticalidade.

Identificados os dois principais contextos de uso da forma *para* na língua, passamos, nas duas próximas subseções, a descrevê-los de modo mais pormenorizado.

5.1.2 Contextos de adjunção introduzidos pela forma *para*

Conforme se observa no gráfico 2, os usos de *para* em função de adjunção são menos frequentes em toda a diacronia, em comparação com os contextos de complementação. Tal adjunção pôde ser identificada tanto em relação a termo nominal, quanto a termo verbal, conforme se verifica no gráfico 3 abaixo:

Gráfico 3– Produtividade de *para* em contextos de adjunção

Fonte: dados coletados e analisados

Podemos perceber pelos dados dispostos no gráfico acima que a produtividade da adjunção verbal é superior à nominal nos três séculos estudados. Além disso, nota-se, no decorrer dos séculos, uma tendência à redução desses percentuais em ambos os tipos de adjunção. A adjunção verbal (Cf. (47)), mais produtiva das duas modalidades, reduziu sua frequência de 19%, no século XVIII, para 18% (século XIX), chegando a 13%, no século XX. A adjunção nominal (Cf. (48)), por seu turno, apresenta um percentual de apenas 5% no século XVIII, percentual que se mantém no século XIX, reduzindo-se a 2% no século XX.

(47) “José agradeceu muito a Miriam o benefício que lhe fazia, e seguiu viagem **para o reino** onde estavam os seus dois irmãos.” (Séc. XIX, grifos nossos)

(48) “[...] Argemiro propôs que ficassem todos com ele: a casa tinha quartos **para hóspedes**.” (Séc. XIX, grifos nossos)

Essa maior produtividade da adjunção verbal em relação à nominal, muito provavelmente, explica-se pela diversidade de relações estabelecidas entre o termo regente e o regido. Segundo propõem Ilari *et al.* (2015), uma das características da adjunção é a de que a escolha da preposição é ditada “pela natureza do adjunto ou pelo substantivo nele contido” (p. 175). Isso significa que, na adjunção, a preposição é escolhida pela relação que se pretende com o termo adjungido. Assim, enquanto na adjunção nominal identificamos apenas a relação de finalidade, em se tratando da adjunção verbal, distinguimos uma diversidade maior de relações, conforme apresentado na tabela 2, a seguir:

Tabela 2– Produtividade do *para* em adjunção verbal na diacronia

	TIPO DE RELAÇÃO DA ADJUNÇÃO VERBAL	SÉCULO			TOTAL GERAL	ILUSTRAÇÃO
		XVIII	XIX	XX		
	Lugar	7	11	7	25(7,5%)	Francisco de Mendonça Furtado, alcaidemor de Mourao, que fugiu para Castela [...] (Séc. XVIII)
	Finalidade	12	6	5	23(6,9%)	[...] pretendiam invadir aquellavilla: para defesa d'ella pediu socorro[...] (Séc. XVIII)
	Tempo	0	1	1	2 (0,6%)	[...]onde muitos, entre eles os feridos, se perderam para sempre [...] (Séc. XIX)
TOTAL		19	18	13	50(15,0%)	

Fonte: dados coletados e analisados

Importante observar que, mesmo na diversidade de relações, os valores etimológicos da preposição *para* se mantiveram, marcando deslocamento no espaço e no tempo e, por extensão metafórica, a relação de finalidade, segundo proposto por Epifânio Dias (1918).

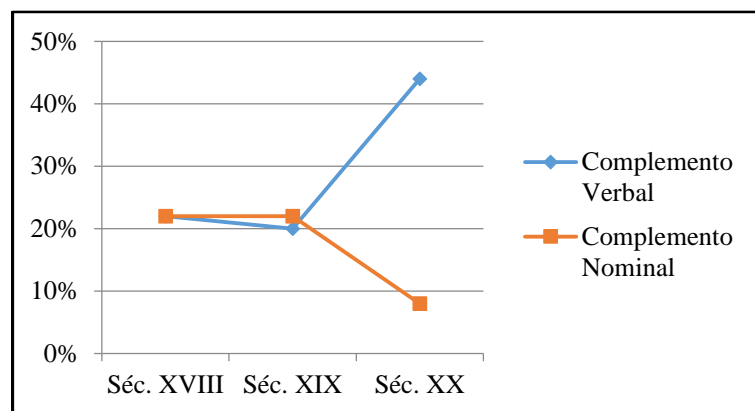
Passemos então, em 5.1.3, a descrever os contextos de complementação, buscando identificar os verbais e os nominais.

5.1.3 Contextos de complementação introduzidos pela forma *para*

Conforme já demonstrado (Cf. gráfico 2), a forma *para* é mais produtiva em contextos de complementação. Isso muito provavelmente decorre, segundo Ilari *et al.* (2015), do fato de que as palavras que selecionam complementos, ou seja, os predicadores são classes gramaticais distintas – substantivo, adjetivo, advérbio e verbo – o que aumenta o potencial de contextos a serem complementados. Além disso, na complementação é o predicador que determina a natureza do complemento e, dessa forma, seleciona a preposição, o que explica “a forte previsibilidade da preposição a partir do item lexical complementado” (ILARI *et al.*, 2015, p. 175).

Esclarecidas essas questões, apresentamos, no gráfico 4, primeiramente, uma visão mais geral da frequência de complementação verbal e nominal identificada em nosso *corpus*:

Gráfico 4– Complementação verbal e nominal introduzida por *para* na diacronia estudada

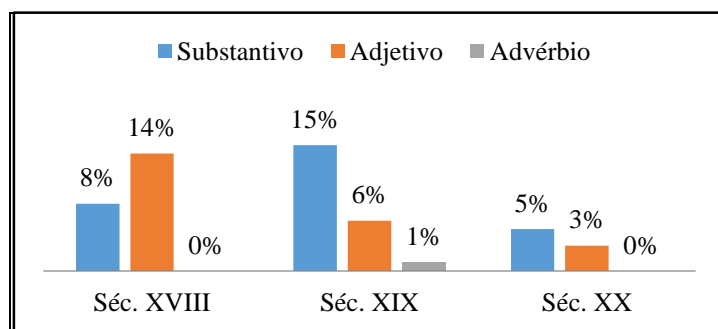


Fonte: dados coletados e analisados

Conforme pudemos observar, no início da diacronia, século XVIII, ambos os contextos aparecem com 22%. Já a partir do século XIX, a complementação verbal tem uma queda, passando para 20% dos contextos, permanecendo na complementação nominal, 22%. Porém, no século XX, a produtividade se inverte, já que se verifica uma ampliação expressiva nos contextos de complementação verbal, que atinge um percentual de 44%, ao mesmo tempo em que o percentual de contextos de complementação nominal cai a 8%. Com isso, no cômputo geral dos séculos, num total de 300 ocorrências em análise, identificamos 86 contextos (25,8%) de complementos verbais e 52 contextos (15,6%) de complementos nominais.

No gráfico 5, abaixo, descrevemos o tipo de predicador nominal que selecionou a preposição *para* no *corpus*, bem como suas respectivas frequências ao longo dos séculos analisados:

Gráfico 5– Predicadores nominais complementados por *para* na diacronia em estudo



Fonte: dados coletados e analisados

Ao analisarmos os resultados apresentados no gráfico acima, percebemos que há maior produtividade de predicadores substantivos (Cf. (49)), além de uma expressiva ampliação desse uso na passagem do século XVIII (com 8%) para o século XIX (15%), diminuindo no século XX (com 5%). Fato diferente ocorreu com a complementação de adjetivo (Cf. (50)), que começou com 14% dos contextos no século XVIII, diminuindo paulatinamente até chegar a apenas 5% no século XX. No que toca à categoria de advérbios (Cf. (51)), a frequência foi muito baixa em toda a diacronia analisada, aparecendo somente no século XIX e com apenas 1% das ocorrências.

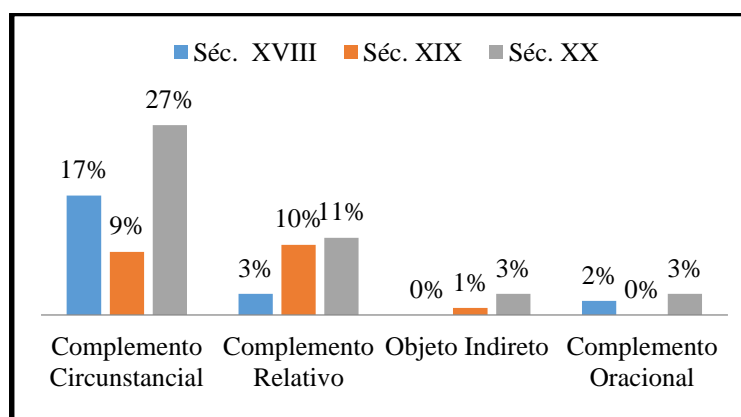
(49) “[...] assegurados com a vitória próxima, e fazendo **prevenções para a campanha futura**; porém avisados da resolução dos inimigos, vieram logo [...]” (Séc. XVIII, grifos nossos)

(50) “[...] montados em fogosos cavalos, que nos levaram a mundos **desconhecidos para mim**.” (Séc. XIX, grifos nossos)

(51) “Tia Carlota acompanhou-a até o terraço: - Desse você está livre, **felizmente para Joaquim** o Doutor Samuel logo depois da saída de mana Maria retirou-se também.” (Séc. XIX, grifos nossos)

Se a variedade do complemento nominal se concentra no tipo de predicador, em se tratando da complementação verbal, ela está no tipo de complemento que o verbo exige. No gráfico 6, a seguir, pormenorizamos e quantificamos os tipos de complementos verbais introduzidos pela preposição *para* identificados em nossa amostragem linguística.

Gráfico 6– Tipos de complementos verbais introduzidos por *para* na diacronia estudada



Fonte: dados coletados e analisados

De um modo geral, conforme o gráfico 6, temos a maior produtividade dos usos do *para* em contextos de complemento circunstancial. No século XVIII, temos 17% introduzindo complemento circunstancial, com 3% de complemento relativo, não aparecendo contextos de objeto indireto e, por fim, apenas 2% em contextos de complemento oracional. Já no século XIX, embora tenhamos uma redução dos usos em contextos de complementos circunstanciais em relação ao século anterior, a forma *para* ainda se mostra produtiva nesses contextos com 9%; já, em contextos de complemento relativo, houve um acréscimo, passando para 10% nesse século, com apenas 1% em contexto de objeto indireto, não se identificando nenhuma ocorrência de complemento oracional.

Finalmente, no século XX, identificamos ocorrências de todas as funções, persistindo a maior produtividade do complemento circunstancial, que registrou a maior frequência no período analisado (27%). Também houve uma ampliação dos contextos de complemento relativo (11%), de objeto indireto (3%) e de complemento oracional (3%). Nos dados abaixo, extraídos de nosso *corpus*, ilustramos os tipos de complementos descritos no gráfico 6:

(52) “**Voltou para S. Paulo**, sua patria, onde viveu com decente tratamento dos seu* bens.” (Séc. XVIII, grifos nossos)

(53) “[...] não há, portanto, que admirar se ela não **serviu para o balão de ensaio**.” (Séc. XIX, grifos nossos)

(54) “**Ofereceu para Camilo** o pedaço de queijo que levava no bolso do hábito. (Séc. XX, grifos nossos)

(55) “Muitas vezes o **convidaram para ir viver nas terras** que seriam mais tarde transformadas no Estado de Israel.” (Séc. XX, grifos nossos)

Em (52), temos um caso de complementação verbal circunstancial (*para* São Paulo) trazendo uma ideia locativa de complementação. Para Neves (2011), a preposição *para* introduz esse tipo de complemento com verbos que indicam “movimento em direção”. Em (53), o complemento relativo satisfaz as exigências predadoras do verbo “serviu”, (*serviu para o balão de ensaio*). Para Rocha Lima (1980), esse tipo de complemento ocorre com verbos de significação relativa, ou seja, aqueles que, mesmo sendo complementados com a presença de uma preposição, como o *para*, esse complemento tem valor de objeto direto. Isso porque esse complemento não representa a pessoa a que se destina a ação, ou melhor, não há um beneficiário

[+humano], sendo considerado por alguns autores (Cf. CASTILHO, 2019) como complemento oblíquo. Já em (54), diferentemente de (53), o verbo “ofereceu” exige um complemento com beneficiário da ação expressa nesse predicador.

Para Rocha Lima (1980), o objeto indireto se define por representar uma pessoa ou coisa a quem se destina a ação exigida pelo verbo, o que, para Bagno (2011), traz um traço semântico [beneficiário] dessa ação. Assim, temos a complementação do verbo “ofereceu” com objeto indireto exprimindo o beneficiário do predicador verbal (*para* Camilo). Finalmente, em (55), temos também a preposição *para* introduzindo uma oração que satisfaz as exigências predicadoras do verbo “convidam” (*para* ir viver nas terras).

Nossos resultados se alinham a duas teses de Ilari *et al.* (2015). A primeira delas é a de que a complementação tende a ser mais produtiva que a adjunção, visto que as construções que exigem complementos podem parecer incompletas semanticamente, caso não tenham satisfeito essa exigência. A segunda diz respeito à ideia de que preposições mais gramaticalizadas, como é o caso da nossa preposição, são capazes de realizar tarefas mais tipicamente gramaticais e, por isso, espera-se uma maior produtividade em contextos de complementação, conforme constatamos.

Em suma, nossa análise acusou que a forma *para*, do ponto de vista morfossintático, revelou-se mais produtiva enquanto preposição, aumentando sua frequência nessa categoria ao longo dos três séculos analisados. Ademais, mostrou-se mais frequente na complementação do que na adjunção, sobressaindo-se em contextos de complementação verbal.

Descrita a multifuncionalidade morfossintática da forma *de* que nos ocupamos neste estudo, passaremos, na próxima seção, à análise de sua multifuncionalidade semântica.

5.2 A multifuncionalidade da forma *para*: perspectiva semântica

Nesta seção, centraremos nossa análise no nível semântico, observando as relações traduzidas pela forma *para* no português. Em primeira análise, conforme descrevemos na metodologia, verificaremos uma possível expansão semântica dessa forma ao longo dos três séculos em estudo, identificando quais usos são mais concretos e quais são mais abstratos. Em seguida, relacionaremos esses valores ao nível morfossintático, com o objetivo de testarmos a hipótese da concorrência da forma *para*

com outras preposições a partir do princípio da comutação, bem como estabelecermos possíveis contextos de variação e/ou de distribuição complementar.

5.2.1 Valores semânticos de *para* na diacronia estudada

De acordo com os critérios metodológicos estabelecidos, categorizamos os valores semânticos de *para* na diacronia estudada, considerando como valores concretos aqueles relacionados à etimologia da forma, ou seja, as relações de direção/destino e de lugar. Em contrapartida, as demais relações semânticas emergidas do uso por expansão semântica dos valores etimológicos foram categorizadas como valores abstratos. Esse procedimento se conforma à visão de Castilho (2019), apresentada no capítulo primeiro deste trabalho, segundo a qual, no curso da história da língua, as preposições não somente alteraram suas funções, passando de instrumentos denotadores de maior clareza para marcadores de função sintática, mas também se abstraíram semanticamente, provocando uma expansão das relações mais concretas para outras mais abstratas. Tomando isso em conta, apresentamos, na tabela 3, as relações identificadas em nosso *corpus* e suas respectivas frequências diacronicamente.

Tabela 3– Valores semânticos do *para* na diacronia

	CONCRETOS	ABSTRATOS				
	Direção/ Deslocamento no espaço/lugar	Finalidade	Destinatário	Direção/ Deslocamento Abstrato	Tempo/ Tempo Iminente	Comparação
Séc. XVIII	22	66	6	7	0	0
Séc. XIX	16	56	18	7	2	1
Séc. XX	24	49	11	14	1	0
TOTAL	62 (18,6%)	171(51,3%)	35(10,5%)	28 (8,4%)	3 (0,9%)	1(0,3)
TOTAL GERAL	62 (18,6%)	238 (71,4%)				

Fonte: dados coletados e analisados

Embora haja uma pequena expansão dos valores concretos do século XVIII para o século XX, a frequência geral em todo o período aparece relevantemente mais produtiva nos valores abstratos, com 71,4% do total da amostra, sobretudo nos contextos de finalidade (com 51,3%), em detrimento de 18,6% dos valores concretos. Esse resultado confirma o pressuposto de Ilari *et al.* (2015) de que a preposição *para*

encontra-se bastante gramaticalizada. Segundo Câmara Jr. (1979), por meio de um processo de abstração, dá-se o enriquecimento funcional das preposições acompanhado de um empobrecimento quanto às formas concretas que constituem esses tipos de partículas, o que se confirmou em nossos dados. Vejamos exemplos desses valores nos dados abaixo, extraídos do nosso *corpus* de trabalho:

(56) “As bagagens já foram **para a estação.**” (Séc. XVIII, grifos nossos)

(57) “não me estimavam por tantas razões, inclusive.. um dia, um homem olhou **para mim** e disse: " Não vou esquecê-lo nunca " (Séc. XX, grifos nossos)

Nos exemplos acima, apresentamos os contextos considerados como usos concretos (relações de deslocamento/lugar e direção), conforme atestado na etimologia da forma *para*. Em (56) há uma relação de deslocamento no espaço na complementação circunstancial locativa (para a estação) e, em (57), também temos uma relação concreta, porém de direção definida por meio da complementação relativa (*para mim*). Vejamos, de (58) a (63), alguns exemplos que ilustram as relações abstratas da forma em estudo.

(58) “[...] um sofá, na sombra que projetava[...] um vaso de porcelana colocado diante da vela **para quebrar a luz**[...]” (Séc. XIX, grifos nossos)

(59) “[...] se viu perseguido pelo seu dono, que já estava perto, disse **para o menino**:[...]” (Séc. XIX, grifos nossos)

(60) “[...]Pode apostar - respondeu Bia, sorrindo **para Lena.** (Séc. XX, grifos nossos)

(61) “[...] à toa no deserto, onde muitos, entre eles os feridos, se perderam **para sempre**, agonizando e morrendo no absoluto abandono.” (Séc. XIX, grifos nossos)

(62) “O último barco **deve estar para sair.**” (Séc. XX, grifos nossos)

(63) “Na Amplificação por comparação de **Igual para Igual** Orador, depois de haver proposto um pensamento [...]” (Séc. XIX, grifos nossos)

Com base nesses exemplos, podemos notar a expansão de valores da forma *para*, dos mais concretos para os mais abstratos. Em (58), temos uma relação de finalidade, a mais produtiva de todas as analisadas. Tal produtividade está intimamente correlacionada à alta frequência de orações subordinadas adverbiais finais, conforme demonstrado quando da análise dos contextos sintáticos. Em (59), a relação semântica é

bem mais esvaziada e traduz o beneficiário da ação verbal (ou aquele a quem esta foi dirigida), representado pelo objeto indireto (*para* o menino). Em (60)²¹, não há uma ideia de deslocamento (*para* Lena), já que o termo introduzido por *para* não envolve um lugar concreto, mas um uso abstrato relacionado à direção ou ao beneficiário do sorriso. Em (61), identificamos uma relação temporal (*para* sempre), resultante de um deslocamento no tempo, que é uma expansão do deslocamento no espaço, que também se manifesta em (62), em que a construção [V1 + *para* + V2infinitivo] marca tempo iminente. Por fim, em (63), identificamos a forma *para* participando de uma relação de comparação, na expressão idiomática “de Igual *para* Igual”. Essa diversidade de relações atesta que a forma *para* é multifuncional não só do ponto de vista morfossintático, mas também semântico.

5.2.2 Contextos de variação e de distribuição complementar: concorrência entre formas preposicionais

Nesta subseção, exploramos a hipótese de uma possível concorrência entre a forma *para* e outras preposições igualmente gramaticalizadas (Cf. ILARI *et al.* 2015), bem como buscamos delimitar eventuais contextos de variação e de distribuição complementar, pautando-nos, para tanto, no princípio da comutação, conforme explicitado no capítulo destinado à metodologia.

Apoiando-nos, pois, nesses pressupostos, iniciemos avaliando uma possível concorrência entre as preposições *para* e *de*. Essa variação encontra respaldo em Rocha Lima (1980[1915]), que descreve a possibilidade de a preposição *de*, na relação de destinação e na situação de conectivo entre nomes – como já anunciado também por Epifânio Dias (1918)–, poder ser substituída por *para*. Avaliemos tal possibilidade nos contextos de adjunção verbal e nominal, à luz dos dados arrolados a seguir (64-66):

(64) “Argemiro propôs que ficassem todos com ele: a casa tinha quartos **para** hóspedes.” (Séc. XX, grifos nossos)

(64’) Argemiro propôs que ficassem todos com ele: a casa tinha quartos **de** hóspedes.

²¹Reconhecemos que há outra possibilidade de análise levando-se em conta as cenas enunciativas, o que foge ao escopo de nossa proposta.

(65) “No primeiro domingo voltou e aceitou o convite **para** jantar.” (Séc. XIX, grifos nossos)

(65’) * No primeiro domingo voltou e aceitou o convite **de** jantar.

(66) “De manhã, saindo em grupo, iam a um quiosque **para** o café.” (Séc. XIX, grifos nossos)

(66’) De manhã, saindo em grupo, iam a um quiosque **de** café.

A análise dos exemplos (64) a (66) nos permite tecer algumas generalizações. A primeira delas é a de que, em todos os contextos, *para* tem a função de introduzir adjuntos, quer adnominais (Cf.(64) e (65)), quer adverbial (Cf. (66)). Porém, somente em (64), as formas *para* e *de* podem ser intercambiadas sem comprometer o sentido pretendido, qual seja, estabelecer uma relação de finalidade entre os termos *quarto* e *hóspedes*. Logo, apenas neste contexto pode-se falar em concorrência entre as formas *para* e *de*, que podem ser tomadas como variantes linguísticas nos termos labovianos.

Tal constatação sugere, portanto, que não é apenas a função sintática que determina a variação, mas também a relação estabelecida e, no caso da adjunção, como apontado por Ilari *et al.* (2015), ela é determinada pelo termo adjunto e não pelo termo regente, o que explicaria a agramaticalidade de (65’) e a não correspondência semântica em (66’). A comutação operada em (65) não preserva a relação de finalidade estabelecida entre os termos *convite* e *jantar*, o que determina a agramaticalidade de (65’), já que a preposição *de* faz pressupor que *jantar* seria o protagonista do convite, a exemplo de “o convite de João”, e tal substantivo não é dotado do traço semântico [+animado], necessário para atuar como agente do ato de convidar.

Igualmente, a relação de finalidade explicitamente marcada pelo adjunto adverbial em (66) não encontra correspondente em (66’), dado que o intercâmbio das preposições alterou também a relação sintática entre os termos e o então adjunto adverbial introduzido pela preposição *de* denota mais uma relação de especificidade que de finalidade propriamente dita, o que inviabiliza a concorrência entre as formas e a consequente variação no contexto.

Esse conjunto de especificidades nos leva, então, a um outro fator determinante para a possibilidade de variação: a carga semântica da preposição ou, em outros termos, o maior ou menor esvaziamento semântico da forma preposicional. Para Ilari *et al.* (2015), a possibilidade de a preposição *de* indicar destinação/finalidade só ocorre quando seus valores de assunto e de origem não podem ser ativados. Assim, chegamos à

conclusão de que, em contextos de adjunção, a variação entre as preposições *para* e *de* se dá apenas na adjunção nominal, mais especificamente na relação de finalidade, quando o termo nominal do adjunto não evocar outras relações prototipicamente expressas pela preposição *de*, como assunto, origem ou mesmo especificidade²².

Nos exemplos seguintes, a preposição *para* ocorre em contextos sintáticos de complementação. Trata-se, portanto, de ambiente mais gramatical que o de adjunção e, assim sendo, a preposição é mais esvaziada semanticamente. Além disso, conforme Ilari *et al.* (2015), “na complementação é forte a previsibilidade da preposição a partir do item lexical complementado” (ILARI *et al.* 2015, p. 175). Considerando-se essas afirmações e as generalizações alcançadas para a concorrência de formas preposicionais em contextos de adjunção, a expectativa é de que os contextos de complementação sejam mais propícios à variação, embora também se preveja alguma restrição imposta pelo predador.

Desse modo, verifiquemos, à luz dos dados abaixo, primeiramente em contextos de complementação nominal (Cf. (67)) e, na sequência, em contextos de complementação verbal (Cf. (68), (69) e (70)), se essa hipótese se confirma a partir da comutação com as formas *de*, *a* e *em*, que, tal como discutido no referencial teórico, são passíveis de substituir a forma *para* nos referidos contextos:

(67) “[...]além de que ninguém pode, nem tem direito **para** ser juiz da justiça das nações livres e independentes”(Séc. XVIII, grifos nossos)

(67’) [...]além de que ninguém pode, nem tem direito **de** ser juiz da justiça das nações livres e independentes[...]

(67’’) [...]além de que ninguém pode, nem tem direito **a** ser juiz da justiça das nações livres e independentes [...]

(67’’’) [...] além de que ninguém pode, nem tem direito **em** ser juiz da justiça das nações livres e independentes[...]²³

²² Essa concorrência entre *de* e *para* nos remete aos exemplos propostos por Perini (2005), conforme dispusemos em (Copo de vinho, (Cf. 11)) e (Copo de vidro Cf. 12). Segundo esse autor, o conhecimento de mundo do falante vai julgar pela finalidade do copo (para colocar vinho) e não a especificidade do copo (feito de vidro). Assim, de uma maneira análoga, poderíamos propor relação de finalidade em (quarto para hóspede, Cf. (64)) em variação com (quarto de hóspede, Cf. (64’)), diferente de (quarto de vidro) que estabelece uma relação de matéria e (quarto para vidro) já estabelece uma relação de finalidade, por isso não são formas variantes.

²³ Conforme vimos no referencial teórico, de fato, a comutação entre *para* e *em* na relação de finalidade foi atestado por Epifânio Dias (1918) em algumas locuções como “pedir/dar a filha *em* casamento” e “pedir/dar a filha *para* casamento”, porém não encontramos locuções como essas no nosso *corpus*.

A partir da análise dos dados acima, podemos perceber que a relação de finalidade encontra-se expressa nos complementos nominais (67, 67', 67'' e 67'''), atestando, assim, a variação entre *para*, *de*, *a* e *em*, nesse contexto. Assim, considerando-se a regência no nome *direito*, temos nesse contexto de complementação nominal a possibilidade de concorrência entre quatro variantes, confirmando assim a nossa hipótese de previsibilidade de variação nesses ambientes, sobretudo porque a regência nominal tende a ser mais flexível que a verbal.

Passemos agora para o teste de comutação em contextos de complementação verbal, baseando-nos nas contribuições teóricas de Epifânio Dias (1918), de Rocha Lima (1980), de Pontes (1992) e de Bagno (2011). Segundo esses autores, há uma previsibilidade de concorrência entre *para*, *a* e *em* no tocante a certos verbos, não se resguardando algumas especificidades semânticas, que configuram, portanto, contextos de distribuição complementar.

Para Bagno (2011), a concorrência entre *para* (*per-+ad-*) e *a* (*ad*) pode ter uma forte ligação com os valores semânticos etimológicos de *ad* “totalmente voltado”. Para Rocha Lima (1980), ainda sobre as origens dessas formas, havia uma concorrência entre *in* (origem de *em*) e *ad* nos valores de finalidade, o que já foi atestado também por Epifânio Dias (1918). Também Pontes (1992) discorre sobre a distinção existente entre *a* e *para*, na língua atual, e entre *em* e *para* com verbos de movimento.

Além disso, para Câmara Jr. (1979), nesse processo de transição de valores das preposições, do plano locativo ao abstrato, a significação emergente da preposição *a* passa a ser a de “referência” (ao introduzir objeto indireto) e a de “finalidade” na preposição *para*, tornando-se, no curso da língua, concorrentes nesse ambiente. Analisemos, pois, essas considerações a partir dos dados a seguir (68-70).

(68) “Deixei passar a hora da ceia, Senhora **foi para o quarto dela**, e eu atravessei o corredor, cheguei ao quarto de Xavinha [...]” (Séc. XX, grifos nossos)

(68') Deixei passar a hora da ceia, Senhora **foi ao quarto dela**, e eu atravessei o corredor, cheguei **ao** quarto de Xavinha [...]

(68'') Deixei passar a hora da ceia, Senhora **foi no quarto dela**, e eu atravessei o corredor, cheguei ao quarto de Xavinha [...]

(69) “[...] severa com as mulheres (sobretudo do temperamento da tia), **abria** uma exceção **para aquela criatura alegre que a divertia**[...]” (Séc. XX, grifos nossos,)

(69') [...] severa com as mulheres (sobretudo do temperamento da tia), **abria** uma exceção **àquela criatura alegre que a divertia** [...]

(69'')* [...] severa com as mulheres (sobretudo do temperamento da tia), **abria** uma exceção **naquela criatura alegre que a divertia** [...]

(70) “[...] padre Aauto se demorara em visita, aguardando a sua vinda: **queria** um novilho **para a igreja**. - E que achou dele?” (Séc. XX, grifos nossos)

(70') [...] padre Aauto se demorara em visita, aguardando a sua vinda: **queria** um novilho **na igreja**. - E que achou dele?

(70'') * [...] padre Aauto se demorara em visita, aguardando a sua vinda: **queria** um novilho **à igreja**. - E que achou dele?”

De um modo geral, os dados sinalizam uma tendência à variação nos ambientes de complementação tanto nominal (Cf. 67, 67' 67''), quanto verbal (Cf. 68, 68', 68''; 69, 69' e 70, 70'), o que se deve, conforme mencionado, à maior abstração semântica da preposição que ocorre nesses contextos. No caso de complementação nominal, este é provavelmente um dos fatores pelos quais a regência nominal tende a ser mais livre na língua e, não raro, ao consultarmos um dicionário especializado no tema, deparamo-nos com um conjunto de preposições aceitas para um mesmo nome. Em se tratando, contudo, da regência verbal, as preposições são mais fixas, o que acaba por gerar, não raras vezes, um descompasso entre a norma e o uso, conforme ilustra a concorrência entre as formas *a* e *em*, respectivamente em (68') e em (68''), quando elas introduzem complementos circunstanciais.

No tocante à concorrência entre a forma de que nos ocupamos neste estudo e a preposição *a*, confirmando a proposta de Câmara Jr. (1979), verificamos que ela é possível em contextos de objeto indireto (Cf. 69 e 69'), o que não pode ser atestado com a preposição *em* (Cf. 69''), tornando o contexto agramatical (*abria uma exceção naquela criatura alegre que a divertia*). Já em contextos de complemento circunstancial (Cf. 68, 68' e 68''), embora Rocha Lima (1980) tenha criado essa expectativa, ao prever que, quando regido de preposição, o complemento circunstancial é introduzido pelas formas *a* ou *para*, indicativas de direção, nossos dados não atestaram equivalência semântica.

Assim, em (68), identificamos uma noção de permanência (*foi para o quarto e lá permaneceu*), que não se identifica quando substituimos a preposição *para* por *a* (Cf. 68'). Quando o complemento se apresenta introduzido pela preposição *a* (*foi ao quarto*), a ida ao quarto não implica permanência nesse ambiente; a noção evocada é tão somente

de movimento/deslocamento até lá. Nesses contextos, dada a sua natureza circunstancial, a relação locativa é mais marcada e, com isso, a preposição também é menos esvaziada semanticamente do que nos demais contextos de complementação, o que restringe a variação. Em contexto de complemento relativo, também percebemos que não há previsibilidade de variação, o que pode ser atestado no exemplo (70): temos uma relação de finalidade a partir do verbo “queria” (queria para a igreja), o que não pode ser confirmado devido a agramaticalidade com preposição *a* em (70’) (queria à igreja) ou com *em* (70’), cuja relação proposta é de lugar (na igreja).

A análise até então empreendida nos permite algumas generalizações importantes acerca da concorrência entre a forma *para* e outros liames preposicionais, mais precisamente *a* e *de*. A primeira delas diz respeito aos contextos sintáticos de ocorrência: nos contextos de adjunção, a concorrência tende a ser menos favorecida, porque a preposição que ocorre nesses contextos carrega uma maior carga semântica, o que é preponderante para estabelecer a relação entre o termo regente e o termo regido. Assim, a concorrência se dá basicamente entre as preposições *para* e *de* na conotação da relação de finalidade. Isso se restringe ainda àqueles contextos em que o termo adjunto não evoca as noções de origem, de assunto ou de especificidade, prototipicamente conotadas pela preposição *de*. Em se tratando de contextos de complementação, a variação tende a ser favorecida porque, diferentemente dos contextos de adjunção, as preposições carregam menor carga semântica.

Desse modo, o ambiente sintático de objeto indireto é um contexto potencial para a variação das preposições *para* e *a*. Já no ambiente de complemento relativo isso não ocorre pelo fato de não representar a pessoa a que se destina a ação, isto é, não há um beneficiário [+humano]. O mesmo ocorre em contextos de complemento circunstancial, que, em virtude da noção circunstancial conotada, não permite a variação entre *para* e outras preposições. Isso evidencia que a concorrência entre preposições nos contextos analisados decorre de abstração semântica das formas em variação e é mais susceptível, portanto, a ambientes mais gramaticalizados. Se assim não for, cada forma preserva seu valor semântico mais prototípico, configurando, assim, ambientes de distribuição complementar.

Tendo isso em conta, a expectativa é de que, em construções verbais e lexicais, a variação entre a forma *para* e as preposições *de*, *a* e *em* não ocorra, sobretudo porque tais construções são bastante coesas, além do que o sentido de uma construção, conforme Goldberg (1995), não é composicional. Assim, considerando-se as duas

construções idiomáticas identificadas em nosso *corpus*, a saber, “de um dia **para** outro” e “de igual **para** igual”, nota-se que a substituição de *para* por *a* ou por *de* não é aceitável. Tal inaceitabilidade se replica, ainda, tanto na construção verbal modal, quanto naquela de tempo eminente, conforme ilustram os dados a seguir.

(71) “[...] era hora de muito movimento e não **dava para prestar** atenção em todos os carros [...]” (Séc. XX, grifos nossos)

(71’) * [...] era hora de muito movimento e não**dava de prestar** atenção em todos os carros [...]

(71’’) * [...] era hora de muito movimento e não **dava a prestar** atenção em todos os carros [...]

(71’’’) * [...] era hora de muito movimento e não **dava em prestar** atenção em todos os carros [...]

(72) “O último barco **deve estar para sair.**” (Séc. XX, grifos nossos)

(72’) *O último barco **deve estar de sair.**

(72’’) O último barco **deve estar a sair.**

(72’’’) *O último barco **deve estar em sair.**

A análise dos contextos acima mostra que, no caso das construções verbais, o grau de fixidez das formas é tamanho que até mesmo V1 é fixo, respectivamente o verbo *dar*, em se tratando da construção modal, e o verbo *estar*, em se tratando da construção de tempo eminente. No caso específico desta construção, a substituição de *para* por *a*, embora não produza agramaticalidade, altera o valor de verdade, já que, em (72’’), temos uma forma de variação com o gerúndio (*deve estar saindo*), que distingue o Português Brasileiro do Português Europeu.

Essas observações parecem sinalizar que a variação está subordinada a um contexto intermediário de gramaticalização, que envolve maior abstração semântica da preposição, mas que não esteja avançado o suficiente para promover a fixidez dos elementos da construção, o que abre precedente para investigações futuras, incluindo, de preferência, outros liames preposicionais. Isso posto, passamos, na próxima subseção, a uma proposta de *continuum* de gramaticalização dos contextos de ocorrência da forma *para*, tal como nos propusemos a fazer.

5.3 Multifuncionalidade de *para* no *continuum* de gramaticalização

Após a análise de acordo com os eixos morfossintáticos e semânticos da forma em estudo, assim como a identificação dos contextos de concorrência e de distribuição complementar entre as formas envolvidas, esboçaremos um *continuum* de gramaticalização de *para* em suas múltiplas funções, a partir dos parâmetros propostos por Heine *et al.* (1991), conforme já anunciado no capítulo de metodologia. Dessa maneira, considerando-se o avançado estágio de gramaticalização da forma *para*, já atestado por outros autores (Cf. ILARI *et al.*, 2015; BAGNO, 2011), apoiamo-nos, para nossa proposta de *continuum*, em Heine *et al.* (1991), para quem as formas gramaticalizadas continuam a assumir novas funções gramaticais a ponto de se tornarem mais regulares e mais previsíveis na língua.

Dessa forma, a partir dos resultados obtidos na análise do eixo morfossintático, pudemos fazer algumas constatações relevantes que nos auxiliaram na elaboração do *continuum* proposto. A primeira delas diz respeito ao fato de que a forma *para*, em um mesmo período de usos da língua, funciona categoricamente como preposição, nas orações subordinadas adverbiais reduzidas de infinitivo, assim como em contextos de complementação, de adjunção e de construções, ao passo que também pode ocorrer nas orações subordinadas adverbiais desenvolvidas no papel de conjunção.

Porém, embora nossos dados não nos permitam uma generalização categórica sobre isso, já que não estudamos o percurso diacrônico da gramaticalização, parece-nos que a locução conjuntiva emerge do contexto de oração subordinada adverbial final reduzida. Esse cenário nos remete ao princípio da etimologia proposto por Heine *et al.* (1991): uma categoria é mais gramaticalizada que outra se ela for etimologicamente derivada de outra categoria gramatical. A outra constatação a considerarmos diz respeito ao critério das relações entre termos pelo qual, conforme Heine *et al.* (1991), uma categoria que relaciona orações (*para que*) é mais gramaticalizada que outra que relaciona apenas nomes (*para*). Portanto, por esses critérios, podemos atestar que a conjunção é, de fato, mais gramaticalizada que a preposição, o que nos leva ao seguinte *continuum* morfológico, em que o termo à esquerda é [-gramatical] que o termo à direita:

preposição > conjunção/locução conjuntiva

Estabelecido esse primeiro *continuum* de gramaticalização das categorias morfológicas, ampliamo-lo, incorporando a multifuncionalidade da forma *para*, apoiando-nos, para tanto, em fatores sintáticos e semânticos. Nesse sentido, conforme demonstramos anteriormente, em ambientes de complementação, a forma tende a ser mais gramaticalizada que em contextos de adjunção, o que favorece a concorrência de *para* com outras preposições em ambiente de complementação justamente pelo fato de os liames preposicionais estarem mais abstraídos semanticamente. Ademais, nossos dados acusam também, em conformidade com Ilari *et al.* (2015), uma maior frequência da preposição *para* em contextos de complementação, o que nos habilita a propor que o contexto de complementação é mais gramatical que o ambiente de adjunção.

Numa perspectiva ainda macro, incluímos também as construções verbais e lexicais. Segundo o critério espaço x tempo (HEINE *et al.* 1991), uma categoria é mais gramaticalizada que outra, caso ela não tenha relação com o espaço, e sim com o tempo. Notamos que, tanto na adjunção quanto na complementação, é possível identificar alguma relação de deslocamento espacial, ainda que em nível mais abstrato, como é o caso, por exemplo, do ambiente de objeto indireto. Por outro lado, em se tratando das construções lexicais e verbais analisadas, identificamos apenas relação de tempo ou de modalidade, que também entram no escopo das mais gramaticais, considerando-se, adicionalmente, o critério da referencialidade. Dessa forma, a partir desses critérios, é possível estabelecer o seguinte *continuum* entre os contextos de uso da forma *para*:

adjunção > complementação > construção

Também, nesse caso, quanto mais à esquerda do *continuum*, menos gramatical é o contexto de uso da forma, o que nos leva a compreender que os ambientes de complementação constituem um estágio de gramaticalização intermediário em relação aos contextos de adjunção e de construção, respectivamente. Sem dúvida, essa proposta de *continuum* pode ainda ser aprimorada, incorporando-se classificações no nível micro, quais sejam, as diversas relações de adjunção, os quatro contextos de complementação e os dois tipos de construção identificados em nosso *corpus*. Essa é, contudo, uma ambição que acalentamos para trabalhos futuros, visto que as limitações de nossos objetivos e as análises no âmbito deste estudo não nos permitem generalizações mais aprofundadas a esse respeito. Passemos, então, às considerações finais deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, objetivamos estudar, numa perspectiva diacrônica, a multifuncionalidade da forma *para* no Português Brasileiro (PB) no período compreendido entre os séculos XVIII, XIX e XX. Para tanto, construímos os seguintes objetivos específicos: (i) descrever os contextos de uso da forma *para* na língua portuguesa, comparando tais usos ao longo dos séculos selecionados para estudo; (ii) investigar a produtividade de *para* no PB enquanto forma multifuncional, introdutora de complemento e de adjunto; (iii) identificar possíveis contextos de concorrência da forma *para* com outras preposições, investigando a existência de possíveis contextos de variação e/ou de distribuição complementar; e, por fim, (iv) verificar, a partir dos parâmetros de Heine *et al.* (1991), qual função de *para* (preposição ou conjunção) é mais gramatical na língua, propondo um *continuum* de gramaticalização entre as funções.

A escolha da sincronia foi motivada pela pesquisa piloto que realizamos em 2016, que resultou na publicação intitulada “Da carta de Caminha ao português brasileiro: um estudo do processo de gramaticalização de *para*”, tendo como base o *Corpus* do Português (2006). Durante o processo de coleta dos dados nesse *corpus*, percebemos uma maior produtividade de *para* entre os séculos XVIII, XIX e XX, o que consideramos relevante para um estudo da frequência dessa forma em suas múltiplas funções, tal como foi nosso propósito neste trabalho.

Considerando esse nosso objetivo maior, propusemo-nos a responder às seguintes questões-problema: (i) no período analisado, essa forma era mais produtiva no PB como preposição ou como conjunção?; (ii) ao longo desses três séculos, é possível identificar a multifuncionalidade da forma, ou ela surge e se amplia a partir de um determinado período no PB?; (iii) essa forma encontra-se mais gramaticalizada em qual categoria morfológica: preposição ou conjunção?; (iv) quais funções sintáticas a forma *para* introduz e em qual delas encontra-se mais gramaticalizada?; (v) dado que vários autores (ILARI *et al.* (2015), PONTES (1992)) mencionam a concorrência da forma *para* com outras preposições, como *a*, por exemplo, essa concorrência ocorre em todos os contextos de uso ou existe algum contexto de distribuição complementar?

Partimos da hipótese inicial de que a forma *para*, em virtude de sua origem na língua latina, tivesse uma frequência maior como preposição, sua categoria primitiva, no

recorte temporal selecionado para análise. Aventamos, ainda, a hipótese de que essa multifuncionalidade da forma se ampliasse, em alguma medida, na sincronia estudada, além do que a forma *para*, no papel de preposição, por ser mais frequente na língua, tende a ser mais propensa a novas relações e sentidos além daquele primitivo, qual seja, deslocamento no espaço. Por fim, em relação à concorrência com outras preposições, como é o caso de *a*, por exemplo, nossa expectativa era a de que houvesse contextos complementares específicos de usos.

Para verificarmos a (in)adequação dessas hipóteses aventadas e para alcançarmos nossos objetivos, optamos por desenvolver uma pesquisa diacrônica de caráter qualitativo e quantitativo buscando descrever a diversidade de contextos funcionais da forma em estudo. Para tanto, compilamos um *corpus*, a partir do *Corpus do Português*, selecionando as 100 primeiras ocorrências da forma *para* para cada século em estudo, compondo, assim, uma amostragem linguística com 300 dados. No que toca à perspectiva teórica adotada, baseamo-nos nos pressupostos da linguística funcionalista, da gramática histórica, da linguística cognitiva e nos parâmetros de gramaticalização propostos por Heine *et al.* (1991).

Dividimos nossa análise em três partes. A primeira delas restringiu-se ao nível morfossintático, verificando, assim, a produtividade em contextos de preposição e de locução conjuntiva, na função de conjunção. A segunda delas voltou-se para questões semânticas da forma, contemplando tanto os valores mais concretos quanto os mais abstratos, para o que nos apoiamos no critério da etimologia proposto por Coelho (2006). Segundo tal critério, os valores concretos são aqueles etimológicos, considerando-se como abstratos aqueles que surgiram com a expansão semântica do item. A terceira parte da análise se dedicou à proposta de um *continuum* de gramaticalização das funções, de acordo com os parâmetros propostos por Heine *et al.* (1991).

Nossos resultados computados segundo o critério morfossintático comprovam nossa hipótese inicial, apontando para uma relevante produtividade da forma na categoria preposicional em todo o período em análise, ocorrendo como conjunção apenas na introdução da locução conjuntiva *para que* em *oração subordinada adverbial final desenvolvida*. Refinando um pouco as lentes de análise para além da perspectiva quantitativa, confirmamos também outra hipótese aventada: a multifuncionalidade da forma concentra-se exatamente nos usos como preposição, ou seja, das 15 funções encontradas na diacronia estudada,¹⁴ são introduzidas por preposição (*oração final*

reduzida, complemento circunstancial, complemento relativo, complemento oracional, objeto indireto, complemento nominal, oração completiva nominal, adjunto adverbial, adjunto adnominal, expressão idiomática, termo de valor predicativo, termo predicativo oracional, construção verbal de modo/modalidade, construção verbal de tempo iminente) e apenas uma por conjunção (*oração final desenvolvida*).

No rol dessas 14 funções em ambientes preposicionais, identificamos alguns contextos de usos diferentes daqueles previstos na literatura. De fato, além de introduzir complementos, adjuntos e orações adverbiais reduzidas, *para* também introduz termo de valor predicativo e termo predicativo oracional, além de compor, em consonância com Neves (2011), construções lexicais e verbais, confirmando, assim, sua multifuncionalidade sintática. A maior produtividade foi registrada introduzindo oração subordinada adverbial final reduzida. Ficou claro que a relação de finalidade não é tão produtiva em contextos de orações desenvolvidas quanto o é em orações reduzidas, já que aquelas são introduzidas por locução conjuntiva (*para que*), categoria menos produtiva que a das preposições, que introduzem as orações reduzidas.

Embora não fosse nosso objetivo estudar especificamente o processo de gramaticalização da forma de *que* nos ocupamos, nossos resultados acusaram a coexistência de estágios distintos de gramaticalização de *para* no PB. Conforme estudo etimológico e diacrônico que empreendemos, essa forma nasce de prefixos adverbiais do Indo-europeu (*per-+ad-*), exercendo a função de preposição ainda no latim, categoria gramatical que também passou para o português (*pera* > *para*), onde introduz ainda a locução conjuntiva final *para que*, integrando, assim, a categoria de conjunção.

A partir desses dados, buscamos estabelecer um *continuum* de gramaticalização com base nos critérios de gramaticalização propostos por Heine *et al.* (1991). O primeiro deles refere-se à etimologia: uma forma derivada etimologicamente da outra passa a ser mais gramaticalizada na língua, atestando um processo de mudança. Desse modo, mesmo considerada pertencente a uma classe fechada, nossa preposição já passou e ainda passa por um processo de gramaticalização e funciona também em ambientes que exercem a função de conjunção, o que mostra que esta categoria é mais gramatical que a de preposição, além do que as classes fechadas também são passíveis de incorporação. O segundo critério diz respeito à relação entre termos: uma forma (*para que*) é mais gramaticalizada que outras (*para*), caso ela relacione orações. Esse critério reforça nossa hipótese acerca dos estágios de gramaticalização: a forma *para*

encontra-se mais gramaticalizada na função de conjunção, o que nos permitiu propor o seguinte *continuum* morfológico:

preposição > locução conjuntiva/conjunção

Atestada a maior multifuncionalidade da forma na categoria de preposição e descritos todos os contextos identificados nos três séculos analisados, pudemos testar outra de nossas hipóteses, relativa à maior produtividade de *para* em ambientes de complementação. Nossos dados confirmaram a maior produtividade da forma em contextos de complementação em todos os períodos analisados, sinalizando inclusive uma expansão nos usos dessa preposição em contextos de complementação em proporção inversa aos ambientes de adjunção. Isso decorre, segundo Ilari *et al.* (2015), do fato de que os predicadores que selecionam complementos pertencem a classes gramaticais distintas – substantivo, adjetivo, advérbio e verbo – favorecendo, portanto, um maior potencial de contextos a serem complementados.

Outra generalização a que chegamos a partir da análise foi sobre os contextos sintáticos mais ou menos gramaticalizados, para o que combinamos também a análise do eixo semântico. Seguindo o critério da etimologia proposto por Coelho (2006), vimos que originalmente a forma *para* estabelece relações ligadas ao *deslocamento no espaço marcando direção*. Com o avançar do processo de abstração semântica da forma, própria dos processos de gramaticalização, emergiram novas relações, que também foram identificadas em nossos dados: *finalidade, destinatário, direção/deslocamento abstrato, tempo/tempo iminente, comparação*. Norteando-nos pelo critério espaço x tempo (HEINE *et al.*1991), pudemos perceber que, tanto na adjunção quanto na complementação, é possível identificar alguma relação de deslocamento espacial, ainda que em níveis mais abstratos, como é o caso, por exemplo, do ambiente de objeto indireto.

Já, em se tratando das construções lexicais e verbais analisadas, identificamos apenas relação de tempo ou de modalidade, que também entram no escopo das mais gramaticais, considerando-se adicionalmente o critério da referencialidade (Cf. HEINE *et al.*1991). A partir de tais constatações, propusemos que a forma *para*, em contextos de construções, encontra-se mais gramaticalizada do que em contextos de adjunção e de complementação, conforme representado no seguinte *continuum*, em que o termo à esquerda é [- gramatical] do que aquele à sua direita:

adjunção > complementação > construção

Numa perspectiva ainda qualitativa de análise, estabelecemos uma correlação entre os eixos morfossintático e semântico, procurando alcançar o nosso último objetivo: identificar possíveis contextos de variação e/ou de distribuição complementar entre a forma de que nos ocupamos e outros liames preposicionais descritos na literatura como passíveis de concorrência, a saber, *a*, *de* e *em*. Para tanto, valemo-nos do princípio da comutação. Nossos resultados acusaram que, em contextos de adjunção, a variação é menos produtiva. A concorrência entre as preposições *para* e *de* ocorre apenas em ambientes de adjunção nominal, na relação de finalidade. Mesmo assim, somente quando não evocar outras relações prototipicamente expressas pela preposição *de*, como assunto, origem ou mesmo especificidade. Não identificamos outras comutações possíveis em contextos de adjunção, confirmando a tese que, nesses ambientes, as preposições carregam uma carga semântica maior por serem contextos menos gramaticalizados.

Em se tratando de contextos de complementação, especificamente em contextos de objeto indireto, a comutação é possível com a preposição *a*. A explicação para essa variação pode ser, segundo Bagno (2011), uma persistência dos valores etimológicos de *para*: a aglutinação entre *per-* e *ad-* retoma um dos valores semânticos de *ad*, a saber, destinação, que convém ao ambiente de objeto indireto. Por outro lado, em ambientes de complemento relativo, devido ao valor de objeto direto (Cf. ROCHA LIMA, 1980), a preposição é mais fixa, não aceitando comutação com outras preposições. Tem-se aí, pois, mais uma circunstância que distingue o objetivo indireto do complemento relativo: este, ao contrário daquele, não pode ser introduzido pela preposição *a*.

No caso do complemento circunstancial, embora seja possível empregar tanto a preposição *a* quanto a preposição *para*, consideramos um caso não de variação, mas de distribuição complementar, pois a escolha por *para* instaura uma relação de deslocamento com permanência, ao passo que a escolha por *a* mantém a ideia de deslocamento, mas exclui a de permanência. Por fim, identificamos que a escolha entre *para* e *em*, embora preserve o mesmo valor de verdade, configura um caso de descompasso entre a norma e o uso, tão comum em se tratando da regência verbal.

Nosso estudo atesta, pois, não apenas a multifuncionalidade da forma *para*, mas também de outras preposições portuguesas que com ela concorrem em alguns contextos. Além de contribuir para a descrição da língua portuguesa, mais especificamente da

classe das preposições, categoria tão complexa nos sistemas linguísticos e cujo *status* ainda não está suficientemente definido, nossa pesquisa evidencia também que, tal como já ventilado por outros estudiosos, as classes fechadas são também passíveis de novas incorporações, o que se dá por meio de longos processos de mudança linguística que, ao contrário do que ocorre em outros níveis da língua, não envolve concorrência entre formas, mas reanálise de funções. Apesar de termos cumprido os objetivos a que nos propusemos, estamos conscientes de que as generalizações aqui formuladas podem ser ainda exploradas e aprofundadas. Acreditamos, contudo, que os resultados obtidos trazem uma relevante contribuição para a descrição da multifuncionalidade da forma *para* na língua portuguesa contemporânea, para o ensino de classes fechadas e de classes abertas, constituindo, pois, preâmbulo para pesquisas futuras no âmbito de um projeto maior ligado à investigação comparativa das preposições em sincronias atuais.

REFERÊNCIAS

- ALI, M. Said. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 1971.
- ALONSO, A; UREÑA, P. H. *Gramática Castellana*. Vol.2. Losada S. A: Buenos Aires, 1945.
- BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BASÍLIO, Margarida. *Teoria Lexical*. Editora Ática: São Paulo, 1987.
- BATORÉO, Hanna J. 2008. Cognitive and lexical characteristics of motion in liquid medium: AQUA-motion verbs in typologically different languages. In: *Psychology of Language and Communication*. Vol. 12, Nr.2. Disponível em <http://versita.metapress.com/content/9ktt155655779372/fulltext.pdf>. Acesso em 04.01.2020.
- _____ 2006. Expressão do movimento em água (AQUA-motion) no português europeu: contribuição para tipologia lexical. In *Linguística*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 167-277.
- _____ 1998. Language Typology and Semantic Primitive of Space: evidence from European Portuguese. In: Vilela, M. & Silva, F. (orgs.) *Actas do 1.º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*. Porto.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª ed. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 2009.
- BLOOMFIELD, L. *Language*. New York, 1933.
- BORBA, F. da S. *Sintagmas preposicionados em português*. Alfa, São Paulo, 24:49-58, 1980.
- BYBEE, J. *Mechanisms of change in grammaticalization: the role of frequency*. In: JOSEPH, B. D.; JANDA, R. D. (Ed.). *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.
- CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. *A estrutura da língua portuguesa*. 21ª ed. Editora Vozes Ltda.: Petrópolis, RJ, 1992.
- _____, J. Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Padrão, 1979.
- _____, J. Mattoso. *Dicionário de filologia e gramática referente à língua portuguesa*. 2ª Ed. Refundida, São Paulo, J. Ozon Editor, 1964.
- CARVALHO, O. L. S. *Lexicografia bilíngue português-alemão: teoria e aplicação à categoria das preposições*. Brasília: Thesaurus, 2001.

CASTILHO, Ataliba T. de et alii. Gramaticalização de algumas preposições no Português Brasileiro do século XIX. Ouro Preto, *V Seminário do Projeto Para a História do Português Brasileiro*, 2002.

CASTILHO, A. T. de. *O problema da gramaticalização das preposições no projeto 'Para a História do Português Brasileiro'*. Universidade de São Paulo. Estudos Linguísticos XXXIII, p. 982-988, 2004.

_____, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. 1. ed., 5ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2019.

CASTRO, Ivo. *Introdução à História do Português*. Geografia da Língua: Português Antigo. Edições Colibri: Lisboa, 2004.

CIFUENTES, J. L. H. *Los inventários preposicionales*. In: SILVA, Augusto Soares da (Org.). *Linguagem e cognição: a perspectiva da linguística cognitiva*. Braga: Associação Portuguesa de Linguística, Universidade Católica Portuguesa, 2001, p. 98-117.

CINTRA, Luís Filipe Lindley. Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses. *Boletim de Filologia*, XXII, 81-116, 1971b. (repr. Cintra 1983a).

COELHO, S. M. *Estudo diacrônico do processo de expansão gramatical e lexical dos itens TER, HAVER, SER, ESTAR e IR na Língua Portuguesa*. 2006. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2006.

COUTINHO, Ismael de L. *Pontos de gramática histórica*. 7ª ed. Livraria Acadêmica: Rio de Janeiro, 1971.

CUNHA. Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lúxicon, 2010.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. *Breve Gramática do português contemporâneo*. Lisboa: Joao Sa de Costa, 1985.

DAVIES, Mark; FERREIRA, Michael J. *O corpus do Português: 45 milhões de palavras, 1300s a 1900s*. Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

DIAS, Augusto Epifânio da Silva. *Syntaxe historica portuguesa / Augusto Epiphanio da Silva Dias*. - Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1918.

Dicionário Houaiss Conciso/Instituto Antônio Houaiss, organizador, [editor responsável Mauro de Salles Villar]. – São Paulo: Moderna, 2011.

DIRVEN, René; PÜTZ, Martin. *The Construal of Space in Language and Thought. Cognitive Linguistics Research 8*. Berlin, New York, Mouton de Gruyter, 1996.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Editora Coutrix, 1973.

EVANS, Vyvyan; GREEN, Melanie. *Cognitive Linguistics: An Introduction*. Edinburgh, Edinburgh University Press, 2006.

FARIA, E. *Gramática Superior da Língua Latina* (1958). Disponível em: <https://archive.org/details/FARIAErnesto.GramticaSuperiorDaLLnguaLatina.RioDeJaneiroAcademica/page/n23>

GARCÍA-MIGUEL. J. M. Los complementos locativos *In: Sintaxis histórica de La lengua española, primera parte: La frase verbal*. Vol. 2. México, DF, Universidad Nacional Autónoma de México. p.1251-1336

GOLDBERG, Adele. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

GONÇALVES. S. C. Leite; M. C. LIMA-HERNANDES. Casseb; M. *Introdução à gramaticalização*. Princípios teóricos e aplicação. Editora Parábola: São Paulo, 2007.

HEINE, Bernd, CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1991.

HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ILARI, Rodolfo. *Gramática do português culto falado no Brasil: volume III: palavras de classe fechada*. Rodolfo Ilari (Org.), São Paulo: Contexto, 2014.

_____, Rodolfo. *Gramática do português culto falado no Brasil: volume IV: palavras de classe fechada*. Rodolfo Ilari (Org.), São Paulo: Contexto, 2015.

JOTA, Zélio dos Santos. *Dicionário de Linguística*. Rio de Janeiro: Presença, 1976.

KEWITZ, Verena. *Gramaticalização e semantização das preposições A e PARA no Português Brasileiro (séculos XIX e XX)*. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. *A representação do movimento no português paulista* Filol. linguíst. port., n. 13(1), p. 89-125, 2011. ISSN 1517-4530

KURY, Adriano da Gama. *Lições de Análise Sintática: Teoria e Prática*. 4ª ed. Editora Fundo de Cultura: São Paulo, 1967.

KURYŁOWICZ, Jerzy. *The evolution of grammatical categories*. In: _____. *Esquisses Linguistiques II*. Munique: Wilhelm Fink, 1965.

LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*; tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira, Caroline Rodrigues Cardoso. Parábola Editorial: São Paulo, 2008.

LAKOFF, George. *Women, Fire, and Dangerous Things. What Categories Reveal about the Mind*, Chicago, The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G. & TURNER, M. *More than cool reason: a field guide to poetic metaphor*. USA, The University of Chicago, 1989.

LANGACKER Ronald W. *Reflections on the functional characterization of spatial prepositions*. USA. University of California, San Diego, 2009.

LEHMANN, C. *Thought on grammaticalization*. Munich: LINCOM EUROPA (originalmente publicado como *Thought on grammaticalization: a programatic sketch*. Köln: Arbeiten des Köln Universalien 49 – Projects, v. 1.), 1995 [1982].

MAFRA, Johnny José. *Fundamentos de gramática latina*. v. 1. Teoria do Caso. Belo Horizonte: Edição do Autor, 2013.

MEILLET, Antoine. *Como as palavras mudam de sentido / Antoine Meillet: organização e edição Rafael Faraco Benthien, Miguel Soares Palmeira*. Edição Bilíngue e crítica. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2016 [1906].

_____, Antoine. *Linguistique historique et linguistique générale*. 5. ed. Paris: Edouard Champion, 1948 [1912].

MELO, G. C. de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1968.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos de português*. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

PERINI, Mário A. *Sofrendo a gramática: Ensaios sobre a linguagem*. Editora Ática: São Paulo, 2005.

_____. *Gramática do português brasileiro*. Parábola Editorial: São Paulo 2010.

PONTES, Eunice Souza Lima. *Espaço e tempo na língua portuguesa*. Campinas: Pontes, 1992.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da língua portuguesa*. 21 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

ROMANELLI, Rubens Costa. *Os prefixos latinos: da composição verbal e nominal, em seus aspectos fonético, morfológico e semântico*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1964.

SAINT-DIZIER, Patrick. *Introduction to the Syntax and Semantics of Prepositions*. In: *Syntax and Semantics of Prepositions*. CNRS, Toulouse, France, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Trad. A. Chelini. J. P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1972 [1917].

SILVA, Augusto Soares da. *A linguística cognitiva: Uma breve introdução a um novo paradigma em linguística*. Revista Portuguesa de Humanidades. Ano 1997, Vol. I, Fases 1-2.

SILVA, Silmara Eliza de Paula. *A construção verbal v1dar+preposição + v2infinitivo [manuscrito]: um estudo na interface Sociolinguística e Gramaticalização*. (2018) Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras. Bibliografia: f. 93-98.

SLOBIN, D. I. *The ways to travel: verbs of motion in English and Spanish*. In M. Shibatani & S. A. Thompson (eds), *Essays in syntax and semantics*. Oxford University Press, 1996.

SOUSA DA SILVEIRA, Álvaro Ferdinando de. *Sintaxe da preposição de*. Organização Simões. Rio de Janeiro, 1951.

TALMY, Leonard. 2000a. *Toward a Cognitive Semantics*. Vol. I: Concept Structuring Systems. Cambridge, Massachusetts, MIT Press.

_____. 2000b. *Toward a Cognitive Semantics*. Vol. II: Typology and Process in Concepts Structuring. Cambridge, Massachusetts, MIT Press.

TEIXEIRA, José. 1998. *Modelos cognitivos e orientação intrínseca dos objetos*. In Vilela, M. & Silva, F. (orgs.) *Actas do 1.º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*. Porto.

TURNER, Mark. *More than Cool Reason: A Field Guide to Poetic Metaphor*, Chicago, The University of Chicago Press, 1989.

UNGERER, Friedrich; SCHMID, Hans-Jörg. *An introduction to cognitive linguistics*. London, New York: Logman, 1996.

VANDELOISE, Claude. *Description of Space in French*. San Diego: University of California doctoral dissertation, 1984.

_____. *Au-delà des descriptions géométriques et logiques de l'espace: Une description fonctionnelle*. *Linguisticae Investigationes* 9: 109-129, 1985.

_____. *L'Espace en Français*. Paris: Éditions du Seuil, 1986.

_____. *Spatial Prepositions: A Case Study from French*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1991.

WERNER, H., & KAPLAN, B. *Formação de símbolos: uma abordagem de desenvolvimento orgânica para a linguagem e a expressão do pensamento*. Nova York: Wiley, 1983.

WIEDEMER, Marcos Luiz. *Variação e gramaticalização no uso de preposições em contextos de verbos de movimento no português brasileiro*. 2013. 250p. Tese

(Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2013.

ZELINSKY-WIBBELT, Cornelia. *The semantics of prepositions: from mental processing to natural language processing* / ed. by Cornelia Zelinsky-Wibbelt. — Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1993.